



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO  
ESTADO DA BAHIA**

**LEI MUNICIPAL Nº 1240/15, DE 19 DE JUNHO DE 2015.**

*“Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Porto Seguro, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências”.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, amparada pelo Inciso IV, Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, em cumprimento ao disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, os padrões e referências de vencimento do funcionalismo público municipal ficam reajustados em conformidade com o Cronograma de Revisão de Tabela de Vencimentos constante no Anexo.

**Art. 1º.** É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

**Art. 2º.** São diretrizes do PME

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação, e
- X –promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**  
**ESTADO DA BAHIA**

**Art. 3º.** As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

**Art. 4º.** O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 5º.** O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

**Parágrafo Único** - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, serão incorporados automaticamente ao sistema da avaliação deste plano, caso venham a fazer parte deste processo.

**Art. 6º.** O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Porto Seguro e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

**§ 1º.** O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação e Grupo Colaborativo acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

**§ 2º.** A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

**§ 3º.** O Conselho Municipal e Grupo Colaborativo

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação

**§ 4º.** A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

**Art. 7º.** Caberá ao gestor municipal à adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME

**1º.** As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**  
**ESTADO DA BAHIA**

**Art. 8º.** O município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º. O município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Assegura articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Considera as necessidades específicas da população do campo, das comunidades indígenas e das relações étnico-raciais, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garante o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promove a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

**Art. 9º.** A partir da Lei aprovada do PME, o município deve aprovar a lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

**Art. 10.** Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

**Art. 11.** Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará a Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

**Art. 12.** Parte integrante desta Lei, o Anexo Único, contém 130 (cento e trinta) páginas.

**Art. 13.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA**

Porto Seguro – Bahia, 19 de junho de 2015.

  
**Claudia Silva Santos Oliveira**  
Prefeita Municipal







## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



**Um avanço na garantia do direito à educação de qualidade.  
Porto Seguro - Bahia**

**Decênio  
2015 - 2025**

**Porto Seguro/BA  
2015**



# GRUPO COLABORATIVO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO  
ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 6994/15 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

*"Dispõe sobre a nomeação do grupo colaborativo do Plano Municipal de Educação - PME do Município de Porto Seguro, e dá outras providências".*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e ainda amparado pelo Inciso IV do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de elaboração de um plano decenal de ações voltadas para a Educação Municipal e as diretrizes estabelecidas pelos Planos Nacional e Estadual de Educação, embasadas no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, Art. 87 da LDB, Lei nº 9.394, 96 e na Emenda Constitucional nº 59 de 2009,

## DECRETA:


Art. 1º. Fica nomeado o grupo colaborativo do Plano Municipal de Educação - PME, composta pelos seguintes membros:

Secretária Municipal de Educação - Teresinha Siviero Farias  
Representante do Conselho Municipal de Educação - Elisabete Reis Leite Santos  
Representante do Conselho Municipal Escolar - Mônica Clementino Menezes  
Representante de Diretor de Escola da Rede Pública - Romana Pinto de Paula  
Representante de Professor da Educação Básica - Sheila Katrini Ferrari Visconde  
Representante do Sindicato de Professores - Valdirene Contarato Pereira  
Representante do Conselho do Fundeb - Lúcio Brito  
Representante do Legislativo - Élio Brasil dos Santos  
Representante da Educação Superior - Ana Joaquina Amaral de Oliveira  
Representante da Educação Privada - Karla Granola  
Representante de Estudantes e Pais - Aguiamar Gonçalves dos Santos / Rogério Pereira dos Santos Júnior  
Representante da Educação Indígena - Carla Viviane Silveira Folegatti

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## GABINETE DA PREFEITA

Porto Seguro - Bahia, 14 de abril de 2015.

  
Claudia Silva Santos Oliveira  
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO - Praça Visconde de Porto Seguro, nº 55, Casa da Lenda - Centro  
- CEP: 45.810-000 - PORTO SEGURO - BAHIA - CNPJ: 13.655.016/0001-12



**PREFEITA MUNICIPAL**  
Cláudia Silva Santos Oliveira

**VICE - PREFEITO**  
Humberto Adolfo Gattas Nascif Fonseca Nascimento

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
Teresinha Siviero Farias

**CONSULTORA REGIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Profª. Cláudia Cristina Pinto Santos

**MEDIADORA DAS DISCUSSÕES NO MUNICÍPIO**  
Profª. Dilza Silva dos Reis Saigg

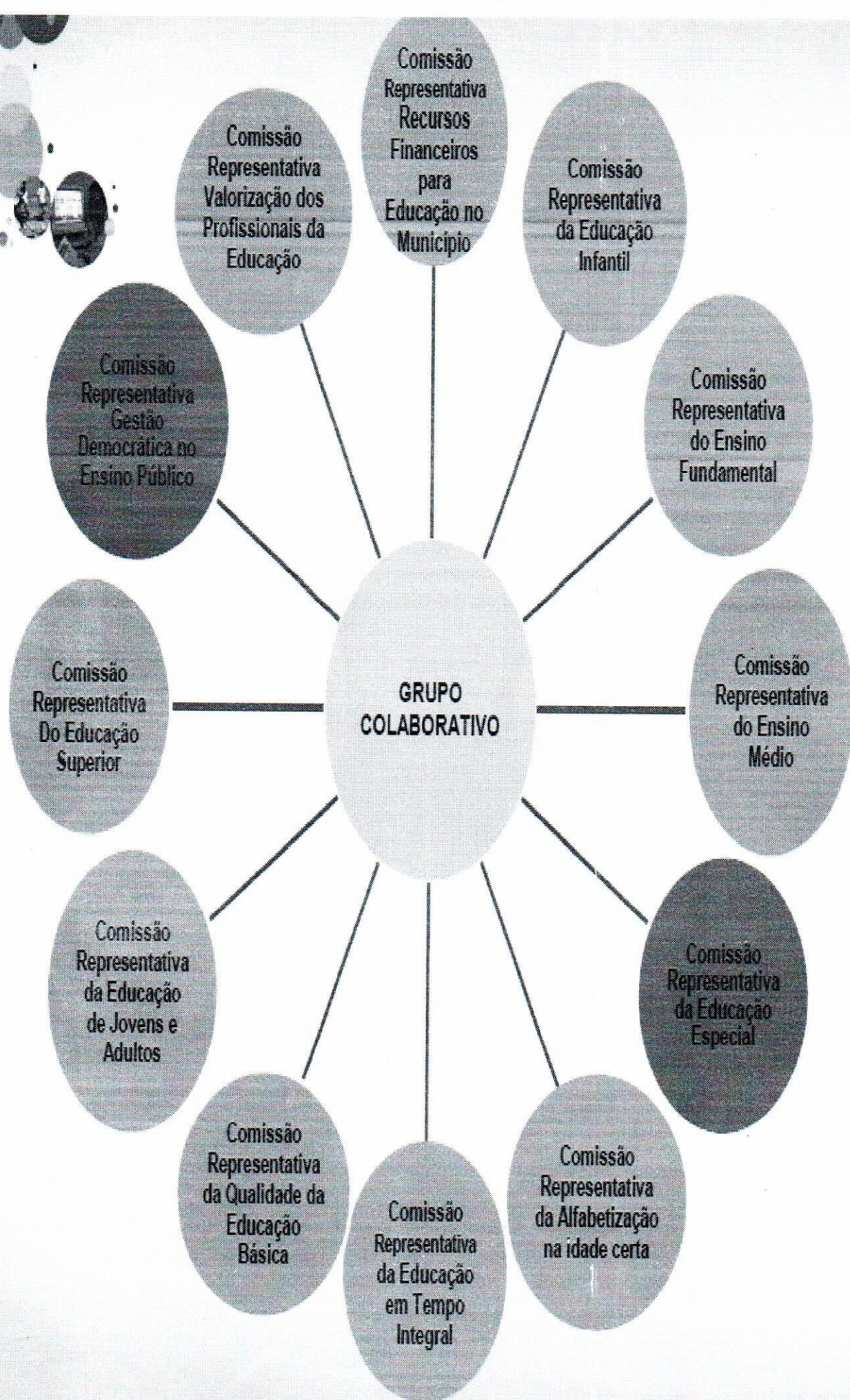
**MEDIADORES/AS DAS COMISSÕES DE ELABORAÇÃO**

Profª. Carla Vieira Lima Miranda (Educação Infantil)  
Profª. Iramar Lage Santos (Políticas da Alfabetização)  
Profª. Kátia Caroline Souza Ferreira (Ensino Fundamental)  
Profª. Ana Joaquina Amaral de Oliveira (Educação Superior)  
Profª. Jane Célia Ribeiro Santos Souza (Educação do Campo)  
Profª. Gilmária da Cruz Menezes (Educação das Relações Étnico-Raciais)  
Profª. Joelma Martins Santana de Melo (Educação de Jovens e Adultos)  
Profª Vera Lúcia Martins Liu (Educação Especial)  
Profª. Elizabete Reis Leite dos Santos (Educação Integral)  
Profª. Luzia Fernandes de Souza Santana (Gestão Democrática e Recursos Financeiros)  
Profª Vera Lúcia Martins Liu (Educação Especial)  
Profª. Carla Viviane Silveira Folegatti (Educação Escolar Indígena)  
Prof. Ângelo Santos do Carmo (Educação Indígena)

**EQUIPE TÉCNICA**  
Profª Dilza Silva dos Reis Saigg  
Ted Alexandrino Correia

**ORGANIZAÇÃO E REVISÃO TEXTUAL**  
Profª Florisbete de Jesus Silva







A gente precisa dar qualidade de ensino às nossas crianças e aos nossos jovens, para que eles não precisem depois ser marginalizados novamente, não terem oportunidade de viverem nas feirinhas da vida para, em qualquer domingo de chuva, serem expulsos de lá.

**Professor Álvaro Henrique dos Santos**



## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2 . ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Análise Situacional do Município</b>	<b>14</b>
2.1.1 Caracterização do Município	14
2.1.2 Aspectos Históricos, Geográficos, Culturais e Socioeconômicos	14
2.1.3 Formação Histórico Administrativa	16
<b>2.2 Análise Situacional da Educação no Município</b>	<b>21</b>
2.2.1 Diagnóstico da Educação Infantil	24
2.2.2 Diagnóstico do Ensino Fundamental I e II	26
2.2.3 Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos	29
2.2.4 Diagnóstico da Educação do Campo	31
2.2.5 Diagnóstico da Educação Escolar Indígena	34
2.2.6 Diagnóstico da Educação Especial	42
2.2.7 Diagnóstico da Educação para as Relações Étnico-Raciais	49
2.2.8 Diagnóstico da Educação Integral	55
2.2.9 Diagnóstico da Gestão Democrática e Recursos Financeiros	57
2.2.10 Diagnóstico do Ensino Médio e Profissionalizante	66
2.2.11 Diagnóstico da Educação Superior	69
<b>3. A PRÓXIMA DÉCADA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: METAS E AÇÕES</b>	<b>81</b>
<b>4. A PROXIMA DÉCADA DA EDUCAÇÃO EM PORTO SEGURO: METAS E ESTRATÉGIAS</b>	<b>86</b>
<b>4.1 Metas e estratégias para a Educação do Município de Porto Seguro – Decênio 2015- 2025</b>	<b>88</b>

## ÍNDICE ICONOGRÁFICO

<b>Imagem 1: Mapa de Porto Seguro.</b>	<b>14</b>
<b>Imagens 2, 3, 4, 5: Fotografias de Porto Seguro 01</b>	<b>18</b>
<b>Imagens 6, 7, 8, 9,10, 11, 12: Fotografias de Porto Seguro 02</b>	<b>19</b>
<b>Imagens 13 e 14: Fotografias de Porto Seguro 03</b>	<b>20</b>



## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

G 1	Distorção idade/ano no município de Porto Seguro (ano 2014).	28
G 2	Alunos/as matriculados na Educação Infantil, nas escolas indígenas, 2014.	39
G 3	Distorção idade-ano nas escolas indígenas.	40
G 4	Índice de aprovação nas escolas indígenas.	40
G 5	Índice de reprovação nas escolas indígenas.	41
G 6	Índice de abandono nas escolas indígenas.	41
G 7	Avaliação dos anos iniciais nas escolas indígenas.	42
G 8	Avaliação dos anos finais nas escolas indígenas.	42
G 9	População residente em Porto Seguro, por raça/cor.	52
G 10	Frequência de pessoas à creche ou escola.	53
G 11	Pessoas de 10 anos ou mais, sem Instrução e Fundamental Incompleto.	53
G 12	Pessoas com Ensino Médio Incompleto.	54
G 13	Pessoas com Ensino Superior Completo e Incompleto.	54
G 14	Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos, na Educação Superior.	75
G 15	Porcentagem de matrículas novas na rede pública, em relação ao número de matrículas novas, na Educação Superior.	76
G 16	Matrículas no Ensino Superior.	76
G 17	Escolaridade dos/as profissionais.	77
G 18	Atuação dos/as profissionais.	78
G 19	Tipo de atendimento.	78

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Dados sobre o município de Porto Seguro.	14
Tabela 2	Índice Populacional Residente.	18
Tabela 03	Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Porto Seguro.	25
Tabela 4	Frequência, por ano, de nascimentos em Porto Seguro.	25
Tabela 5	Taxa de escolarização da Educação Infantil em Porto Seguro.	25
Tabela 6	Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Porto Seguro, por localização.	25
Tabela 7	Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no município, por dependência administrativa e localização (2010/2013).	26
Tabela 8	Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.	26
Tabela 9	Taxas de Rendimento - Rede Estadual.	27
Tabelas 10/11	Taxas de Rendimento - Rede Municipal.	27/28
Tabela 12	Atendimento Escolar nas Comunidades Indígenas.	37
Tabela 13	Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, cor ou raça.	52
Tabela 14:	Situação de inserção das escolas públicas municipais de educação básica no Programa Mais Educação, no município de Porto Seguro.	56
Tabela 15	Situação do município de Porto Seguro diante da Meta 6 do PNE.	56
Tabela 16	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental.	57
Tabela 17	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos finais do Ensino Fundamental.	58
Tabela 18	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio.	58
Tabela 19	Resultados e Metas da Bahia (5º ano).	58



<b>Tabela 20</b>	<b>Resultados e Metas da Bahia (9º ano).</b>	<b>58</b>
<b>Tabela 21</b>	<b>Resultados e Metas da Bahia (3ª série – Ensino Médio).</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 22</b>	<b>Resultados e Metas Porto Seguro (5º ano).</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 23</b>	<b>Resultados e Metas Porto Seguro (9º ano).</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 24</b>	<b>Número de escolas, docentes e alunos/as da Rede Municipal, de acordo o censo 2014/1ª Etapa.</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 25</b>	<b>Número de auxiliares, monitores e intérpretes de libras, da Rede Municipal, de acordo o censo 2014/1ª Etapa.</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 26</b>	<b>Número de escolas privadas no Município, de acordo o censo 2014/1ª Etapa.</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 27</b>	<b>Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em Porto Seguro, 2014 (dados aproximados).</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 28</b>	<b>Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Porto Seguro</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 29</b>	<b>Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Porto Seguro.</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 30</b>	<b>Número de estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Porto Seguro (Estadual, Municipal e Particular), por dependência administrativa e etapas da Educação Básica de 2014.</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 31</b>	<b>O valor anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (Art. 4º parágrafos 1º, 2º, e no Art. 15, IV da Lei nº 11.494/2007.</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 32</b>	<b>Outras Receitas com o setor educacional do Município, administradas pela Prefeitura.</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 33</b>	<b>Recursos Aplicados em Educação pelo Governo Municipal, por nível e modalidade de Ensino.</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 34</b>	<b>Despesas com Educação do Município por categoria e elemento de Despesas.</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 35:</b>	<b>Receita e aplicação de recursos recebidos do FUNDEB no Município.</b>	<b>63</b>

<b>Tabela 36</b>	<b>Aplicação no Ensino Fundamental - Exercício 2013.</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 37</b>	<b>Recursos da Educação no PPA.</b>	<b>63</b>
<b>Tabela 38</b>	<b>Alunos matriculados no Ensino Médio e EJA, no município de Porto Seguro, em 2013.</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 39</b>	<b>Alunos matriculados no Ensino Médio e EJA, no município de Porto Seguro, em 2014.</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 40</b>	<b>Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 41</b>	<b>Escolaridade dos/as profissionais da educação.</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 42</b>	<b>Atuação dos/as profissionais</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 43</b>	<b>Tipo de atendimento.</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 44</b>	<b>Formação dos/as professores/as do município.</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 45</b>	<b>Professores/as Contratados (2014).</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 46</b>	<b>Professores/as Contratados (2015).</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 47</b>	<b>Professores/as Contratados não indígenas (2015).</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 48</b>	<b>Apresentação do grupo colaborativo.</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 49</b>	<b>Mediadores/as das comissões de trabalho.</b>	<b>87</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação é um Instrumento de Planejamento da Gestão Pública no Sistema de Ensino, que define os rumos da educação no município, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias embasadas nos Planos Nacional e Estadual de Educação, objetivando projetar a Educação no Município para os próximos dez anos, a partir de sua aprovação, devendo ser avaliado a cada dois anos, promovendo as adequações necessárias para atender a novas demandas que possam surgir no decorrer do decênio.

Vivemos um tempo de transição, marcado por mudanças de paradigmas, conceitos e concepções. O homem, a mulher, as crianças, adolescentes e jovens, as instituições, a sociedade, vivenciam um constante e veloz processo de transformação nas relações sociais estabelecidas, deparam-se constantemente com desafios que necessitam ser enfrentados, a exemplo da violência física e simbólica, do racismo, do sexismo, da discriminação, da homofobia, da desigualdade social, dentre tantos outros fatores que têm arremessado crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos à margem da sociedade.

Nesse contexto, faz-se necessário desenvolver um processo permanente de discussão que proporcione o enfrentamento desta realidade. Para isso, é fundamental a definição de políticas públicas nas áreas sociais, em especial na educação. É imprescindível firmar o compromisso para o investimento efetivo nas pessoas, proporcionando educação de qualidade às crianças, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as, num esforço conjunto entre o poder Público e a Sociedade Civil Organizada.

Queremos ser referência nacional no ensino público. Sendo assim, é intenção do Plano Municipal de Educação contribuir efetivamente para esta realidade. É preciso concretizar as mudanças necessárias para a oferta, acesso e permanência dos/as educandos/as nas unidades educativas e instituições de ensino do nosso município.

O desafio maior na elaboração deste Plano foi articular os vários segmentos e instituições ligados à Educação, visando à construção conjunta de um documento que contemple as reivindicações e expectativas da sociedade, em relação à educação. Esta elaboração participativa significa que as diretrizes e metas, definidas de forma

articulada, possibilitam efetivamente a concretização da educação de qualidade que as pessoas do nosso município tanto merecem.

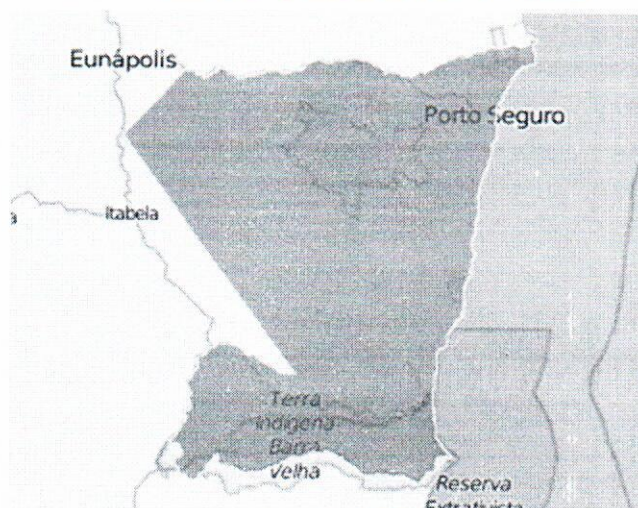


## 2. ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

### 2.1 Análise Situacional do Município

#### 2.1.1 – Caracterização do Município

Imagem 1: Mapa de porto Seguro.



Fonte: IBGE<sup>1</sup>/2010

Tabela 1: Dados sobre o município de Porto Seguro.

População estimada 2014 <sup>(1)</sup>	143.282
População 2010	126.929
Área da unidade territorial (km²)	2.287,085
Densidade demográfica (hab/km²)	52,70
Código do Município	2925303
Gentílico	Porto-segurense
Prefeito/a	Claudia Silva Santos Oliveira

Fonte: IBGE/2010

#### 2.1.2 Aspectos Históricos, Geográficos, Culturais e Socioeconômicos

Porto Seguro está localizado no extremo sul da Bahia, com uma área de 2.408,37 quilômetros quadrados e com grande potencial natural. Até meados do século XX, o município permaneceu com uma população de indígenas, pescadores,

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



criadores de animais, agricultores e madeireiros que tinham acesso exclusivo à cidade, pelo mar (SILVA, 2014, p. 46).

Na segunda metade da década de 1960, antes mesmo da rodovia, o município recebeu os seus primeiros turistas, os hippies, que fizeram das suas praias e vilas paradisíacas da época, lugar de veraneio, bem como de residência. Daí então passou a atrair outros visitantes do Brasil e do mundo, principalmente devido aos 80 km de praias que o contornam, além de se distanciar da repressiva e autoritária ditadura militar que assolava o Brasil. Porto Seguro tornou-se o roteiro preferido de pessoas que queriam fugir dos grandes centros, e muitas delas decidiram permanecer aqui, iniciando, assim, a construção de uma população híbrida, formada por pessoas nativas, estrangeiras, baianas de cidades distintas, trabalhadoras e investidoras do sul e sudeste brasileiros (FONTANA, 2001, apud SILVA, 2014, p. 47).

A construção da BR 101, na década de 1970, por sua vez proporcionou a Porto Seguro a condição de se tornar um dos polos turísticos mais visitados do Brasil. Nessa época, a região continua a contar com uma base econômica assentada exclusivamente na exploração das atividades madeireiras e pesqueiras, mas já se iniciavam as primeiras inserções turísticas. Mesmo sem possuir uma razoável estrutura receptiva em funcionamento, a cidade passou a receber milhares de visitantes do mundo inteiro. Nesse período, sua estrutura colonial permanecia intacta e não oferecia nenhum recurso básico de saneamento. Inclusive, até início da década de 1980, a iluminação da cidade era a motor, e as ruas eram de chão batido ou muçurunga (FILHO, 1976, apud SILVA, 2014, p. 47).

A inauguração do trecho rodoviário da BR 101, que ligou o município de Porto Seguro à capital baiana, dentre outras, abriu as portas para a atividade turística, propiciando um desenvolvimento nunca antes esperado. O município, que vivia isolado, sobrevivendo da pesca, da agricultura de subsistência, passaria, num espaço de 20 anos, a ser o segundo maior polo turístico do Estado da Bahia, conforme Cristina Araújo (apud SILVA, 2014, p. 48).

Segundo o historiador Romeu Fontana (apud SILVA, 2014, p. 47- 48), as mudanças na cidade começaram a aparecer no final dos anos 1970, quando se instituiu a primeira programação turística para o verão, com festas nas praças, shows de artistas renomados de Salvador e de outras cidades brasileiras, e por fim a grande festa de carnaval. Podemos considerar que essa programação inicial foi o ponto de



partida para que os holofotes do Brasil e do mundo se voltassem para a cidade. Na expressão do autor, a cidade passou de aldeia de pescador, para aldeia global.

No final da década de 1980, quando começa uma corrida mercantil voltada para a exploração das cidades com potencial turístico, o turismo consolidou-se como atividade econômica da *Costa do Descobrimento*. Assim, inicia-se o processo de urbanização de Porto Seguro, com uma intensa transformação da cidade: construção de prédios, hotéis, restaurantes, bares, lojas, shoppings, centros de lazer, barracas de praia, centros de cultura, dentre outros (SILVA, 2014, p. 48).

Nos anos 1990, a cidade já era um dos maiores centros de lazer e entretenimento do Brasil, e recebia, em média, cerca de 500 mil turistas por ano. Porto Seguro se transformou no point do lazer nacional, e em 1991, de acordo com dados do IBGE, moravam na cidade pouco mais de 34 mil habitantes. Em 1995, já passavam dos 60 mil. No início dos anos 2002, a população já beirava os 100 mil (IDEM).

### 2.1.3 Formação Histórico-Administrativa

A história da organização administrativa de Porto Seguro está assim apresentada:

Elevado à categoria de vila, com a denominação de Porto Seguro, por Carta Régia de 27-05-1534.
Pelo Alvará de 02-12-1795, é criado o distrito com denominação de Santa Cruz, anexado à vila de Porto Seguro.
Distrito criado com a denominação de Porto Seguro, pelo Alvará de 20-10-1795.
Em 29-11-1832, é desmembrado da vila de Porto Seguro, o distrito de Santa Cruz, elevado à categoria de vila.
A vila de Porto Seguro é elevada à condição de cidade, pelo Ato n.º 499, de 30-06-1891.
Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído pelo distrito sede.
Pela Lei Estadual n.º 1.190, de 28-05-1917, o município de Porto Seguro adquiriu o extinto município de Vale Verde, como simples distrito.
Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01-I-1920, o município é constituído de dois distritos: Porto Seguro e Vale Verde.
Pela Lei Estadual n.º 1.961, de 08-06-1927, o município de Porto Seguro adquiriu o extinto município de Trancoso, como simples distrito.



Pela Lei Estadual n.º 2.131, de 09-08-1928, é criado o distrito de São José do Buranhém e anexado ao município de Porto Seguro.
Pelo Decreto Estadual n.º 7.479, de 08-07-1931, o município de Porto Seguro adquiriu o extinto município de Santa Cruz como simples distrito.
Pelo Decreto n.º 8.594, de 04-08-1933, é desmembrado do município de Porto Seguro o distrito de Santa Cruz Cabralia, elevado novamente à categoria de município.
Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Porto Seguro, São José do Buranhém, Trancoso e Vale Verde. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.
Pelo Decreto Estadual n.º 11.089, de 30-11-1938, o distrito de São José do Buranhém passou a denominar-se simplesmente Buranhém.
No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 4 distritos: Porto Seguro, Buranhém, Trancoso e Vale Verde. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-VII-1950.
Pela Lei Estadual n.º 628, de 31-12-1953, é criado o distrito de Guaratinga (ex-povoado de Novo Horizonte), com terras desmembradas do distrito de Buranhém, e anexado ao município de Porto Seguro. Pela mesma Lei Estadual foi transferida a sede do distrito de Trancoso para Caraíva.
Em divisão territorial datada de 01-VII-1955, o município é constituído de 5 distritos: Porto Seguro, Buranhém, Caraíva, Guaratinga e Vale Verde. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-VII-1960.
Pela Lei Estadual n.º 1.466, de 31-08-1961, desmembra do município de Porto Seguro os distritos de Guaratinga e Buranhém, para constituírem novo município: Guaratinga.
Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Porto Seguro, Caraíva e Vale Verde. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1993.
O distrito de Arraial d'Ajuda surgiu em torno da igreja de Nossa Senhora d'Ajuda, construída pelos jesuítas entre 1549 e 1551.
Tendo sido extinto pela Lei nº 1.961, de 08-06-1927, o município de Trancoso, (criado por Alvará Régio de 19 de fevereiro de 1759), foi anexado também ao município de Porto Seguro.
Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de cinco distritos: Porto Seguro, Arraial D'Ajuda, Caraíva, Trancoso e Vale Verde. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. (Fonte: <a href="http://www.cmps.ba.gov.br/index.php/a-historia">http://www.cmps.ba.gov.br/index.php/a-historia</a> .)

## Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM



IDHM – 1991 .....0,367

IDHM – 2000 .....0,495

IDHM – 2010 .....0,676

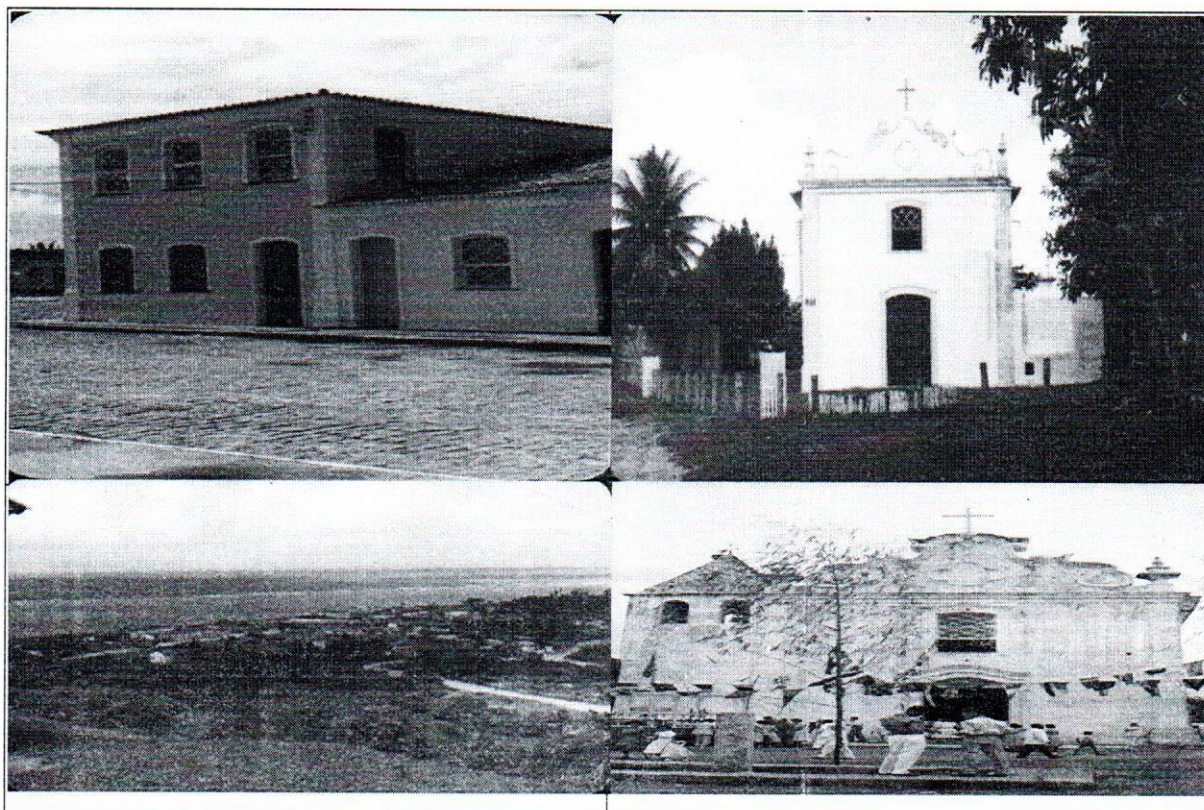
Fonte: Atlas Brasil 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

**Tabela 2: Índice Populacional Residente**

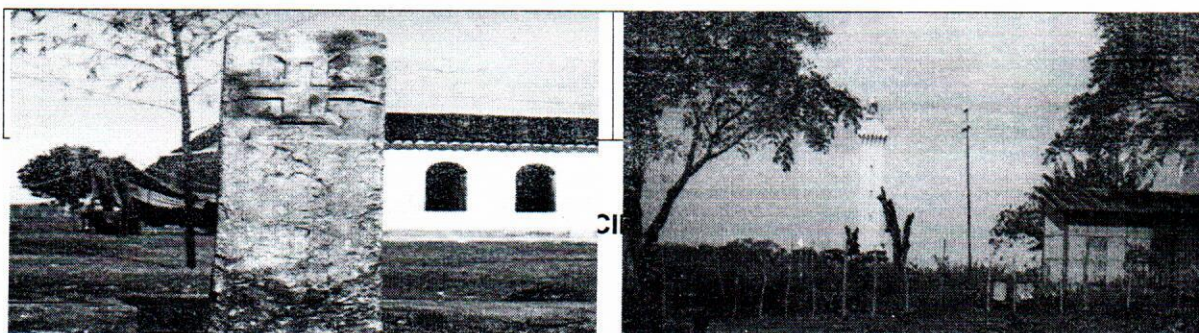
POPULAÇÃO RESIDENTE	126.929
POPULAÇÃO RESIDENTE – HOMENS	63.489
POPULAÇÃO RESIDENTE – MULHERES	63.440
POPULAÇÃO RESIDENTE ALFABETIZADA	98.091

Fonte: IBGE/2010

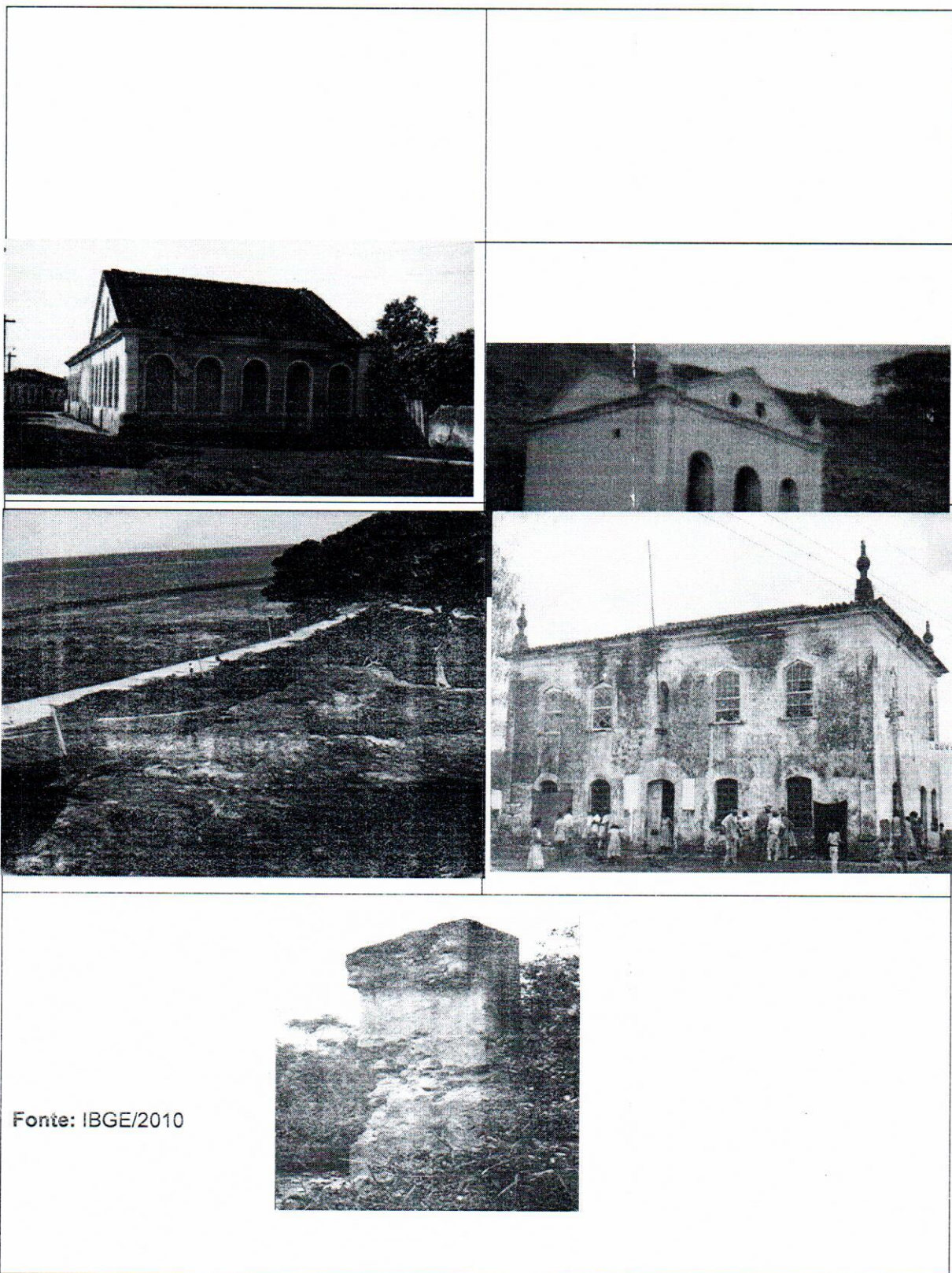
**Imagens 2,3,4,5: Fotografias de Porto Seguro 01**



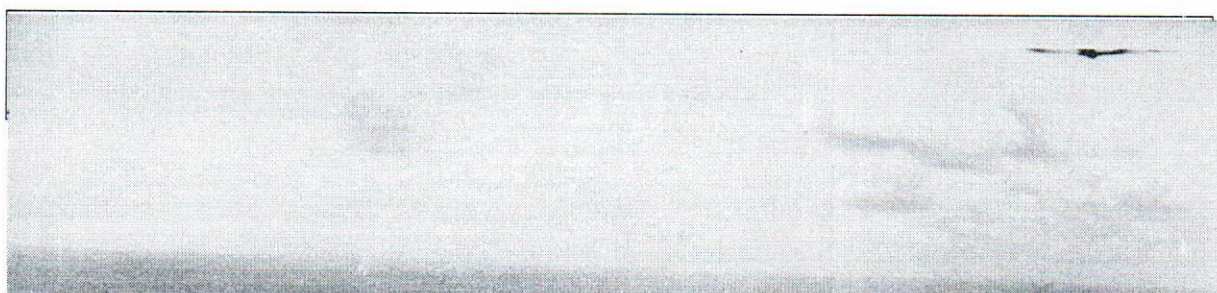
**Imagens 6,7,8,9,10,11, 12: Fotografias de Porto Seguro 02**







Imagens 13 e 14: Fotografias de Porto Seguro 03



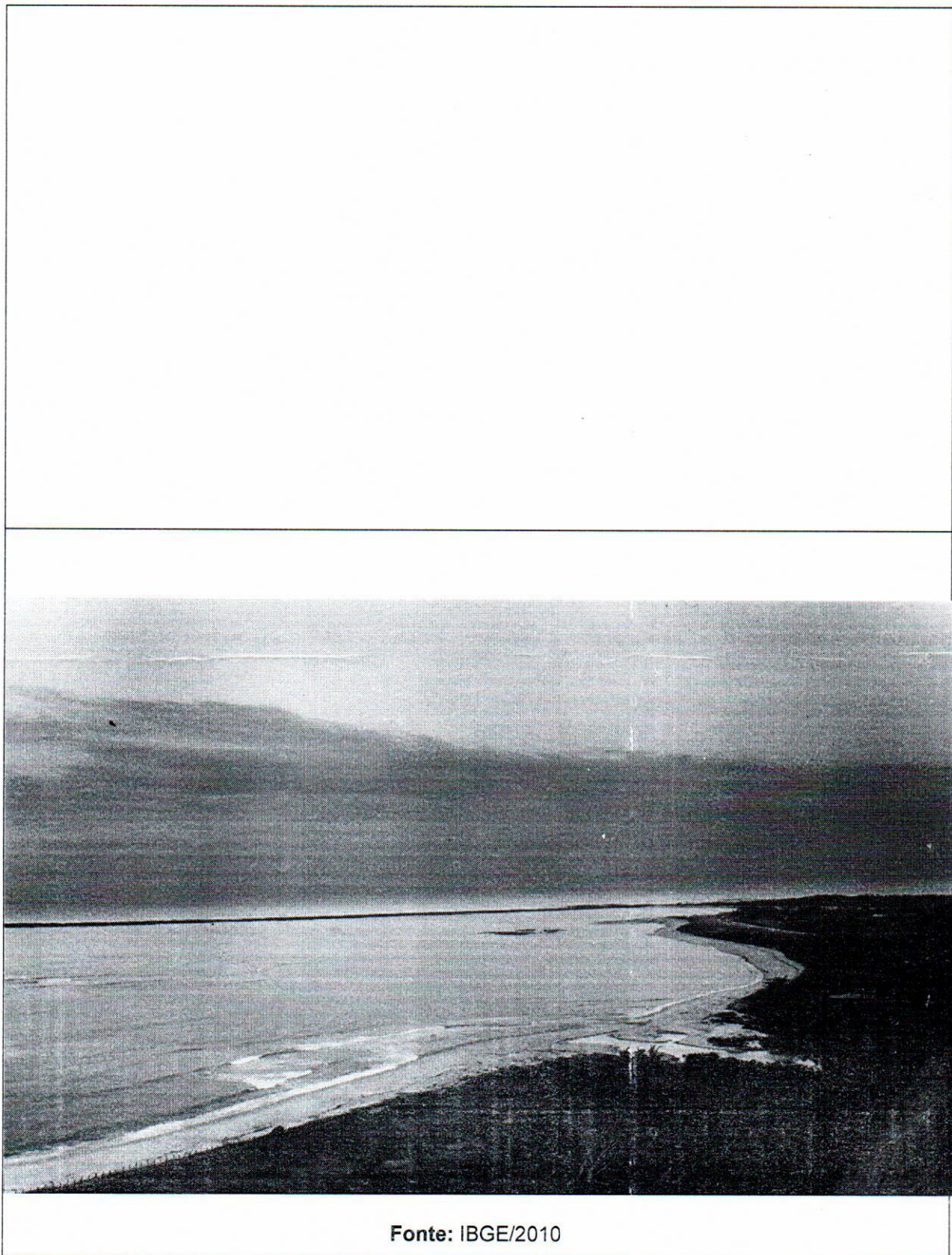


**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: UMA AÇÃO INCONCLUSA**

**128**

**REFERÊNCIAS**

**130**



## **2.2 Análise Situacional da Educação no Município**

A educação de Porto Seguro teve seu início em 1549, quando foram instituídas as primeiras aulas de catequese e Língua Brasileira, ministradas pelo Pe. Navarro, na



Cidade Histórica. Em 1818 iniciaram-se as aulas de Gramática Latina, aplicadas pelo Monsenhor Antônio Joaquim Moreira de Pinha. Partindo de relatos, sabe-se que, ao final do século XIX e início do século XX, a educação ainda era realizada na Cidade Histórica, por missionárias católicas que ministravam aula de Latim, Humanidades e Aritmética.

A partir da segunda década do século XX, como a cidade ainda não possuía professores/as capacitados/as que pudessem se dedicar exclusivamente ao ensino, alguns vieram da capital do Estado, para esse fim específico. Dentre os/as professores/as que aqui chegaram, destacam-se as professoras Stela Sambrano e Raydahlia Bittencourt. Esta relatou que, naquela época, por falta de escolas suficientes, as classes eram multisseriadas.

Em 1956, foi construída a Escola Pedro Álvares Cabral, atendendo apenas ao ensino primário. No decorrer dos anos, implantou-se o ensino ginásial em Porto Seguro.

Com a cidade em crescimento, na década de 70, foram construídas, pelos Prefeitos Carlos Alberto Parracho e Manoel Ribeiro Carneiro, as escolas Antônio Ricaldi e Cristina Batista, e no final da década começaram a construir escolas nos distritos e povoados, e a contratar professores/as formados/as em Magistério.

Em 1993 foi realizado o primeiro concurso público de Porto Seguro, efetivando profissionais da educação. Ainda na década de 90, algumas unidades escolares foram transformadas para atender a população em constante crescimento. Algumas delas passaram a funcionar em quatro turnos, para garantir o atendimento à população, em seu direito fundamental: a educação.

A partir da instituição da década da Educação, em 1997, houve no município um aumento significativo no atendimento aos/às alunos/as matriculados/as no Ensino Fundamental, passando a atender diversas modalidades, a exemplo da Educação Escolar Indígena.

Durante a última década do século XX e anos iniciais do século XXI, diversos programas educacionais foram vinculados ao município, em parceria com os governos estadual, federal e ONGs, objetivando a regularização do fluxo escolar (Acelera Brasil e Educar para Vencer), o atendimento aos/às alunos/as do Campo (Escola Ativa), a formação inicial de professores/as leigos/as (PROFORMAÇÃO), bem como a sua



formação continuada (PCN em Ação, PROFA, PRÓ-LETRAMENTO, FORMAR EM REDE, PACTO, PNAIC)<sup>2</sup>.

Também nesse período, com base no Art. 208 da Constituição Federal e nas Leis 8.069/90 e 9.394/96, o município passou a estabelecer o atendimento especializado a crianças e adolescentes com deficiência e, posteriormente, a oferecer formação em serviço para professores/as que recebem esses/as alunos/as inclusos/as em classes comuns. Consolidou, ainda, parcerias com a iniciativa privada, o que possibilitou o atendimento a crianças em idade de Educação Infantil, adolescentes em vulnerabilidade, em conflito com a lei, em risco social, crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, ofertando atendimento especializado para cada circunstância, participando ativamente da execução de diversos projetos.

Firmou, também, convênio com instituições de ensino superior, para a graduação de profissionais de seu sistema de ensino.

Adequando-se à Lei 11.274/06, que promoveu alterações na LDB, em 2007 o município regulamentou o Ensino Fundamental de nove anos, passando a atender crianças a partir de seis anos, nesse nível de ensino. No mesmo período, o município intensificou o atendimento à Educação Infantil e à Educação de Jovens e Adultos, de forma gradual, de acordo com a lei 11.494/07.

Apesar das conquistas, ainda há muitos desafios educacionais a serem enfrentados pelo município, dentre eles o analfabetismo, cuja taxa de 18,1% aponta para a relevância de se desenvolver políticas públicas educacionais e socioeconômicas para atender parte da população que ainda não teve os seus direitos, dentre eles os educacionais, garantidos. Somam-se ao analfabetismo, as condições precárias de algumas escolas; o número significativo de escolas alugadas, cujos espaços são inapropriados para se desenvolver uma educação de qualidade; a evasão e o fracasso escolar; a falta de condições dignas de trabalho para os/as educadores/as, dentre tantos outros desafios.

Atualmente o município atende a três níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I/II e Médio Indígena) e quatro modalidades (Educação do

---

<sup>2</sup> Respectivamente: Parâmetros Curriculares Nacionais; Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, Programa de Formação para o Desenvolvimento do Letramento e Numeramento; Programa de Formação para Professores da Educação Infantil; Pacto Estadual pela Alfabetização; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.



Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Escolar Indígena).

Além desses níveis e modalidades, o município desenvolve trabalhos voltados para a consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais, através de um departamento da Secretaria Municipal de Educação, o qual, em união com o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e os Movimentos Sociais Negros, dentre eles o Movimento Social Negro do Município, representado pelo Instituto Sociocultural Brasil Chama África, tem desenvolvido um trabalho voltado para a valorização e afirmação do respeito às diferentes etnias que fazem parte da história de Porto Seguro, discutindo questões relacionadas à raça/cor/etnia.

Também existe um trabalho desenvolvido com o Programa mais Educação, o qual visa à concretização da Educação Integral, objetivando principalmente o atendimento a crianças e adolescentes que estão marginalizados/as por diversas situações, dentre elas a socioeconômica, que os/as obriga a viver em condições precárias.

O Conselho Municipal também tem contribuído na busca por uma educação de qualidade, não apenas pelo seu poder deliberativo, mas também pelas orientações no processo de implantação da gestão democrática escolar, dentre outras ações.

Agindo de forma independente, mas sem deixar de colaborar com os rumos educacionais do município, temos as instituições de ensino privadas, que atendem a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e Superior, bem como as instituições de ensino públicas, que atendem o Ensino Médio e Profissionalizante, e também o Ensino Superior.

E ainda há a ação dos movimentos sociais, destacando a atuação do Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Educação, APLB/SINDICATO, o qual tem participado da formação continuada dos/as professores/as, com a realização anual do Congresso Nacional de Educação de Porto Seguro (CONEPS). Está engajado, também, na luta pela valorização do/a trabalhador/a, pela concretização de condições dignas de trabalho, de escolas apropriadas para a aprendizagem dos/as alunos/as, visando uma educação de qualidade, que esteja voltada para a formação humana e intelectual, pautada no respeito às diferenças e aos direitos de cada educando/a.



Todos os representantes de cada instituição supracitada se envolveram na elaboração desse Plano, realizando um diagnóstico inicial para entender como se encontra hoje a educação no município de Porto Seguro, e em seguida criando metas e estratégias para atender às demandas apresentadas. Tanto o diagnóstico quanto as metas e estratégias serão apresentados a seguir, numa sequência que objetiva primeiro a reflexão sobre os problemas, para que se possa compreender o porquê de cada estratégia.

### 2.2.1 Diagnóstico da Educação Infantil

É importante ressaltar que a Lei nº 12.796, de 4/4/2013, traz, em seu Art. 2º, que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Dentre as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação anterior (BRASIL, 2001), estão a ampliação da oferta da Educação Infantil, a construção de espaços adequados para atendimento às crianças atendidas por esse nível de ensino, a formação de profissionais que nele atuam. Catorze anos depois, o que se percebe é que as ações para atendimento das metas instituídas em 2001, no Município de Porto Seguro, são marcadas pela falta de agilidade e pelo descompromisso com a educação dessas crianças.

As tabelas que se seguem revelam esse descompromisso.

**Tabela 03: Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Porto Seguro, por dependência administrativa e localização. Período 2010 a 2014.**

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	2.414	1.675	0	0	648	0	4.737
2011	2.398	1.749	0	0	918	0	5.065
2012	2.575	1.829	0	0	886	0	5.290
2013	2.713	1.828	0	0	1.038	0	5.579
2014	2.659	1.890	0	0	1.191	0	5.740



**Fontes:** MEC/Inep, para os dados de matrícula, Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2014.

**Tabela 4: Frequência, por ano, de nascimentos em Porto Seguro.**

2010	2011	2012	2013	2014
2.386	2.188	2.526	2.427	2.442

**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde, 2014.

**Tabela 5: Taxa de escolarização da Educação Infantil em Porto Seguro.**

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	9.646	670	8.976	6.95%
Pré-Escola (4 a 5 anos)	4.996	4.067	929	81.40%
Total (0 a 5 anos)	14.642	4.737	9.905	32.35%

**Fontes:** IBGE/2010 (para os dados de população); MEC/INEP (para os dados de matrícula).

**Tabela 6: Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Porto Seguro, por localização.**

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO	11.638	3.062	26.31%
RURAL	3.004	1.675	55.76%

**Fontes:** IBGE/2010 (para os dados de população); MEC/INEP (para os dados de matrícula).

As tabelas apontam que não houve atendimento significativo e amplo na Educação Infantil nos últimos anos. Desse modo, há uma necessidade urgente de desenvolver ações que não só ampliem significativamente o acesso das crianças a esse nível de educação, mas também garantam a sua permanência e o seu sucesso, mediante oferecimento de espaços dignos e apropriados, bem como profissionais habilitados/as, com condições de trabalho que os/as estimulem a auxiliar essas crianças na consolidação dos seus direitos referentes à aquisição de uma educação de qualidade.

## 2.2.2 Diagnóstico do Ensino Fundamental



A rede municipal de ensino regulamentou o Ensino Fundamental de nove anos a partir do ano de 2007 (Resolução CME nº 19/2007). A maior parte dos espaços físicos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos e a proposta curricular foram sendo adaptados no decorrer dos anos.

Na referida rede, a ênfase no processo de alfabetização deu-se a partir da adesão ao Pacto Estadual e Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com formação continuada dos/as professores/as das turmas de 1º ao 3º ano, anualmente, dentre outras formações, como, por exemplo, o Pró Letramento, para os anos iniciais, e o Gestar II, para os anos finais.

Assim está caracterizado o Ensino Fundamental no município de Porto Seguro:

**Tabela 7: Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no município, por dependência administrativa e localização (2010/2013).**

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	11.976	8.903	261	-	2.308	-	23.448
2011	11.617	8.639	399	-	3.179	-	23.834
2012	11.678	8.745	319	-	3.491	-	24.233
2013	11.814	7.878	350	-	3.270	-	23.312
2014	12.068	9.084	337	-	3.492	-	24.981

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>.

**Tabela 8: Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.**

Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
1991	2000	2010	1991	2000	2010
			70,36	65,13	77,32

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>

**Tabela 9. Taxas de Rendimento - Rede Estadual.**

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
5ª Série / 6º ano do EF	2008	71.90	-	18.80	-	9.30	-
	2009	76.30	-	21.10	-	2.60	-
	2010	82.90	-	17.10	-	0.00	-
6ª Série / 7º ano do EF	2008	59.80	-	22.80	-	17.40	-
	2009	76.20	-	11.90	-	11.90	-
	2010	94.60	-	5.40	-	0.00	-



7ª Série / 8º ano do EF	2008	<b>66.70</b>	-	<b>18.30</b>	-	<b>15.00</b>	-
	2009	<b>85.50</b>	-	<b>8.70</b>	-	<b>5.80</b>	-
	2010	<b>92.70</b>	-	<b>5.50</b>	-	<b>1.80</b>	-
8ª Série / 9º ano do EF	2008	<b>69.80</b>	-	<b>15.90</b>	-	<b>14.30</b>	-
	2009	<b>79.70</b>	-	<b>11.30</b>	-	<b>9.00</b>	-
	2010	<b>81.10</b>	-	<b>14.70</b>	-	<b>4.20</b>	-

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>.

Tabela 10. Taxas de Rendimento - Rede Municipal (1º ao 5º ano).

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	<b>68.50</b>	<b>67.80</b>	<b>26.40</b>	<b>27.10</b>	<b>5.10</b>	<b>5.10</b>
	2009	<b>71.50</b>	<b>73.20</b>	<b>24.10</b>	<b>22.00</b>	<b>4.40</b>	<b>4.80</b>
	2010	<b>69.10</b>	<b>72.80</b>	<b>26.80</b>	<b>22.30</b>	<b>4.10</b>	<b>4.90</b>
2ª Série / 3º ano do EF	2008	<b>70.00</b>	<b>69.70</b>	<b>25.00</b>	<b>25.00</b>	<b>5.00</b>	<b>5.30</b>
	2009	<b>75.30</b>	<b>80.70</b>	<b>19.20</b>	<b>14.80</b>	<b>5.50</b>	<b>4.50</b>
	2010	<b>73.70</b>	<b>80.00</b>	<b>21.30</b>	<b>16.90</b>	<b>5.00</b>	<b>3.10</b>
3ª Série / 4º ano do EF	2008	<b>74.40</b>	<b>80.30</b>	<b>20.60</b>	<b>15.20</b>	<b>5.00</b>	<b>4.50</b>
	2009	<b>71.90</b>	<b>80.60</b>	<b>22.50</b>	<b>14.50</b>	<b>5.60</b>	<b>4.90</b>
	2010	<b>78.50</b>	<b>82.00</b>	<b>18.00</b>	<b>12.80</b>	<b>3.50</b>	<b>5.20</b>
4ª Série / 5º ano do EF	2008	<b>78.50</b>	<b>83.10</b>	<b>16.10</b>	<b>13.00</b>	<b>5.40</b>	<b>3.90</b>
	2009	<b>77.40</b>	<b>80.40</b>	<b>17.30</b>	<b>14.30</b>	<b>5.30</b>	<b>5.30</b>
	2010	<b>79.40</b>	<b>80.40</b>	<b>14.50</b>	<b>15.20</b>	<b>6.10</b>	<b>4.40</b>

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>

Tabela 11. Taxas de Rendimento - Rede Municipal (6º ao 9º ano).

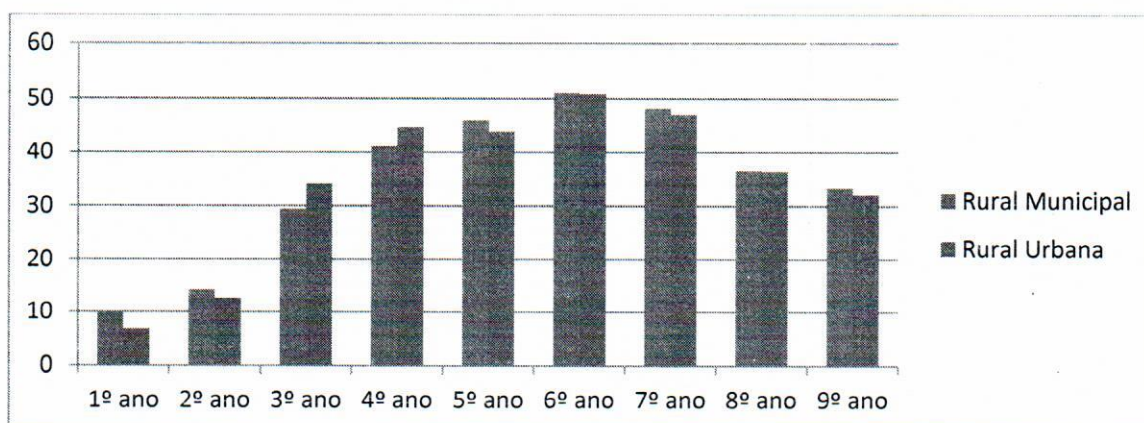
5ª Série / 6º ano do EF	2008	<b>59.70</b>	<b>71.80</b>	<b>29.50</b>	<b>21.60</b>	<b>10.80</b>	<b>6.60</b>
	2009	<b>58.30</b>	<b>75.50</b>	<b>34.00</b>	<b>16.10</b>	<b>7.70</b>	<b>8.40</b>
	2010	<b>69.30</b>	<b>74.80</b>	<b>22.60</b>	<b>17.10</b>	<b>8.10</b>	<b>8.10</b>
6ª Série / 7º ano do EF	2008	<b>63.80</b>	<b>79.80</b>	<b>27.80</b>	<b>15.10</b>	<b>8.40</b>	<b>5.10</b>
	2009	<b>65.70</b>	<b>77.80</b>	<b>27.50</b>	<b>13.70</b>	<b>6.80</b>	<b>8.50</b>
	2010	<b>74.20</b>	<b>83.30</b>	<b>16.80</b>	<b>11.40</b>	<b>9.00</b>	<b>5.30</b>
7ª Série / 8º ano do EF	2008	<b>70.90</b>	<b>82.00</b>	<b>21.50</b>	<b>10.20</b>	<b>7.60</b>	<b>7.80</b>
	2009	<b>68.60</b>	<b>82.70</b>	<b>22.92</b>	<b>10.00</b>	<b>8.50</b>	<b>7.30</b>
	2010	<b>77.80</b>	<b>85.50</b>	<b>16.70</b>	<b>8.80</b>	<b>5.50</b>	<b>5.70</b>



<b>8ª Série / 9º ano do EF</b>	2008	<b>69.90</b>	<b>81.40</b>	<b>20.40</b>	<b>10.10</b>	<b>9.20</b>	<b>8.50</b>
	2009	<b>79.30</b>	<b>82.70</b>	<b>15.20</b>	<b>9.50</b>	<b>5.00</b>	<b>7.80</b>
	2010	<b>84.70</b>	<b>87.10</b>	<b>9.90</b>	<b>6.00</b>	<b>5.40</b>	<b>6.90</b>
<b>Fonte:</b> Disponível em: < <a href="http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php">http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php</a> >							

O Ensino Fundamental também tem apresentado muitos desafios no município de Porto Seguro, a começar pela dificuldade para atender a meta de alfabetizar as crianças até os 8 (oito) anos de idade. Apesar do investimento em cursos de formação continuada, já mencionados neste Plano, os/as alunos/as do Ensino Fundamental I continuam chegando ao Ensino Fundamental II sem as habilidades necessárias para firmarem sua permanência com sucesso. Como consequência disso, nos últimos anos houve um aumento no número de estudantes em defasagem idade/ano. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, assim está caracterizada a distorção idade/ano em nosso município:

**Gráfico 1: Distorção idade/ano no município de Porto Seguro (ano 2014).**



**Fonte:** <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

O gráfico demonstra que os objetivos traçados para uma educação de qualidade no município não foram alcançados com êxito, haja vista o número elevado de crianças e adolescentes que convivem com o fracasso, ano após ano, sendo-lhes negado o direito a uma educação de qualidade. É importante ressaltar que o problema não pode se tornar uma responsabilidade apenas dos/as professores/as, das metodologias por eles/as utilizadas. Há diversos fatores imbricados nesta questão, que vão desde as dificuldades socioeconômicas que esses/as alunos/as enfrentam, até situações de violência física e simbólica por eles/as vivenciada diariamente, esta



última representada pela discriminação, pela indiferença, exclusão social e negação de direitos.

O censo 2010, realizado pelo IBGE, revela que 57.722 pessoas com 10 anos ou mais de idade, no município de Porto Seguro, estão sem instrução e com o Ensino Fundamental incompleto. E o gráfico acima nos faz pensar sobre a probabilidade desse número ter aumentado de forma significativa, pois sabemos o quanto a repetência e a distorção afeta a autoestima dos/as alunos/as, contribuindo para que os/as mesmos/as abandonem a escola.

Tal situação aponta para a necessidade de se fomentar ações para a permanência dos/as alunos/as na escola, criando mecanismos para combater a evasão, traçando metas para que esses/as alunos/as recebam incentivo e instrução que lhes proporcione o sucesso, não o fracasso.

### 2.2.3 Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos em Porto Seguro tem enfrentado um dos seus maiores dilemas nos últimos anos: a interrupção dos estudos do processo de escolarização. Essa situação nos leva a refletir e procurar entender o que está ocorrendo com o atendimento a essa modalidade de ensino, o que está provocando essa interrupção, chamada muitas vezes de evasão, uma vez que esta palavra transfere a carga da não escolarização para os/as alunos/as ou para o contexto social em que estão inseridos/as, eximindo o município da sua responsabilidade.

A Educação de Jovens e Adultos iniciou no município de Porto Seguro no final dos anos 90, do século passado, sendo regularizada, segundo Da Cruz (2011), em 2001, e já em 2002 quase cinco mil pessoas realizaram matrícula nas escolas de EJA (DA CRUZ, 2011, p. 25). Hoje, segundo dados da Secretaria Municipal, apenas 2.765 alunos/as atendidos/as por essa modalidade estão na escola.

É importante ressaltar que essa interrupção ocorre por diversos fatores, mas na atualidade os que mais se destacam é o não oferecimento das aulas em escolas próximas às residências dos/as alunos/as e a falta de formação dos/as professores/as. Este último colabora para que alguns profissionais utilizem metodologias que não contribuem para uma aprendizagem significativa para essa modalidade, pois não



conseguem relacionar o que estão aprendendo com o conhecimento que realmente precisam construir.

A redução do número de alunos/as de EJA, no segundo semestre de 2012, fez com que a Secretaria Municipal de Educação decidisse, em 2013, que apenas algumas escolas no município oferecessem essa modalidade. Tal decisão provocou o afastamento de centenas de alunos/as da escola, ocasionado por motivos vários, dentre os quais destacamos: dificuldades de alguns se locomoverem para a escola, por apresentarem problemas físicos que lhes impedem de caminhar percursos longos; dificuldades para chegar à escola a tempo de assistir às aulas, uma vez que chegam a casa atrasados, porque trabalham distante, e ainda têm que cuidar da família antes de partirem para a nova jornada; impedimento de se locomoverem em territórios comandados por facções rivais (principalmente os homens)<sup>3</sup>.

Os fatos revelam o quanto se torna imprescindível a tomada de decisões em prol da garantia dos direitos desses/as educandos/as, a começar pelo direito à educação, e que seja uma educação de qualidade, que respeite seus conhecimentos e suas vivências, as suas diferenças, a identidade cultural de cada uma/a, incentivando-os/as a desvendar a palavra em busca da leitura do mundo, transformando a aprendizagem num processo vivo, contextualizado e participativo, assegurando-lhes condições para o seu acesso, permanência e continuidade dos estudos.

#### 2.2.4 Diagnóstico da Educação do Campo

Destacam-se como sujeitos do campo, no Município de Porto Seguro: os trabalhadores/as rurais, arrendatários/as, meeiros/as, agricultores/as familiares, fazendeiros, assalariados/as, assentados/as associados/as, ribeirinhos/as, indígenas.

---

<sup>3</sup> Há alunos/as que não frequentam escolas situadas em territórios comandados por poder paralelo oposto ao do bairro onde moram, por medo de represálias.



São muitos os desafios que a Educação do Campo tem enfrentado ao longo dos anos. Alguns deles já foram vencidos, mas o percurso ainda é longo, e a quantidade de obstáculos ainda é muito significativa.

Conforme previsto na Legislação Brasileira, a Educação do Campo em Porto Seguro assegura a Educação infantil, o Ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. É importante observar que, quando se pensa em assegurar a educação do e no Campo, entende-se assegurar a permanência do/a aluno/a na comunidade. Dessa forma, é imprescindível garantir que as escolas funcionem adequadamente, assegurando a estrutura física e o atendimento pedagógico específico.

Oferecer transporte escolar para alunos/as que residem a distâncias próximas e nas regiões de difícil acesso é outra forma de garantir a permanência do/a aluno/a no campo. Ônibus escolares adquiridos com recursos públicos, pelo Programa Federal Caminho da Escola, contratação de motoristas e o aluguel de automóveis são formas utilizadas para dinamizar o transporte. Todavia, detecta-se a necessidade de ampliação e criação de rotas, bem como o acompanhamento diário do funcionamento destas.

Grande parte dos/as professores/as, coordenadores/as, auxiliares e demais funcionários/as que atuam nas Escolas do Campo de Porto Seguro reside na comunidade, mas não é concursada. O Concurso Público, com um olhar específico sobre os saberes da terra, é uma necessidade que poderá garantir os direitos dos/as profissionais que residem e trabalham no campo, e corrobora a valorização das classes trabalhadoras.

É necessário, também, rever o plano de carreira, no sentido de contemplar as especificidades do campo e do funcionalismo que atua nas suas escolas, efetivar profissionais e assegurar a qualificação e a permanência dos/as mesmos/as. Outro aspecto a ser observado refere-se ao próprio deslocamento dos/as docentes que residem na cidade, para o campo. Em período de chuvas algumas estradas do Município tornam-se intransitáveis, impossibilitando a ida dos/as profissionais para a unidade escolar onde atuam.

Na perspectiva da Educação do Campo, é necessário firmar uma política para a normatização do Sistema Municipal de Educação, que contribua para a categorização das escolas como Escolas do Campo, regulamentando essa



categorização junto ao Conselho Municipal/Plano Diretor da Educação do Município, propondo políticas públicas que atendam as demandas específicas das comunidades escolares. Vale ressaltar que no município há escolas que, mesmo localizadas em ambientes urbanos, como Arraial D'Ajuda, Trancoso, constam no cadastro do MEC como rurais, apesar de atenderem a um público de alunos/as, docentes e demais funcionários/as provenientes de ambientes com características urbanas. Por outro lado, algumas escolas localizadas nos distritos "semiurbanos" de Vera Cruz, Pindorama e Vale Verde possuem como público alvo diversos/as alunos/as provenientes do campo. Todavia, na escolha do livro didático, não optaram por escolher livros específicos, com temáticas rurais.

O sentido de apropriação e de autoafirmação nesse processo certamente deve ser observado e pontuado com vistas à categorização, como também o incentivo à criação de um adendo às Leis Municipais e afins, que definem espaço urbano e rural, possibilitando que em escolas que já possuam a maior parte de alunos/as de origem do campo, a comunidade possa fazer opção por uma Escola do Campo.

Porto Seguro é um município com uma grande diversidade econômica e social. Pontua-se na área urbana, o turismo; no campo, a agricultura com a cultura do eucalipto, do café, da aroeira, do coco, entre outras, cada uma com seu período de plantio e de corte ou colheita, em fazendas, assentamentos, associações. O cotidiano das famílias corre paralelamente às culturas da região onde normalmente residem ou trabalham.

Nesse contexto, observa-se uma necessidade de rever/retomar discussões sobre os 200 dias letivos expressos na LDB, propondo a elaboração de calendários escolares adequados à realidade cotidiana de cada comunidade escolar, observando e considerando períodos de colheita, safras, plantios, e em alguns casos a interferência do período de alta temporada do setor de turismo. Que as 800 horas sejam respeitadas, mas que se trabalhe os 200 dias letivos com base em experiências de alternância: tempo nas salas de aula, tempo na comunidade e tempos educativos, o que certamente possibilitaria a implantação de uma escola integral/alternância na perspectiva de ampliação da qualidade do atendimento ao alunado, e do cumprimento das determinações legais.

A formalização desta perspectiva, porém, só será efetivada se o Poder Público Municipal assumir a responsabilidade, acatando as orientações expressas pelas Leis



que regem a Educação no Brasil, bem como uma nova concepção municipal de se pensar a realidade, com a efetivação do funcionalismo, por meio de concurso público, e implantação do calendário decorrente da flexibilização do período de assinatura dos contratos, enquanto estes se fazem necessários.

As Escolas do Campo em Porto Seguro encontram-se localizadas, na sua maioria, distantes da sede do município, algumas em locais de difícil acesso, por estradas de barro que, durante os períodos de chuvas, tornam-se muitas vezes inviáveis ao trânsito de veículos pequenos. Tudo isso contribuiu significativamente nos últimos anos, para que alguns objetivos propostos não fossem alcançados. Vale salientar que, além de servirem para a condução dos técnicos, os veículos são utilizados para entrega de materiais diversos: documentos, material de limpeza e alimentação escolar, tão importantes para a regularização dos serviços escolares.

Como se vê, os desafios são diversos, tornando-se necessária a criação de políticas públicas municipais que viabilizem condições para que os/as alunos/as do campo tenham seus direitos efetivados, assumam seu lugar social, exigindo políticas educacionais que os/as incluam não como receptores/as das decisões, mas como participantes ativos/as dos projetos e ações voltados aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais, para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação.

#### 2.2.5 Diagnóstico da Educação Escolar Indígena

Abandonando de vez a perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades e de pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores/as da própria comunidade, a produção de materiais didáticos



específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola.

Nos processos de reelaboração cultural em curso, em várias terras indígenas, a escola tem se apresentado como um lugar estratégico para a continuidade sociocultural de seus modos de ser, viver, pensar e produzir significados. Nesta nova perspectiva, vislumbra-se que a escola possa tanto contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, garantindo sustentabilidade, quanto promover a cidadania diferenciada dos estudantes indígenas.

Como marco inicial desse processo, a partir da Constituição de 1988 temos assegurado aos índios suas especificidades étnico-culturais, cabendo à União o dever de protegê-las, respeitá-las e promovê-las. Essa mudança de perspectiva e de entendimento do lugar dos grupos indígenas na sociedade brasileira propiciou a superação de concepções jurídicas há muito tempo estabelecidas, fazendo com que a velha prática da assimilação cedesse lugar à proposição da afirmação da convivência e respeito à diferença. No âmbito da proposição desse novo marco jurídico, a educação diferenciada encontra amparo legal, assegurado principalmente por seus art. 210 e 231.

O direito a uma educação diferenciada também encontra respaldo na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece uma série de princípios gerais para o ensino, dentre eles o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização do profissional de educação escolar; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, dentre outros.

O direito à Educação Escolar Indígena também foi contemplado no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172/2001, que vigorou até o ano de 2011. Nele é apresentado um diagnóstico da oferta de Educação Escolar Indígena, desde o século XVI aos dias atuais, apontando para a definição de diretrizes, objetivos e metas que dependem da iniciativa da União e dos Estados para a implantação dos programas de Educação Escolar Indígena, bem como ressaltando que estes só deverão acontecer com a anuência das comunidades indígenas.

O direito diferenciado a uma educação escolar voltada para os interesses e necessidades das comunidades indígenas também é assegurado pelo Decreto nº 6.861/2009, que define a organização da Educação Escolar Indígena em territórios



etnoeducacionais. Nele é proposto um modelo diferenciado de gestão que visa fortalecer o regime de colaboração na oferta da Educação Escolar Indígena pelos sistemas de ensino. Em seu art. 1º, determina que a Educação Escolar Indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades.

O Decreto reafirma ainda a garantia das normas próprias e Diretrizes Curriculares específicas para as escolas indígenas que, deste modo, gozam de prerrogativas especiais na organização de suas atividades escolares, com calendários próprios, independentes do ano civil, que respeitem as atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas de cada comunidade. As Diretrizes, de caráter mandatório, objetivam, entre outras coisas, orientar a Educação Escolar Indígena, como um todo orgânico, com Diretrizes específicas e pelas Diretrizes próprias a cada etapa e modalidade da educação. No campo da educação, novas diretrizes passaram a orientar as práticas pedagógicas e curriculares nas escolas indígenas, no rumo de uma educação escolar própria ou, como passou a ser concebida, uma Educação Escolar Indígena diferenciada, específica, intercultural e multilíngue.

A população indígena residente nas terras é predominantemente jovem, grande parte concentrando-se até os 24 anos de idade. Portanto, em 93,6% das terras a concentração de pessoas com até 24 anos de idade está acima de 50%, segundo dados do IBGE, Censo de 2010, ficando claro que grande parte da população indígena no país encontra-se em idade escolar.

Ainda segundo relatório do IBGE, de um modo geral a educação básica da população indígena melhorou na maioria dos estados brasileiros. A redução das taxas de analfabetismo contribuiu para diminuir as diferenças existentes entre as áreas internas e as localizadas fora das terras indígenas, como também tem reduzido as desigualdades observadas entre homens e mulheres.

Apesar das taxas de analfabetismo terem diminuído no âmbito nacional, é evidente que grande parte da população indígena com faixa etária entre 40 e 50 anos, do município de Porto Seguro, ainda é analfabeta, e muitos ainda são analfabetos funcionais.

O acesso à educação formal dos indígenas é diferenciado quando se analisa a localização do domicílio de residência. No âmbito nacional, nas áreas fora das terras indígenas, as oportunidades são maiores, em função de um número maior de escolas.



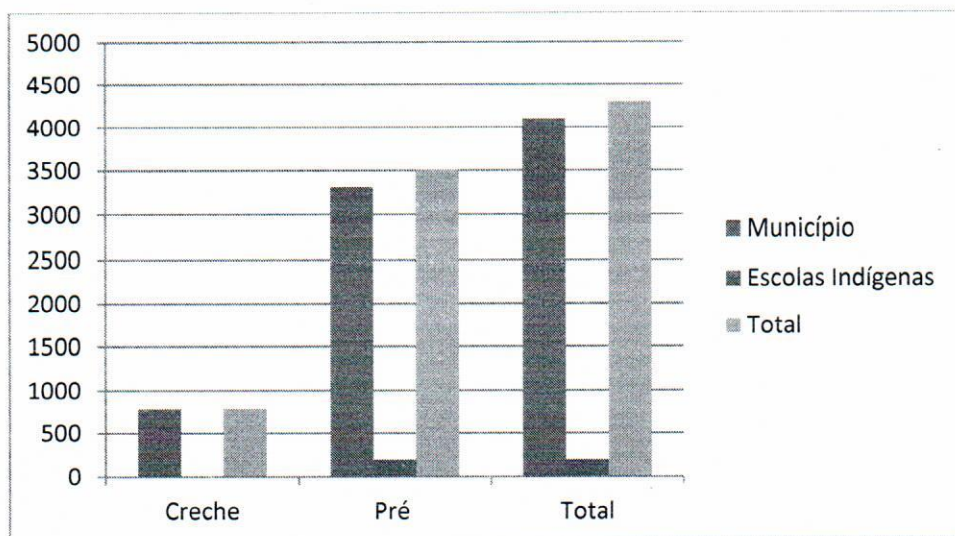
Nas terras indígenas, por outro lado, a oferta é sensivelmente reduzida, em função de vários fatores, sendo o geográfico um deles, destacando-se, entre outros, a dificuldade de acesso.

No que se refere ao município de Porto Seguro, a Educação Escolar Indígena, quanto à sua localização, é diferenciada, pois as comunidades são contempladas em sua própria comunidade, no segmento do Ensino Fundamental I (anos iniciais) e Educação Infantil (4 e 5 anos). Porém, o município está em débito com algumas comunidades, no que diz respeito ao Ensino Fundamental II (anos finais) e Ensino Médio, consequentemente fazendo com que os/as alunos das comunidades indígenas sejam inseridos/as em contextos que não condizem com sua realidade, e por isso sofrem preconceitos, exclusões, e isso os/as desestimula ao ponto de, por muitas vezes, não completar a Educação Básica. Quanto à Educação Infantil (0- 3 anos), ela é inexistente nas comunidades indígenas. Sua implantação ou não deverá ser feita nas comunidades, mediante consulta prévia das mesmas e manifestação de interesse.

O governo estadual, respondendo às reivindicações indígenas, publicou o Decreto 8.471, de 12 de março de 2003, que cria a Categoria de Escola Indígena no âmbito do sistema estadual de ensino do Estado da Bahia. Além disso, aprovou a Lei nº 12.046, de 04 de janeiro de 2011, que cria a Carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia, bem como a matriz específica e diferenciada para as escolas indígenas, em 2012. E ainda, o Conselho Estadual de Educação publicou a Resolução N°106/04, de 22 e 23 de janeiro de 2005, que define as diretrizes para a autorização dos cursos da Educação Básica.

Em Porto Seguro, apesar das especificidades serem atendidas no que diz respeito à contratação de membros da própria comunidade para atuarem nas escolas indígenas, o município não possui legislação própria quanto à Categoria de Escola Indígena e Carreira de Professor Indígena, sendo utilizados para embasamento a legislação Estadual e/ou Federal. As escolas indígenas possuem em seu currículo, desde 2003, um profissional e uma disciplina específicos para trabalhar a cultura indígena. Em 2012, através da Resolução CME nº41/2012, a Educação Escolar Indígena passa a ser contemplada com sua própria matriz curricular, sendo inserida a disciplina de Língua Materna em todos os segmentos. Quanto ao concurso público





**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Observando o gráfico é possível notar que, apesar de atendermos todas as crianças de 4 e 5 anos que procuram a escola, a faixa de 0-3 anos, creche, não é contemplada nas escolas indígenas do município.

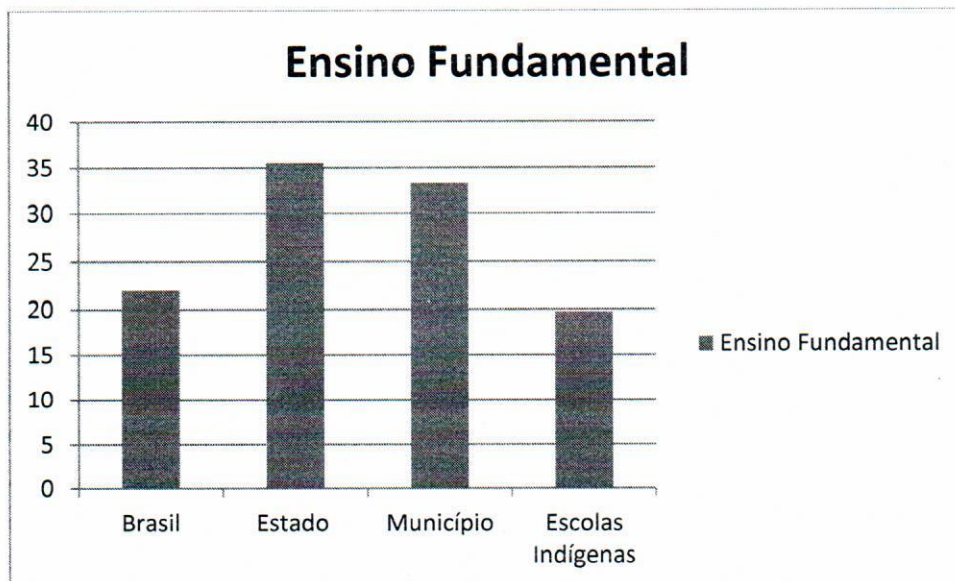
É possível entender esse resultado, pois as escolas indígenas não possuem espaço adequado a essa faixa etária.

## 2. Ensino Fundamental

Ao se analisar os dados deste segmento, podemos afirmar que todas as escolas indígenas do município, multisseriadas ou não, atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com a demanda apresentada pelas mesmas. Porém, os anos finais estão presentes em apenas 08 das escolas representando apenas 80% de seu alunado.

Para avaliarmos melhor o desempenho dessas escolas, será necessário analisar os gráficos que seguem abaixo:

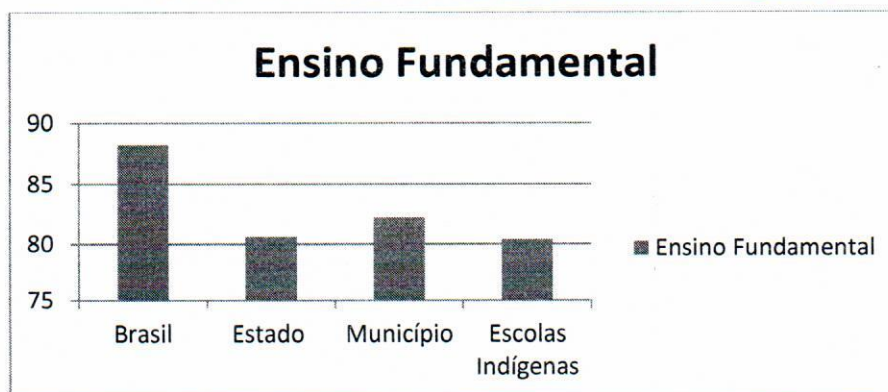
**Gráfico 3: Distorção idade-ano nas escolas indígenas.**



**Fonte:** INEP <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

É notório que, apesar da distorção idade/ano estar presente nos índices das escolas indígenas, as mesmas apresentam um índice bem menor que o do estado e do próprio município, e até mesmo do Brasil. Entende-se, assim, que as crianças indígenas, em sua maioria, estão entrando na escola na idade certa.

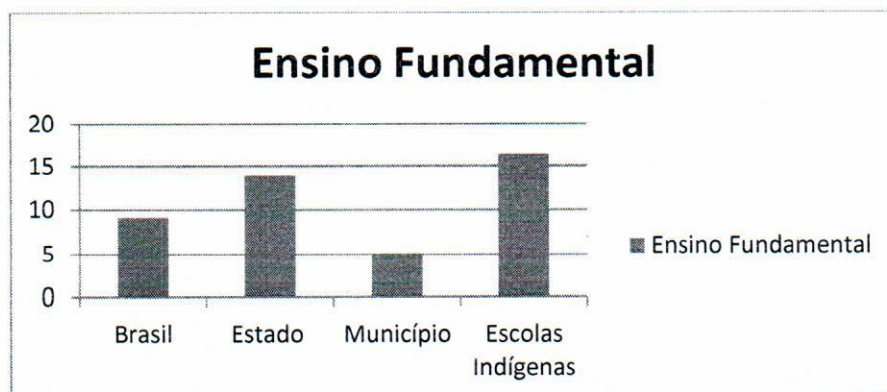
**Gráfico 4: Índice de aprovação nas escolas indígenas.**



**Fonte:** INEP <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

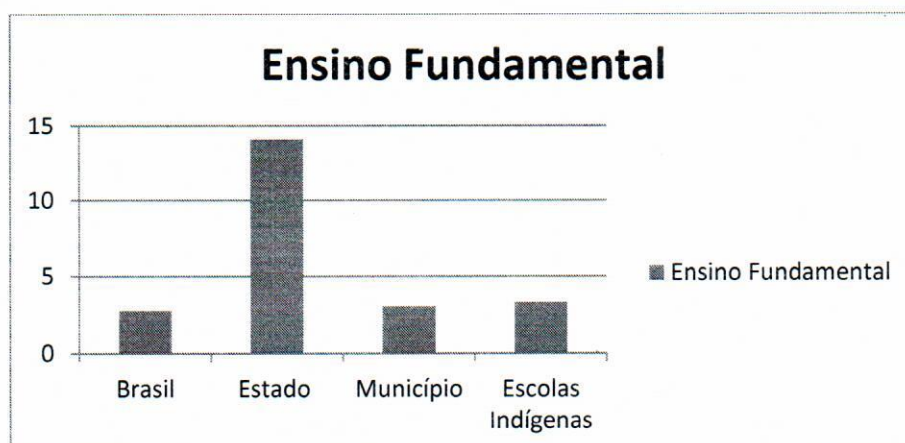
**Gráfico 5: Índice de reprovação nas escolas indígenas.**





Fonte: INEP <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

**Gráfico 6: Índice de abandono nas escolas indígenas.**



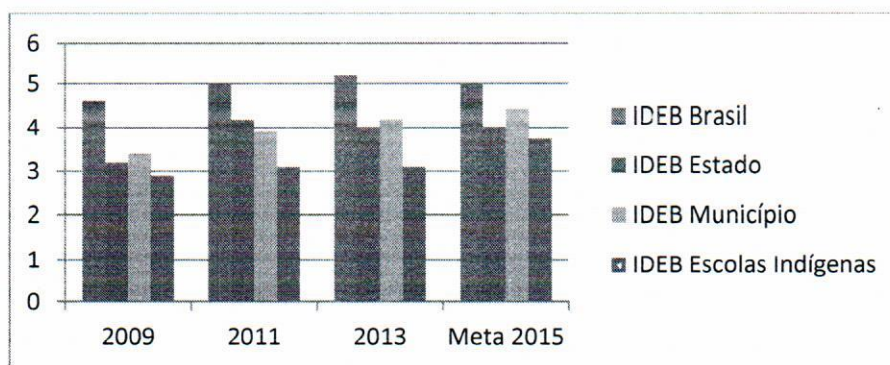
Fonte: INEP <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Sintetizando os gráficos acima, nota-se que apesar das escolas indígenas apresentarem índices semelhantes aos do município e estado, em relação à aprovação e reprovação nas escolas, eles são muito elevados em relação ao todo, percebendo-se que essa é uma deficiência do estado em geral. Em relação ao abandono, apesar de estar equilibrado com o todo e município, e muito mais baixo que o do estado, ele reflete diretamente nos percentuais de distorção idade/ano.

Outro índice que deve ser avaliado com muito detalhamento é o das avaliações externas:

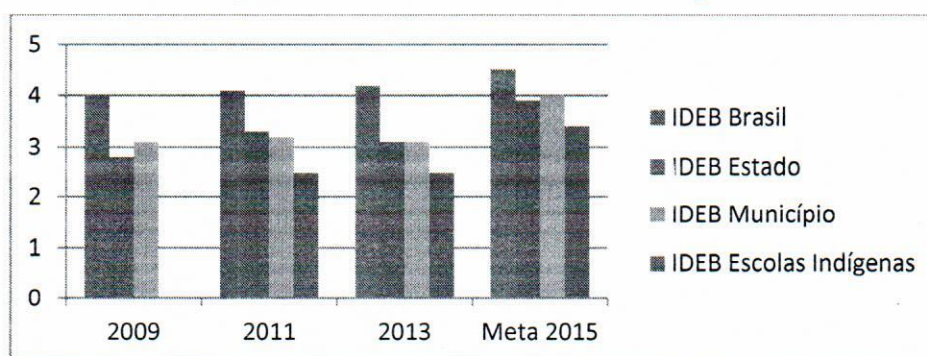
**Gráfico 7: Avaliação dos anos iniciais nas escolas indígenas.**





Fonte: INEP <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

**Gráfico 8: Avaliação dos anos finais das escolas indígenas.**



Fonte: INEP <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Esses índices refletem as dificuldades das escolas indígenas do município, não porque devem ser comparados com os desejados pelo governo, e sim porque caíram de uma avaliação para outra, demonstrando que houve uma redução no aprendizado dos alunos.

## 2.2.6 Diagnóstico da Educação Especial

No ano de 2004, com a exigência da Educação Inclusiva, criou-se na Secretaria Municipal de Educação (SME), um setor para mobilizar uma atenção especializada aos/às alunos/as com distúrbio de aprendizagem e/ou deficiência. Funcionando de forma itinerante, nas escolas fazia triagem dos/as alunos/as, preenchia Anamnese com a família e fazia os devidos encaminhamentos para neurologistas, psicólogos, principalmente por falta de laudos médicos, segundo a necessidade de cada um. No ano seguinte avaliou-se que só a visita e a triagem não estavam contribuindo para a



aprendizagem dos/as alunos/as, tampouco para um respaldo positivo aos/às professores/as, criando-se, assim, núcleos de atendimento.

Uma equipe composta por psicólogo, fonoaudióloga e uma pedagoga fazia, além da triagem, o atendimento dos/as alunos/as. Havia 05 núcleos funcionando: 01 no Centro, 01 no Bairro Frei Calixto (Baianão), 01 em Vera Cruz, 01 em Arraial D'Ajuda e 01 em Trancoso. Cada núcleo, apesar de centralizado em determinada escola, deveria atender as escolas dos arredores, segundo orientação das Diretrizes Operacionais para a Educação Especial, do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Outras localidades continuavam com atendimento para triagem, quando era solicitado pela escola.

Com o tempo, outras necessidades foram surgindo, por parte das escolas, e a grande demanda de alunos/as, bem como as dificuldades com locomoção e alimentação dos/as profissionais, foram se acentuando. Assim, foi criado o Centro de Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (CEAME), em 17 de abril de 2009.

Desde que começou o setor, na SME, várias capacitações foram disponibilizadas pela mesma e pelo MEC, através de projetos enviados pela Secretaria de Educação do Estado, pelo Instituto de Cegos da Bahia e principalmente pelos programas existentes no MEC, tanto presenciais como online, com universidades parceiras. Ainda hoje continuam sendo capacitados/as a equipe do atendimento educacional especializado e professores/as de diferentes escolas.

Com a falta de equipamento específico na área visual, a SME absorveu um projeto existente na cidade, chamado Projeto ViVer, de autoria de Conceição Julião. Por ser usuária do Braille, Conceição conseguiu trazer equipamentos de Salvador e, com ajuda de voluntárias da melhor idade, ensinava o Braille para outros cegos. Com o tempo, e com a falta de acessibilidade na cidade, as senhoras com idade avançada tinham dificuldade de ir para o trabalho voluntário. Para agravar a situação, Conceição, que é enfermeira do setor de epidemiologia da Secretaria de Saúde, não tinha tempo de dar continuidade ao trabalho, que consistia no aprendizado do Braille e oficina de artes, pelas voluntárias. Além disso, com a perspectiva inclusiva, os/as alunos/as iriam para a escola regular. Ela, então, entregou o Projeto ViVer para o Setor de Educação Inclusiva, a fim de que este desse continuidade ao trabalho.



A Educação Especial fundamenta-se na concepção de direitos humanos, para além da igualdade de oportunidades. Define-se pela garantia do direito de todos à educação, e pela valorização das diferenças culturais, étnico-raciais, sexuais, físicas, sensoriais, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras. Desse modo, o CEAME tem a proposta de atender no contraturno escolar, garantindo a dupla matrícula do/a aluno/a, para o recebimento da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). A exigência é que o/a aluno/a deve estar incluído e participar do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Considerando os/as alunos/as que, mesmo não sendo público alvo da Educação Especial, mas representam uma clientela sem atendimento na cidade, o CEAME fez parceria com a Secretaria de Saúde, para montar o projeto de criação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), para a infância e adolescência, que hoje está em funcionamento, mesmo faltando ainda profissionais como Terapeuta Ocupacional. Para esse espaço, encaminhamos alunos/as com dificuldade de inclusão escolar e para atendimento com psiquiatra.

Em 2010, através do PAR, foram disponibilizadas 12 salas de recursos multifuncionais. Em 2014 mais duas foram montadas com os recursos do Programa Escola Acessível, que é um programa de transferência de recursos, direto para a escola fazer acessibilidade.

O espaço físico do CEAME é composto de uma área térrea e uma superior. Esta também é utilizada pelo Setor Pedagógico da Secretaria da Educação, para formação de professores/as, devido ao auditório e refeitório que comportam mais de 100 participantes. O espaço comporta 09 salas, uma cozinha, 01 refeitório, 01 auditório, 01 piscina, 01 área livre, com 01 ducha e 07 banheiros. Existe acessibilidade na entrada e acesso ao banheiro do térreo, mas não no andar superior.

O funcionamento do CEAME consiste em uma secretaria, um espaço para marcação e espera, uma sala para aula de Libras e Língua Portuguesa para surdos, uma sala de coordenação e salas para os atendimentos: psicopedagógico, psicológico, fonoaudiológico, musicoterapia, sala de arte, deficiência motora, assistência social, braille e orientação/mobilidade. Há, também, uma piscina. Na sexta-feira ocorre a formação continuada em Língua Brasileira de Sinais, com uma instrutora surda, professora bilíngue e um intérprete de Libras.



específico para as escolas indígenas, até a presente data ainda não existe uma definição de quando irá acontecer, ficando, assim, os/as profissionais da área vulneráveis.

Agora apresentaremos uma discussão mais aprofundada acerca da Educação Escolar Indígena no município.

**Tabela 12. Atendimento Escolar nas Comunidades Indígenas.**

Escolas	Extensões	Professores	Alunos	Comunidades	Etnia
14	04		1904	18	Pataxó

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Apesar do respaldo legal, a educação escolar indígena do município de Porto Seguro apresenta problemas, a despeito dos avanços alcançados:

- Apesar da criação da Diretoria de Educação Escolar Indígena, em 2009, que hoje conta com 01 Diretor de Ensino Indígena, 01 Coordenador Técnico, 01 Coordenador de Língua Materna, este número não é suficiente para atender à demanda real.
- É deficitário, ainda, o apoio institucional para a pesquisa e o desenvolvimento de experiências que fortaleçam o processo de constituição da escola indígena diferenciada.
- Todas as comunidades possuem escolas, mas necessitam de reformas e ampliações, com urgência.
- A Educação Escolar Indígena de Porto Seguro vai da Educação Infantil ao Ensino Médio, entretanto possui muitas escolas multisseriadas e não atende a primeira etapa da Educação Infantil.
- As escolas indígenas de Boca da Mata e Barra Velha foram contempladas com o ônibus Caminho da Escola, mas não existe manutenção das estradas, o que coloca os/as alunos/as em situação de risco.
- A Secretaria de Educação disponibiliza um carro para visitas técnicas e pedagógicas, porém não é adequado para as nossas estradas.
- As escolas indígenas fazem a escolha de seus livros didáticos, mas a distribuição dos mesmos é deficitária.



Em discussões entre professores/as indígenas, suas comunidades e entidades envolvidas, foram apontadas as seguintes determinações:

- Respeito e promoção dos direitos humanos, do pluralismo étnico e cultural, de ideias e concepções pedagógicas.
- Reconhecimento da diversidade de recursos e necessidades de cada comunidade, que determinem projetos educativos e culturais próprios, específicos e adaptados à realidade e à história de cada povo.
- Participação, na elaboração desses projetos, de representantes e organizações indígenas e de entidades indigenistas, de universidades e órgãos governamentais e não-governamentais.
- Garantia da continuidade do fortalecimento das experiências existentes em Educação Escolar Indígena na Bahia.
- Implantação, funcionamento e gestão das escolas indígenas, a partir de demandas que venham das aldeias.
- Prioridade a professores/as indígenas, principalmente da mesma etnia, para exercer as atividades docentes nas escolas indígenas.
- Garantia do desenvolvimento de pesquisas pelos professores/as indígenas, voltadas para a produção de materiais didáticos específicos e diferenciados, para uso nas escolas indígenas, considerando as variações linguísticas próprias de cada comunidade.

## **Indicadores da Educação Escolar Indígena e Considerações:**

### **1. Educação Infantil**

Todas as comunidades atendidas pela Educação Escolar Indígena, com turmas seriadas ou multisseriadas, atendem em parte a Educação Infantil, formando turmas com alunos de 4 e 5 anos.

**Gráfico 2: Alunos/as matriculados/as na Educação Infantil, nas escolas indígenas, 2014.**



São 356 alunos/as atendidos/as no CEAME, 498 em salas de Recursos Multifuncionais. Temos 07 intérpretes nas escolas regulares onde há surdos incluídos. São 54 escolas municipais atendidas, além de 04 estaduais, 01 federal, 03 filantrópicas, 11 privadas e 02 de outro município.

Desde 2013 há um programa de merenda escolar para o atendimento educacional especializado, que funciona no contraturno escolar, e durante o atendimento é servido lanche aos/às alunos/as. Enquanto a mãe ou avó aguarda o atendimento, participa do Projeto ArtMãe.

Nos últimos anos, com a presença de uma Assistente Social no CEAME, outra demanda tornou-se visível. Pela carência das famílias e violação de vários direitos dos/as alunos/as com deficiência, essa profissional tem contribuído para que as famílias integradas ao centro sejam encaminhadas aos serviços a que têm direito. Pelo fato de alguns problemas ultrapassarem o pedagógico, como a questão da violência doméstica, abuso e exploração sexual, diversos casos foram encaminhados ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ao Conselho Tutelar, ao CAPS e para os/as profissionais da Saúde.

Atualmente o CEAME desenvolve as seguintes ações:

- Atendimento psicopedagógico;
- Alfabetização em libras;
- Alfabetização em língua portuguesa para surdos;
- Alfabetização em braille;
- Atendimento específico a aluno/a autista;
- Atendimento aos/às alunos/as com deficiência motora;
- Atendimento específico a aluno/a com síndrome de down;
- Musicoterapia;
- Psicoterapia e avaliação;
- Projeto inclusão arte mãe – para mães ou avós que aguardam atendimento dos/as filhos/as
- Fonoterapia;
- Assistência social



- Capacitação
- Atendimento itinerante, quando solicitado pela escola, e disponibilidade de transporte;
- Grupo de estudos sobre autismo;
- Elaboração de material para autoformação do/a educador/a: Cartilha Informativa sobre várias deficiências, incluindo sugestões de materiais pedagógicos, folders, apostilas, panfletos e certificados no final da formação.

#### **Comemorações e mobilizações da sociedade:**

- Dia Nacional sobre a Síndrome de Down – 21/03
- Dia Mundial de Conscientização para o Autismo – 02/04
- Dia Nacional do Surdo 26/09- Workshop da Surdez
- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência 03/12 – Show de Talentos

Apesar de todo o trabalho já realizado com o apoio do município, visando atender às crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades especiais, há muito ainda a ser feito para atender de forma mais eficaz a todas essas pessoas que necessitam dessa Educação Especial para afirmação da sua inclusão na sociedade. Dentre os problemas que precisam ser sanados, apresentamos aqueles considerados mais urgentes:

- A educação especial não é promovida sistematicamente, por falta do atendimento nas modalidades Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, e Educação Escolar Indígena. A Educação Infantil ainda não é atendida em sua totalidade.
- Os/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação) são atendidos/as na rede regular de ensino e encaminhados/as para o CEAME e CAPS infantil. Todavia, aqueles/as que moram em localidades mais distantes não têm acesso a esse atendimento.



- A garantia e efetivação da escola como espaço fundamental na valorização da diversidade e da cidadania só está presente através da legislação e do PPP, poucas ações são efetivadas.
- O mapeamento é realizado pelo levantamento de dados de cada instituição escolar, que responde à solicitação do setor.
- Raramente a família e a comunidade participam das discussões sobre Educação Especial.
- Não há formação inicial para os/as profissionais da educação, apenas formação continuada para os/as professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Existem intérpretes e guias-intérpretes, mas em relação a auxiliar/cuidador, falta consenso da real necessidade em relação ao perfil do/a aluno/a.
- Os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas não contemplam totalmente as especificidades dos/as alunos/as com necessidades educacionais especiais.
- Atualmente o município oferece 14 salas de recursos multifuncionais, que não são suficientes para o número de escolas existentes.
- Não há incentivo para a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, a fim de promover o ensino e aprendizagem dos/as alunos/as com necessidades especiais.
- Inadequação arquitetônica dos prédios escolares, para acessibilidade dos/as alunos/as com deficiência.
- Os/as alunos/as com altas habilidades (superdotação) não são contabilizados/as em nenhuma escola, por falta de capacitação na área.
- Salas Multifuncionais Implantadas pelo MEC funcionando sem o mobiliário do referido ministério, desde 2010, e sem instalar a impressora em Braille, parada há anos.



### 2.2.7 Diagnóstico da Educação das Relações Étnico-Raciais

Cinco séculos se passaram, e a luta de grupos muitas vezes denominados erroneamente de minorias tem se tornado cada vez mais visível, movimentando-se contra a desigualdade social causadora de uma miséria que tem empurrado adolescentes e jovens (em sua maioria afrodescendente) para o crime e, conseqüentemente, para a morte; denunciando o racismo, o preconceito, a discriminação social; apontando diversos fatores que têm causado a exclusão de homens e mulheres, principalmente aqueles relacionados às relações étnico-raciais, bem como à condição socioeconômica em que esses grupos estão inseridos.

Na história da política organizacional do Brasil passamos por oito constituições, e apenas na Constituição de 1988 (lei vigente) é que vemos a preocupação com os grupos chamados minoritários, assegurando-lhes, em seu artigo 5º, o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, o igual direito ao acesso às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, o direito à liberdade de crença, ao livre exercício dos cultos religiosos, efetivando a equidade racial, apesar da prática ainda continuar excludente.

A partir dos princípios de igualdade estabelecidos pela nossa Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) insere os grupos ditos minoritários como detentores de direitos a uma educação de qualidade, ao tratar de princípios que prezam pelo acesso e permanência de todos os cidadãos brasileiros na escola, a qual deve desenvolver ações voltadas também para a formação humana, desenvolvendo, dentre outras metas, aquelas que fortaleçam o desenvolvimento intelectual, o respeito à etnia/raça, às condições sociais dos/as alunos/as, às diferenças.

Apesar desse direito firmado pela LDBEN, o que se viu (e ainda se vê em algumas escolas) foram discussões superficiais sobre os direitos dessa maioria excluída, geralmente apresentadas em projetos anuais sem aprofundamento, sem envolvimento total dos/as alunos/as e toda a comunidade escolar em sua construção. Como consequência, a discriminação, o racismo e o preconceito ganhou força dentro da escola, sendo apresentado sob nova denominação (*bullying*), mas caracterizado



pelo mesmo poder de transformar a vida do ser humano numa tortura que deixa marcas muitas vezes irreversíveis.

No contexto social, atitudes racistas e preconceituosas apontavam (e ainda apontam) a origem do comportamento marcado pela discriminação no espaço escolar, por parte de grupos de alunos/as e até de educadores/as. A falta de conhecimento acerca das Relações Étnico-Raciais tem provocado a prática da intolerância e do desrespeito, e isso sinaliza a urgência de se discutir essas questões, não apenas nas escolas, mas em outras instituições sociais.

Nesse sentido, os Movimentos Sociais Negros entram em ação, reivindicando mudanças. Em 2003 a LDBEN foi modificada pela Lei 10.639/03, sendo criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Seguindo esse mesmo objetivo, em 2008 é sancionada a Lei 11.645/08, que traz as discussões sobre a História e Cultura Indígena.

Com a homologação das referidas leis, a discussão de Políticas Públicas voltadas para a Promoção da Igualdade de Raça, bem como a efetivação e execução dos direitos adquiridos, construídos ao longo de muitas lutas, tornaram-se obrigatórias em todos os sistemas de ensino, sejam eles públicos ou privados, bem como em todas as outras instâncias da educação.

Pensar políticas públicas e de ação afirmativa é pensar em justiça social, educação, saúde e trabalho, é entender de que forma a sociedade está organizada, é acompanhar as discussões nos diferentes espaços, mesmo sabendo que ainda seja reduzida a participação de agentes voltados à promoção da igualdade de raça, entre outros, é oportunizar a qualquer cidadão e cidadã o direito de acompanhar a aplicação e efetivação das demandas trazidas pela sociedade civil.

A Política de Promoção da Igualdade Racial em Porto Seguro iniciou-se no ano de 2007, quando o Movimento Negro do Município, por meio do Instituto Sociocultural Brasil Chama África, travou as primeiras lutas. Logo após foi formado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que apresentou para a Gestão Municipal as necessidades de se ter um plano voltado para uma população majoritariamente negra. No mesmo ano, Porto Seguro começou a fazer parte do Fórum de Gestores, através de um termo de adesão assinado pela Prefeitura Municipal, ficando a



Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social com a pasta dessas discussões.

Logo após, foi instituída uma “roda de diálogo”, coordenada pela Secretaria Estadual da Promoção da Igualdade (SEPROMI), com os seguintes organismos: Sociedade Civil Organizada, Instituto Sociocultural Brasil Chama África (ISBCA), Conselho Étnico da Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SMTDS), Secretaria Municipal de Educação (SME) e outros representantes. A roda de diálogo viabilizou a implementação de estratégias conjuntas às políticas de promoção de igualdade racial no município, à luz das Diretrizes do Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que têm como objetivos e metas, “superar as injustiças raciais existentes no país, por meio de adoção de políticas de ações afirmativas, associadas às políticas universais” (PLANAPIR, 2006, p.15.).

Em seguida, foram realizados no Município alguns eventos para discussão das políticas afirmativas em prol da promoção da igualdade racial, como Conferências Municipais de Promoção da Igualdade Racial. Viabilizou-se, também, a participação nas Conferências Estaduais e Nacionais, no Fórum de Gestores de Promoção da Igualdade Racial Estadual e no Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR/SEPIR). Como fruto dessas discussões, foi construído, a partir das demandas das Conferências, sob a Lei Municipal nº 976/11, o I Plano Municipal de Política de Promoção da Igualdade Racial, visando combater a discriminação e as desigualdades estruturais.

O Plano teve como proposta inicial consolidar a Política de Promoção da Igualdade Racial no Município de Porto Seguro, através da criação da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, em 2007, ligada à Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, com atribuições de articulá-la nos diversos seguimentos públicos e da sociedade civil.

Em 2007 foram aprovadas e implantadas nas unidades escolares do sistema municipal de ensino, as Matrizes Curriculares. Atendendo a Lei Federal 10.639/03, que estabelece o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana na sala de aula,



para o Fundamental II, foi criada a disciplina Diversidade Afrodescendente<sup>4</sup>, firmando, ainda, a incumbência das demais disciplinas do referente nível e das modalidades de ensino, de discutir essas temáticas na transversalidade.

A Matriz Curricular da parte diversificada foi modificada em 2010, e a disciplina tem uma nova designação: Diversidade Afrodescendente e Indígena (DADI)<sup>5</sup>, a qual passa a inserir, também, por exigência da Lei 11.645/08, a História e Cultura Indígena.

Em 2012 a Secretaria Municipal de Educação, os/as professores/as da disciplina Diversidade Afrodescendente e Indígena e estudiosos/as da área organizaram e apresentaram um documento com uma orientação curricular para subsidiar os/as docentes, em suas práticas educativas, estabelecendo uma base comum no currículo da Rede Municipal de Ensino, no intuito de aproximar as atividades educacionais praticadas em cada escola da rede.

A disciplina visa, sobretudo, proporcionar conhecimentos fundamentais para que os/as estudantes possam lidar com a temática indígena, africana e afro-brasileira, na escola. Além disso, os conteúdos propostos organizam informações mais amplas para a constituição de uma perspectiva antropológica da história, tomando como eixo a própria diversidade cultural humana, e criando as condições para implementação das recomendações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, relativas à Pluralidade Cultural e às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (Proposta Curricular Fundamental II).

A conquista desta legislação antidiscriminatória culmina com o estabelecido na Constituição Federal, que considera a discriminação racial um crime. Mais ainda, é um mecanismo de proteção de identidades étnicas e raciais, como garantia do pleno exercício dos direitos culturais, assim como apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais dos povos Afrodescendentes e Indígenas.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo 2010) também apontam para uma discussão urgente acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais, visando à efetivação das políticas públicas já existentes, a firmação dos direitos humanos e garantia do acesso e permanência à escola, bem como o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão desses grupos ditos minoritários, em todos os espaços sociais.

---

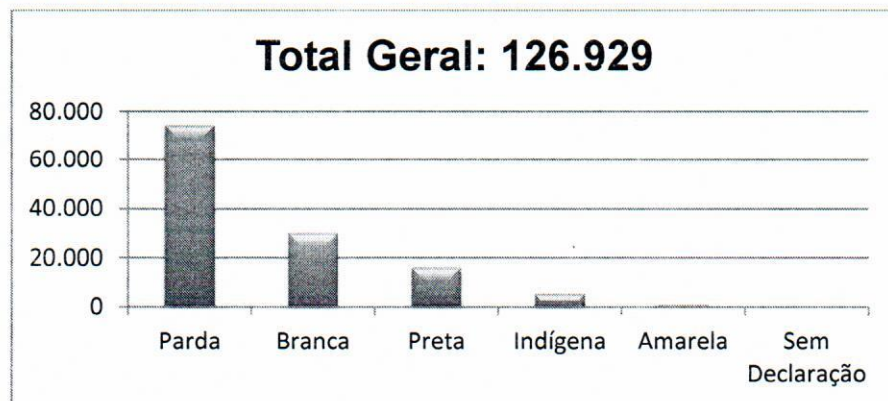
<sup>4</sup>Resolução CME nº 19/2007, Art. 14.

<sup>5</sup>Resolução CME nº 038/2010, Art. 1º.



Os gráficos e tabela que se seguem demonstram o quanto a luta pela inclusão desses povos deve se intensificar cada vez mais em nossa sociedade:

**Gráfico 9: População residente em Porto Seguro, por raça/cor.**



Fonte: IBGE/2010

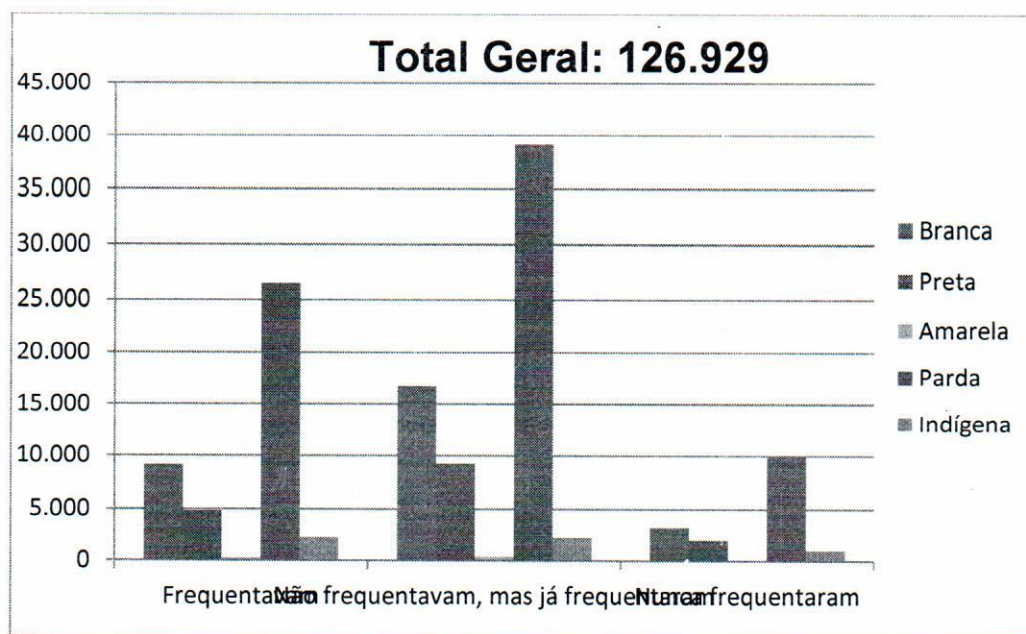
**Tabela 13: Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, cor ou raça.**

Total Geral: 42.948		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem Declaração
Creche	799	31,53%	7,25%	1,25%	58,32%	1,5%	
Pré-escolar	3.829	26,42%	8,48%	1%	58,37%	5,69%	
Classe de Alfabetização	3.359	23,45%	12,65%	0,29%	58,44%	5,12%	
Alfabetização de Jovens e Adultos	732	17,34%	17,89%		56%	8,74%	
Regular De Ensino Fundamental	23.671	18,57%	10,9%	0,41%	64,56%	5,53%	
Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental	1.869	13,64%	16,21%	0,37%	59,81%	9,95%	
Regular do Ensino Médio	5.249	22,23%	11,52%	1,02%	62,16%	3,06%	
Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio	1.366	22,76%	12,29%		60,54%	4,39%	
Superior de Graduação	1.864	36,31%	12,01%	1,07%	47,9%3	2,73%	

Fonte: IBGE/2010

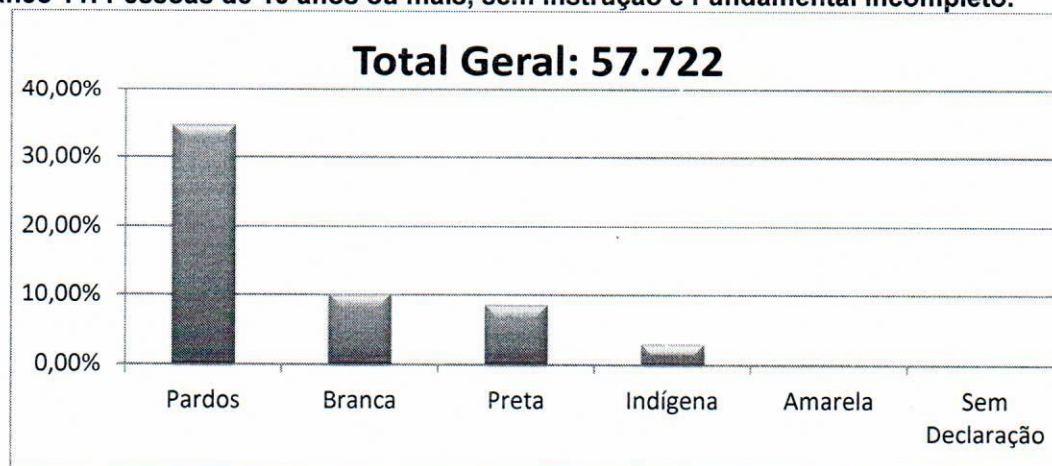
**Gráfico 10: Frequência de pessoas na creche ou escola.**





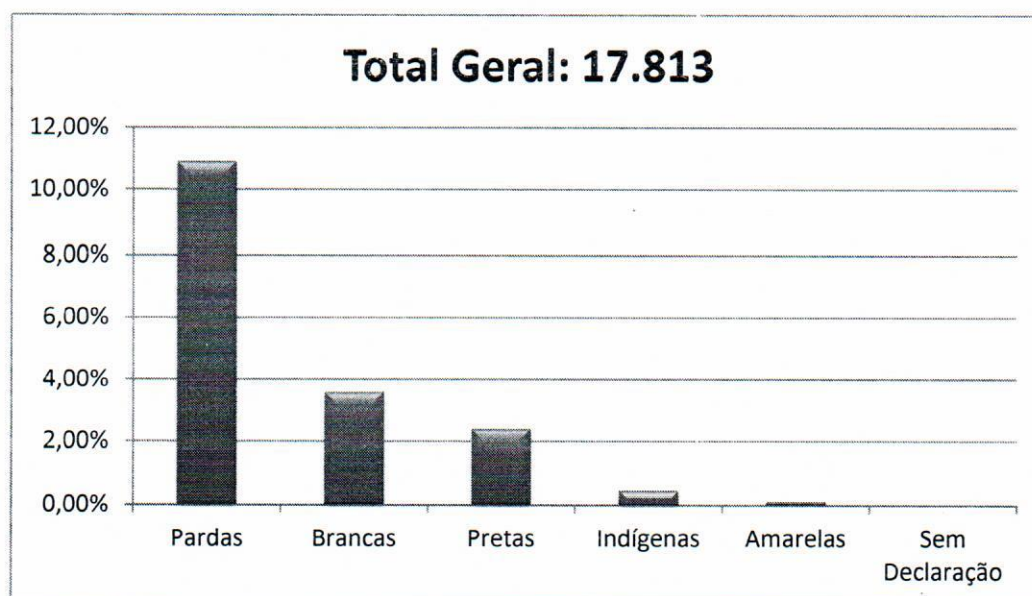
Ao observarmos a tabela e os gráficos, as informações contidas apontam para um fator muito significativo, no que diz respeito ao ingresso de crianças, adolescentes, jovens, homens e mulheres, pardos/as, pretos/as e indígenas na escola, já que representam o maior percentual. Todavia, é relevante pontuar algumas questões: Apenas o acesso à escola é fundamental? Como se configura a permanência dessas pessoas no espaço escolar? Elas conseguem cumprir o percurso até o final? Os gráficos seguintes nos apontam respostas:

**Gráfico 11: Pessoas de 10 anos ou mais, sem Instrução e Fundamental Incompleto.**



**Gráfico 12: Pessoas com Ensino Médio Incompleto.**

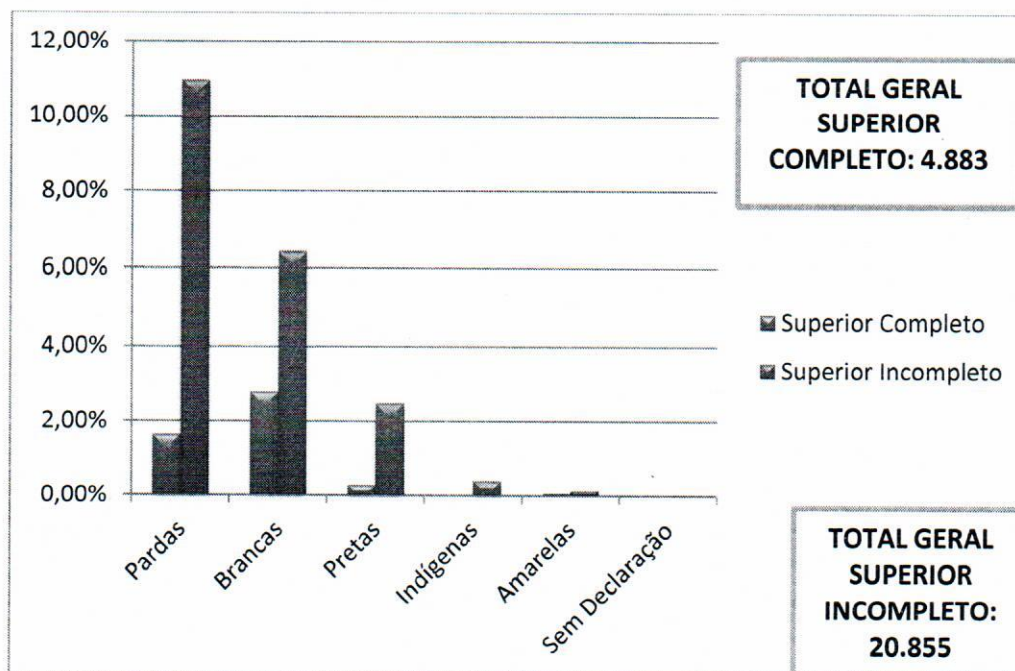




Fonte: IBGE/2010

**Gráfico 13: Pessoas com Ensino Superior Completo e Incompleto.**





Fonte: IBGE/2010

Como se vê nos resultados apresentados no gráfico, há mais exclusão do que inclusão, no que se refere principalmente à permanência de pessoas negras nas escolas de Porto Seguro. Isso nos faz compreender que, pensar a Educação em nosso município pressupõe refletir acerca das desigualdades. Se é dever da sociedade, como um todo, educar para a cidadania, cabe-lhe a tarefa da formação intelectual e humana, não com discursos já produzidos, mas a partir da construção de conhecimentos originados da problematização, a fim de combater a exclusão social.

#### 2.2.8 Diagnóstico da Educação Integral

Integral, por definição, quer dizer total. É isso o que se pretende com a **educação integral**: desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade. Muito mais do que o tempo em sala de aula, a educação integral reorganiza espaços, tempos e conteúdos.

A intenção da política de Educação Integral ultrapassa, portanto, a mera ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, e busca discutir e construir em nossas escolas espaços de participação, favorecendo a aprendizagem



na perspectiva da cidadania, da diversidade e do respeito aos direitos humanos. O termo **Educação em Tempo Integral** ou Escola de Tempo Integral diz respeito àquelas escolas e secretarias de educação que ampliam a jornada escolar de seus estudantes, trazendo ou não novas disciplinas para o currículo escolar.

O **Programa Mais Educação (PME)**, do **Ministério da Educação e Cultura (MEC)**, por exemplo, trabalha neste sentido desde 2008, promovendo a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, de modo que a tarefa de educar seja dividida com os pais e a comunidade. As atividades do Programa tiveram início em 2008, com a participação de 1.380 escolas, em 55 municípios nos 26 estados e no Distrito Federal, atendendo 386 mil estudantes. Em 2014, é prevista a adesão de 60.000 escolas em todo o país, atingindo em torno de 7 milhões de estudantes. Escolas que se apresentam com 50% ou mais de estudantes participantes do Programa Bolsa Família mantêm-se prioritárias para o atendimento, considerando a intersetorialidade do programa com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio do Programa Brasil Sem Miséria.

O município de Porto Seguro aderiu ao PME no ano de 2008, iniciando as atividades em 2010, com 18 escolas, ampliando para 25 em 2011, 37 em 2013, e atualmente acontece em 69 escolas do sistema municipal de ensino.

**Tabela 14: Situação de inserção das escolas públicas municipais de educação básica no Programa Mais Educação, no município de Porto Seguro.**

Ano base	Quantitativo de escolas
2011	18
2012	25
2013	37
2014	69

Fonte de dados: Arquivos SME 2011-2014

**Tabela 15 – Situação do município de Porto Seguro diante da Meta 6 do PNE (Oferecer educação em tempo integral para vinte e cinco por cento dos estudantes das escolas públicas municipais de educação básica). Programa Mais Educação na Rede Municipal Pública de Ensino.**

Total de matrículas na rede municipal	Total de matrículas jornada ampliada
---------------------------------------	--------------------------------------



Ensino Fundamental	2011	2012	2013	2014	2011	%	2012	%	2013	%	2014
	20.700	21.498	20.935	20.982	1.137	5,5	893	4,15	2.030	9,7	4.051

Fonte: Dados do Censo Escolar ano base 2010-2014

Analizando a implementação do programa no município, é imprescindível considerar a importância de uma reorganização curricular e ampliação das dimensões que constituem a ação pedagógica fomentada pelo Programa, o que implica em possibilitar a garantia do direito à aprendizagem significativa e ao desenvolvimento desses/as estudantes. Cabe, ainda, ao município, rever a estrutura física das Unidades Escolares, de maneira a qualificar os espaços de aprendizagem.

Compreende-se, portanto, que a educação integral em jornada ampliada no Brasil é uma política pública em construção e um grande desafio para gestores/as educacionais, professores/as e comunidade. Ao mesmo tempo, ela amplia o direito à Educação Básica e colabora para reinventar a escola. Nessa perspectiva, a comissão elencou questões alusivas à implantação e implementação do Programa Mais Educação, no sentido de identificar e destacar os aspectos mais relevantes, ou seja, as fortalezas e as fragilidades visíveis na e para a realização das atividades educativas previstas para cada escola, a fim de contribuir para que o município caminhe rumo a uma Educação Integral de Tempo Integral.

#### 2.2.9 Diagnóstico da Gestão Democrática e Recursos Financeiros

A gestão democrática do ensino público tem como objetivo explicitar a estrutura da educação no município, instituída no Sistema Municipal de Ensino ou vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, bem como fazer referência à criação, estrutura e funcionamento dos principais conselhos existentes. É também a gestão democrática que viabiliza a leitura de documentos legais, em vigor, relacionados à educação (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação, Lei de Criação do Fundo Municipal de Educação e Regimentos Escolares). Também implementa os critérios para cargos e funções do magistério (diretor, vice-diretor e coordenador),



assim como explica a estrutura e organização da Secretaria Municipal de Educação – SME).

Nesse processo de elaboração do PME, analisamos a situação educacional do município de Porto Seguro, a qual está exposta nas tabelas que se seguem:

**Tabela 16: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental.** (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

Brasil	IDEB Observado										Metas
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013		2021
<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9		6.0
<b>Dependência Administrativa</b>											
<b>Estadual</b>	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0		6.1
<b>Municipal</b>	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5		5.7
<b>Privada</b>	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8		7.5
<b>Pública</b>	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7		5.8

**Tabela 17: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos finais do Ensino Fundamental.**

Brasil	IDEB Observado										Metas
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013		2021
<b>Total</b>	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4		5.5
<b>Dependência Administrativa</b>											
<b>Estadual</b>	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2		5.3
<b>Municipal</b>	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9		5.1
<b>Privada</b>	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5		7.3
<b>Pública</b>	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1		5.2

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 18: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio.**

Brasil	IDEB Observado										Metas
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013		2021
<b>Total</b>	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9		5.2



Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 19: Resultados e Metas da Bahia (5º ano)**

IDEB Observado						Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Bahia	2.6	2.6	3.2	3.8	4.0	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 20: Resultados e Metas da Bahia (9º ano).**

IDEB Observado						Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Bahia	2.6	2.7	2.8	2.9	3.1	2.7	2.8	3.1	3.5	3.9	4.2	4.4	4.7

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 21: Resultados e Metas da Bahia (3ª série – Ensino Médio).**

IDEB Observado						Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Bahia	2.7	2.8	3.1	3.0	2.8	2.7	2.8	3.0	3.3	3.6	4.1	4.3	4.5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 22: Resultados e Metas Porto Seguro (5º ano).**

IDEB Observado						Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Porto Seguro	3.1	3.2	3.4	3.9	4.2	3.1	3.4	3.9	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 23: Resultados e Metas Porto Seguro (9º ano).**

IDEB Observado						Metas Projetadas							
Município	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Porto Seguro	2.8	3.1	3.0	3.2	3.1	2.8	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9



**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 24: Número de escolas, docentes e alunos/as da Rede Municipal, de acordo o censo 2014/1ª Etapa.**

Mun. Porto	Nº de Escolas			Nº de Alunos			Nº de Docentes		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
	43	63	106	16.790	12.347	29.137	553	509	1.062

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 25: Número de auxiliares, monitores e intérpretes de libras, da Rede Municipal, de acordo o censo 2014/1ª Etapa.**

Mun. Porto	Nº de Auxiliares			Nº de monitores			Nº de Intérpretes de Libras		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
	81	52	133	157	132	289	06	02	08

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 26: Número de escolas privadas no Município, de acordo o censo 2014/1ª Etapa.**

Município	Nº. de Escola	Em Atividade	Nº. de Alunos/as	Nº. de Docentes	Nº. de Auxiliar
Porto Seguro	20	20	5.208	315	53

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 27: Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em Porto Seguro, 2014 (dados aproximados).**

	Estadual	Municipal	Particular
Professores Efetivos		1.004	
Professores Contratados			
Coordenadores Efetivos		21	
Coordenadores Contratados			

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).



Tabela 28: Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Porto Seguro.

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	25	28	53	34	58	92	0	2	2
2008	22	41	63	30	67	97	0	2	2
2009	23	44	67	31	65	96	0	2	2
2010	24	46	70	31	61	92	0	2	2
2011	24	48	72	33	62	95	0	2	2
2012	24	47	71	34	59	93	0	2	2
2013	22	47	69	33	57	90	0	2	2

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

Tabela 29: Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Porto Seguro.

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	0	0	0	3	0	3	7	0	7
2008	0	0	0	3	0	3	6	1	7
2009	0	0	0	3	0	3	6	1	7
2010	0	0	0	2	0	2	7	0	7
2011	0	0	0	2	0	2	7	0	7
2012	0	0	0	1	0	1	7	0	7
2013	0	0	0	1	0	1	6	1	7

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).



**Tabela 30: Número de estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Porto Seguro (Estadual, Municipal e Particular), por dependência administrativa e etapas da Educação Básica de 2014.**

Porto Seguro	Quantidade	Especificidades
Escolas Municipais	<b>107</b>	Educação infantil e Ens. Fundamental.
Escolas Estaduais	<b>08</b>	Ensino Médio
Escolas Particulares	<b>17</b>	Ed. Infantil, Fundamental e Médio

Fonte: Secretaria de Educação, 2015.

**Tabela 31: O valor anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (Art. 4º parágrafos 1º, 2º, e no Art. 15, IV da Lei nº 11.494/2007).**

Educação Infantil		Creche integral	Pré-escola integral	Creche parcial	Pré-escola parcial
		<b>3.349,27</b>	<b>3.349,27</b>	<b>2.576,36</b>	<b>2.576,36</b>
Ensino Fundamental	Séries iniciais urbana	Série iniciais rural	Séries finais urbana	Série finais rural	Tempo integral
	<b>2.576,36</b>	<b>2.962,82</b>	<b>2.834,00</b>	<b>3.091,64</b>	<b>3.349,27</b>
Ensino Médio		Urbana	Rural	Tempo integral	Int. Ed. Prof.
		<b>3.220,46</b>	<b>3.349,27</b>	<b>3.349,27</b>	<b>3.349,27</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

**Tabela 32: Outras Receitas com o setor educacional do Município, administradas pela Prefeitura.**

	2010	2011	2012	2013
Alimentação Escolar	<b>2.710.130,00</b>	<b>3.098.460,00</b>	<b>2.471.706,00</b>	<b>2.957.950,00</b>
Transporte Escolar	<b>755.441,46</b>	<b>668.124,17</b>	<b>517.003,37</b>	<b>526.642,88</b>
Convênios		<b>360.118,37</b>	<b>5.508.572,15</b>	<b>3.484.857,00</b>
Outras Receitas	<b>3.184.852,25</b>	<b>2.383.928,45</b>	<b>4.232.126,00</b>	<b>3.356.103,40</b>
Total	<b>6.650.423,71</b>	<b>6.510.630,99</b>	<b>12.729.407,52</b>	<b>10.325.553,28</b>

Fonte: Balanço Patrimonial - Balancete de Receita - Secretaria de Educação - Arrecadação no ano.

**Tabela 33: Recursos Aplicados em Educação pelo Governo Municipal, por nível e modalidade de Ensino.**

	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	<b>4.501.051,80</b>	<b>7.969.204,87</b>	<b>10.726.580,05</b>	<b>13.678.471,74</b>
Ens.Fundamental	<b>54.620.863,38</b>	<b>61.341.432,98</b>	<b>72.262.470,17</b>	<b>79.133.467,73</b>
Ensino Médio	<b>155.786,04</b>	<b>380.908,85</b>	<b>836.208,68</b>	<b>647.454,51</b>



<b>EJA</b>	<b>1.096.166,23</b>	<b>5.403.903,76</b>	<b>5.873.884,35</b>	<b>5.439.492,83</b>
<b>Outros</b>	<b>1.484.105,32</b>	<b>2.703.462,15</b>	<b>2.519.608,42</b>	<b>4.046.988,18</b>
<b>Total</b>	<b>61.857.972,77</b>	<b>77.798.912,61</b>	<b>92.218.751,67</b>	<b>102.945.874,99</b>

Fonte: Siopi: Demonstrativo da Função Educação Despesas Liquidas.

Tabela 34: Despesas com Educação do Município por categoria e elemento de Despesas.

<b>Despesas Correntes</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Pessoal</b>	<b>42.826.978,38</b>	<b>51.624.589,85</b>	<b>56.635.645,86</b>	<b>75.018.729,85</b>
<b>Mat. Consumo</b>	<b>14.764.681,16</b>	<b>23.510.640,12</b>	<b>24.310.835,16</b>	<b>22.491.854,63</b>
<b>Subtotal</b>	<b>57.591.659,54</b>	<b>75.135.229,97</b>	<b>80.946.481,02</b>	<b>97.510.584,48</b>
<b>Despesas Capital</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Obras e instalações</b>	<b>2.060.500,62</b>	<b>248.558,74</b>	<b>9.293.646,15</b>	<b>5.283.006,46</b>
<b>Equipamentos</b>	<b>2.205.812,61</b>	<b>2.415.123,90</b>	<b>1.978.624,50</b>	<b>152.284,05</b>
<b>Subtotal</b>	<b>4.266.313,23</b>	<b>2.663.682,64</b>	<b>11.272.270,65</b>	<b>5.435.290,51</b>
<b>Total</b>	<b>61.857.972,77</b>	<b>77.798.912</b>	<b>92.218.751,67</b>	<b>102.945.874,99</b>

Fonte: Balanço Patrimonial - Demonstrativo de Despesas Sintética - Secretaria de Educação - Despesas Liquidadas.

Tabela 35: Receita e aplicação de recursos recebidos do FUNDEB no Município.

<b>Aplicação</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Salário de Professores</b>	<b>34.138.792,41</b>	<b>39.022.392,19</b>	<b>41.428.259,65</b>	<b>51.649.783,21</b>
<b>Capacitação dos Leigos</b>		<b>51.600,00</b>	<b>35.175,00</b>	<b>71.405,00</b>
<b>Gastos com MDE</b>	<b>13.588.017,74</b>	<b>19.047.546,98</b>	<b>29.835.380,32</b>	<b>19.965.242,47</b>
<b>Total</b>	<b>47.726.780,15</b>	<b>58.121.539,17</b>	<b>67.134.863,68</b>	<b>71.688.219,19</b>

Fonte: SIOPE - Demonstrativo FUNDEB.

Tabela 36: Aplicação no Ensino Fundamental - Exercício 2013.

<b>Dos Recursos</b>		<b>Da Aplicação</b>	
<b>Receita de Impostos e Transferências</b>	<b>111.422.942,67</b>	<b>Total Aplicado em Educação</b>	<b>88.454.254,10</b>



<b>Valor Recebido do FUNDEB</b>	<b>71.582.806,02</b>	<b>7 - % Aplicado [(6 * 25% / (4 + 5) * 100%)]</b>	<b>25,55%</b>
<b>Valor Contribuição Promovida ao FEM sobre transferências ao Município com fins ao FUNDEB</b>	<b>12.886.416,65</b>		
<b>Total Transferência Líquida do FUNDEB (2 - 3)</b>	<b>58.696.389,37</b>		
<b>25% sobre receita de Impostos e Transferências (1 * 25%)</b>	<b>27.855.735,67</b>		

Fonte: Pronunciamento Técnico do Tribunal de Contas dos Municípios.

Tabela 37: Recursos da Educação no PPA

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Previsto em reais</b>	<b>79.522.000,00</b>	<b>79.522.000,00</b>	<b>79.522.000,00</b>	<b>79.522.000,00</b>
<b>Diretriz Estratégica</b>				
<b>Melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica</b>	<b>61.857.972,77</b>	<b>77.798.912,61</b>	<b>92.218.751,67</b>	<b>102.945.874,99</b>

Fonte: Lei 852/2009 - PPA e Demonstrativo de Despesas Analítico (Despesas Liquidadas).

O diagnóstico realizado pela comissão revela o quanto é imprescindível a participação dos sujeitos na fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, para que ocorra melhores esclarecimentos acerca dos investimentos ou a falta deles na educação do município. As tabelas aqui apresentadas fornecem uma visão das possibilidades de realização das ações necessárias para melhorar o quadro educacional do município, e devem ser parâmetros para formulação das metas do Plano Municipal, ao longo de 10 anos.

Nesse contexto, apresentamos uma síntese dos problemas discutidos pela comissão, os quais necessitam de medidas urgentes para serem sanados:

- Violência no entorno da comunidade escolar;
- Espaços escolares inadequados;



- Falta de interação entre os pares envolvidos no processo educacional (Família, Escola e Sistema de ensino municipal);
- Distorção na formação do/a professor/a;
- Falta de análise e discussão dos dados apresentados pelo IDEB;
- Falta de estrutura e planejamento da educação municipal;
- Superlotação nas salas de aulas impedem a qualidade da educação básica;
- Falta de tempo para planejamento e formação continuada;
- Professores/as sem formação inicial;
- Falta de incentivo e liberação do grupo ocupacional de apoio para estudo;
- Professores/as atuando fora da sua área de formação específica;
- Falta de reconhecimento, por outros segmentos da educação, aos funcionários/as do grupo ocupacional de apoio, como educadores/as;
- Falta formação técnica específica dos/as funcionários/as do grupo ocupacional de apoio;
- Professores/as atuando fora da sua área de formação.
- Falta de oferta de pós-graduação lato e stricto sensu;
- Baixa remuneração, comparada a outros/as profissionais com escolaridade equivalente;
- Falta de qualidade de vida dos/as profissionais do magistério;
- Jornada extra de trabalho para complementar a renda familiar;
- Adoecimento, por conta da jornada extra de trabalho;
- Falta de estímulo para a carreira docente;
- Falta de cumprimento de alguns direitos instituídos no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;
- Necessidade de atualização do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;
- Inexistência de data base para instituição da Comissão de Gestão, via decreto;
- Morosidade nos pagamentos dos benefícios julgados pela Comissão de Gestão;



- Falta de adequação das Leis 992/12 e 993/12 específicas, orientando o processo da gestão democrática no município;
- Falta de autonomia do Conselho Municipal de Educação (CME) e do Conselho Escolar (CE);
- Falta de formação para os/as Conselheiros/as.
- Falta de Plano de Gestão dos Conselhos;
- Falta de investimento em infraestrutura das unidades de ensino;
- Estruturas precárias, que oferecem risco para alunos/as e funcionários/as;
- Recursos insuficientes para garantir construção ampliação e reformas das unidades de escolares;
- Falta de colaboração com material pedagógico e de escritórios, bem como móveis e equipamentos;

É importante ressaltar que a gestão democrática se caracteriza pela participação da sociedade nas tomadas de decisões, pela ação coletiva em prol de uma vida digna para todas as pessoas, cujos direitos não podem ser negados, dentre eles o direito a uma educação que vise à transformação do status quo, de ter conhecimento sobre os rumos que essa educação está tomando, principalmente no local onde vivem, de saber onde estão sendo investidos os recursos oriundos de impostos que por elas são pagos arduamente.

Enfim, cabe à gestão democrática o papel de criar condições para que todos os sujeitos ocupem seus lugares na sociedade, desempenhando seus papéis em função do bem estar não apenas de si, mas também do outro. É essa gestão que esperamos se consolidar no município de Porto Seguro, principalmente no que se refere à Educação, a fim de que todas as pessoas que aqui vivem conheçam verdadeiramente o sentido de viver com dignidade.

#### 2.2.10 Diagnóstico do Ensino Médio e Profissionalizante

Apesar de não ser competência legal do governo municipal a oferta de educação no Ensino Médio, o PME deve considerar as expectativas dos munícipes



em relação a essa etapa da educação básica, para, então, desenvolver esforços junto aos órgãos competentes e fazer com que as necessidades da população sejam satisfeitas.

Sobre essa questão, é importante frisar que, até o ano de 2016, conforme a Emenda Constitucional nº 59/2009, a Federação precisa universalizar o atendimento da população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio em 85%, na faixa etária citada (Lei nº 13.005/2014). Esse fato indica o quanto esta articulação deve estar na pauta de trabalho, pois, para muitos municípios, é um desafio a ser vencido.

Analizando o Censo Escolar do Ensino Médio dos anos de 2013 e 2014, é possível observar que o ingresso dos/as alunos/as nas instituições públicas estaduais e federais não tem avançado de forma significativa, o que pode apontar para a probabilidade de que existem egressos do Ensino Fundamental fora da sala de aula. Tal situação requer um esforço mais acentuado do Município e do Estado, os quais devem firmar parcerias para o atendimento desses/as adolescentes, jovens e adultos/as que estão perdendo oportunidades de ampliarem seus conhecimentos, de participarem ativamente do processo de discussão política, social, econômica e educacional do país e do local onde vivem.

**Tabela 38: Alunos matriculados no Ensino Médio e EJA, no município de Porto Seguro, em 2013.**

<b>Dependência</b>	<b>Alunos/as no Ensino Regular</b>	<b>Alunos da EJA</b>
<b>Estadual</b>	<b>5.247</b>	<b>577</b>
<b>Federal</b>	<b>312</b>	<b>0</b>
<b>Municipal</b>	<b>203</b>	<b>0</b>
<b>Particular</b>	<b>437</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>6.199</b>	<b>577</b>

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>).

**Tabela 39: Alunos matriculados no Ensino Médio e EJA, no município de Porto Seguro, em 2014.**

<b>Dependência</b>	<b>Alunos/as no Ensino Regular</b>	<b>Alunos da EJA</b>
<b>Estadual</b>	<b>5.307</b>	<b>596</b>
<b>Federal</b>	<b>276</b>	<b>0</b>



<b>Municipal</b>	<b>229</b>	<b>0</b>
<b>Particular</b>	<b>497</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>6.309</b>	<b>596</b>

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>).

No que se refere ao desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), temos os seguintes dados:

**Tabela 40: desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).**

<b>Dependência</b>	<b>Média da Prova Objetiva</b>	<b>Média Total (Redação e Prova Objetiva)</b>
<b>Federal</b>	<b>561,50</b>	<b>618</b>
<b>Estadual</b>	<b>468,50</b>	<b>462</b>

A meta 3 (três), no que tange ao Ensino Médio, prima pela resolução do que vem sendo um dos problemas cruciais do atendimento ao direito à educação no Brasil. Com a aprovação do FUNDEB e, principalmente, da Emenda Constitucional nº 59/2009, que aumenta a obrigatoriedade da oferta da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, a questão da universalização do Ensino Médio deixa de ser apenas uma luta da sociedade civil organizada, e entra na agenda das políticas governamentais de modo mais efetivo. Por essa razão, entre as estratégias previstas no plano, enfocamos a necessária renovação do Ensino Médio, com uma proposta que considere práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexibilizada e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos, articulados em dimensões com ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Dessa forma, os desafios colocados para atingir a meta de universalização são muitos, e passam pela efetivação do regime de colaboração, como definido na Emenda nº59/2009, quando determina que: “na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório” (BRASIL, 2009).

No que diz respeito à Educação Profissional, esta deve ser adotada de acordo com os Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais, Locais e Regionais (APL) e as



tendências e oportunidades de mercado, bem como outras possibilidades de organização social do trabalho, seja o trabalho autônomo ou empreendimentos de economia solidária e cooperativismo. A intenção dessa modalidade de ensino é oferecer ao estudante a formação adequada, compatível com as tendências laborais da sua região.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, “a oferta da educação profissional é responsabilidade igualmente compartilhada entre o setor educacional, o Ministério do Trabalho, secretarias do trabalho, serviços sociais do comércio, da agricultura e da indústria, e os sistemas nacionais de aprendizagem” (Brasil, 2001).

Para compreender os objetivos da educação profissional de nível médio, faz-se necessário apreciar a Lei nº 11.741, de 2008, no que se refere aos art. 36 B e 36 C:

Art. 36-B: A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - articulada com o ensino médio e II- subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Art. 36-C: A educação profissional técnica de nível médio articulada, será desenvolvida de forma: I- integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; II- concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso (BRASIL, 2008).

No que tange à Educação Profissional e Tecnológica, a proposta busca assumir pressupostos coerentes com diretrizes de ação vinculadas a um projeto de educação profissional articulado ao projeto de desenvolvimento nacional, à educação integral, à cidadania dos jovens e do adulto trabalhador, sinalizando as necessidades que deverão ser contempladas em novos instrumentos jurídicos, para a educação profissional no Estado da Bahia.

## 2.2.11 Diagnóstico da Educação Superior



A oferta de Ensino Superior no Município de Porto Seguro é representada, segundo fonte do Ministério da Educação<sup>6</sup>, por instituições credenciadas por Portaria Ministerial, seguida de processo autorizatório para os cursos que, a priori, são autorizados, levando em consideração o contexto educacional da cidade e espaços circunvizinhos.

As metas do Ensino Superior, em um espaço geograficamente situado, dizem respeito mais fortemente às esferas educacionais institucionalizadas, como as Instituições de Educação Superior (IES), particulares ou de iniciativa privada, as estaduais e federais, uma vez que o Ensino Superior, em geral, é de responsabilidade dos governos federal e estaduais. Seus sistemas abrigam a maior parte das instituições que atuam nesse nível educacional, mas isso não significa descompromisso dos municípios.

O Município de Porto Seguro oferta, por meio de IES, cursos na modalidade presencial e a distância. Atualmente, o município dispõe das seguintes Instituições de Ensino Superior:

Faculdade Nossa Senhora de Lourdes – FNSL	Credenciada pelo Ministério da Educação, em 06/11/2002, pela portaria nº 3.069.	Modalidade Presencial.
Universidade Salvador-UNIFACS	Credenciada pelo Ministério da Educação, em 19/07/1997.	Modalidade a Distância.
Universidade Anhanguera – UNIDERP		Modalidade a Distância.
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB	Lei de Criação nº 12.818, de 5 de junho de 2013.	Modalidade Presencial Quadrimestral.

Para melhor compreender o trabalho desenvolvido pelas IES, faremos um breve histórico da sua atuação no município:

<sup>6</sup> [www.e-mec.gov](http://www.e-mec.gov).



### **a) Faculdade Nossa Senhora de Lourdes**

A Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL), integrante da rede privada do ensino superior do município de Porto Seguro, tem como compromisso institucional contribuir para promover o desenvolvimento educacional, através da oferta de Ensino Superior nas mais diversas áreas do conhecimento, em consonância com a necessidade e demanda educacional da região, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

A instituição entende que a interação dinâmica com a sociedade define sua atuação acadêmica para o presente e futuro. Tal proposição é ratificada pelas parcerias estabelecidas, com destaque para o convênio firmado em 2011, e ainda em vigor, com a APLB Sindicato, que concede descontos corporativos nas mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação, para sócios, parentes dos sócios e aposentados ligados à APLB. Outra parceria traz como conquista a Bolsa Especial, que visa promover o acesso e permanência no Ensino Superior, para indivíduos em situação de vulnerabilidade social, de acordo com as normativas do INSS, Programa Bolsa Família e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social.

A FNSL visa formar profissionais para atuarem em diferentes campos do conhecimento, ao ofertar os cursos de graduação na modalidade presencial em: Licenciatura Plena em Pedagogia; Licenciatura Plena em Letras; Licenciatura Plena em Matemática; Licenciatura Plena em História; Licenciatura Plena em Geografia; Formação Pedagógica Docente – com formação nas áreas de Letras, Matemática e Física; Bacharelado em Administração.

A forma de ingresso, nos cursos da FNSL, dar-se-á pelo ENEM e por vestibular tradicional e agendado, em que são ofertadas cem (100) vagas por curso / ano. Com a preocupação constante de transformação da realidade local, além de cursos para formação continuada, a faculdade oferta os seguintes cursos de pós-graduação *lato e strictu sensu*:

- ✓ Língua Portuguesa e Literatura Brasileira;
- ✓ Docência do Ensino Superior;
- ✓ Gestão Educacional;
- ✓ Psicopedagogia;



- ✓ Psicopedagogia Institucional e Clínica;
- ✓ Libras e Educação de Surdos;
- ✓ Serviço Social e Políticas de Proteção Social;
- ✓ Educação e Saúde da Família;
- ✓ Psicologia Cognitiva e Comportamental;
- ✓ Saúde Coletiva e Mental;
- ✓ Políticas Públicas e contextos educativos.

A especialização em Políticas Públicas e Contextos Educativos faz parte de uma proposta de Convênio com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), para oferta de acesso ao Mestrado em Ciências da Educação.

#### **b) Universidade Salvador**

A Universidade Salvador (UNIFACS) é instituição de ensino superior privada, sediada em Salvador, capital da Bahia, fundada em 1972, com o nome de Escola de Administração de Empresas da Bahia. A UNIFACS é mantida pela FACS, e tem como missão gerar e transferir conhecimento e, através de educação continuada, inovadora e de excelência, formar pessoas que contribuam para o desenvolvimento regional.

Tornou-se a primeira instituição de ensino superior credenciada no estado da Bahia, para o oferecimento de cursos na modalidade a distância (EAD), já tendo em funcionamento, cursos de graduação, graduação tecnológica e pós-graduação. Em junho de 2010, a UNIFACS passou a integrar a Rede *Laureate International Universities*, maior rede privada de ensino superior do mundo, presente em 29 países na América do Norte, América Central, América do Sul, Europa e Ásia. A rede é formada por mais de 80 instituições que oferecem programas de graduação e pós-graduação a mais de 950 mil estudantes em todo o mundo.

Com regime trimestral, a Universidade Salvador oferta cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, Serviço Social, Administração, Comunicação e Marketing, e cursos de licenciatura em Pedagogia e Letras, além de Graduação Tecnológica Superior em Gestão Comercial, Logística, Negócios Imobiliários, Gestão de Recursos Humanos, assim como Pós- Graduação e Cursos de Extensão.



A forma de ingresso, nos cursos da Universidade Salvador-UNIFACS, dar-se-á pelo ENEM e por vestibular tradicional e agendado, em que são ofertadas quarenta (40) vagas por curso / semestre.

### **c) Universidade Federal do Sul da Bahia**

A Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, criada pela Lei 12.818, de 5 de junho de 2013, foi concebida para atender às exigências educacionais do mundo contemporâneo, bem como às especificidades culturais, sociais, artísticas e econômicas da Região Sul do Estado da Bahia, sem negligenciar o desenvolvimento nacional e planetário. Anima esta Universidade, a possibilidade de recriação da educação pública brasileira como vetor de integração social e como fator de promoção da condição humana, aspectos pouco valorizados no modelo educacional vigente.

A UFSB, com campus nos municípios de Itabuna (sede da reitoria), Teixeira de Freitas e Porto Seguro, oferece programas de ensino superior (Bacharelados Interdisciplinar e Licenciaturas Interdisciplinar), mediados por tecnologias, na Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (CUNI), atendendo a localidades com mais de 20.000 habitantes e com mais de 300 egressos do Ensino Médio, e em bairros de baixa renda, assentamentos, aldeias indígenas e quilombos.

Os Colégios Universitários funcionam preferencialmente em turno noturno, em instalações da rede estadual de Ensino Médio, cedidas pelo governo estadual. São operacionalizados e supervisionados pela UFSB. Os/as estudantes são aqueles que ingressaram normalmente na universidade. Eles/as assistem às mesmas aulas ministradas nos campi, transmitidas digitalmente. A inovação pedagógica fica por conta de modelo baseado na solução de problemas, com forte autonomia de aprendizagem. A arquitetura curricular é flexível, e o/a estudante constrói a sua trajetória acadêmica ao longo do curso. Conta-se como um dispositivo pedagógico operacional, a criação de equipes aprendizagens ativas, constituídas por estudantes de todas as etapas (primeiro, segundo e terceiro anos), com supervisão de um residente e sob orientação de um quadro de docentes da UFSB.

Colégios Universitários já em funcionamento se localizam nas cidades de Itabuna, Ilhéus, Ibicaraí, Teixeira de Freitas, Santa Cruz Cabralia, Coaraci, Porto



Seguro e Itamaraju. Estes oferecem a área básica de ingresso, que equivale ao primeiro ano, comum aos cursos de bacharelados e licenciaturas interdisciplinares

O ingresso na UFSB se dá pelo ENEM/SISU, de duas maneiras: diretamente nas quatro opções de BI: Humanidades, Saúde, Ciências e Artes; ou por meio de uma Área Básica de Ingresso (ABI), com posterior opção de conclusão para os BI ou LI.

A UFSB oferece cinco Licenciaturas Interdisciplinares: Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias; Matemática, Computação e suas tecnologias; Linguagens e Códigos e suas tecnologias; Artes e suas tecnologias. Há reserva de vagas para egressos do ensino médio em escola pública, incorporando recorte étnico-racial equivalente à proporção censitária do Estado da Bahia, com metade dessas vagas destinadas a estudantes de famílias de baixa renda, conforme a legislação vigente. Nos campi, a cota é de 55%, e na rede de Colégios Universitários, de 85%.

No Campus Sosígenes Costa, em Porto Seguro, a UFSB possui os seguintes centros de formação:

- Centro de Formação em Artes (CFAr);
- Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS);
- Centro de Formação em Ciências Ambientais (CFCAm);
- Instituto Sosígenes Costa de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC);
- Rede CUNI Porto Seguro.

A UFSB trabalha com regime quadrimestral, tendo iniciado suas atividades letivas em setembro de 2014. Em Porto Seguro, foram disponibilizadas 240 vagas, assim distribuídas: 120 vagas para os Bacharelados Interdisciplinares e 120 vagas para a Área Básica de Ingresso (ABI), totalizando 240 ingressantes no ensino superior.

Na primeira entrada de 2015, foram disponibilizadas mais 240 vagas para os Bacharelados Interdisciplinares e 120 Vagas para a Área Básica de Ingresso. Novas vagas serão ofertadas em setembro, para a Área Básica de Ingresso para os Colégios Universitários da Rede Cuni de Porto Seguro.



As instituições de Ensino Superior, cujos históricos estão presentes *no Plano Municipal de Educação: um caminho para garantia do direito à educação de qualidade*, participaram das reuniões, miniconferência e audiências públicas, contribuindo na elaboração das metas e estratégias para o Ensino Superior, com destaque às informações pertinentes à meta 12 do PME, pois, apesar do crescimento das matrículas, no ensino superior, em âmbito nacional, no município de Porto Seguro ainda há um longo caminho a percorrer, considerando o número de alunos matriculados na faixa etária de 18 a 24 anos, informados pelas IES participantes, a saber:

- FNSL: com 181 alunos ;
- UNIFACS: 64 alunos;
- UFSB: 124 alunos.

Segundo dados do IBGE (2010), o município de Porto Seguro possui 16.387 habitantes, com idade entre 18 a 24 anos, com a seguinte escolarização:

- 5.453 com ensino médio completo e superior incompleto;
- 180 com superior completo;
- 10.754 com ensino médio incompleto/fundamental.

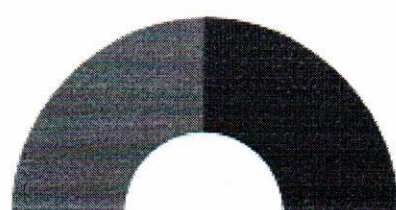
O atual Plano Nacional de Educação estabelece como meta a elevação da taxa bruta de matrícula no Ensino Superior, para 50%, e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas.

É possível visualizar a realidade nacional nos quadros demonstrativos de matrículas, da população de 18 a 24 anos, na Educação Superior, e a porcentagem de matrículas novas, na rede pública, em relação ao total de matrículas novas na Educação Superior.

**Gráfico 14: Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos, na Educação Superior.**



Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior



Atual (2013)

**16,5 %**

Meta (2024)

**33 %**

Fonte: IBGE/Pnad

Elaboração: Todos Pela Educação

Fonte: Observatório do PNE

**Gráfico 15: Porcentagem de matrículas novas na rede pública, em relação ao número de matrículas novas, na Educação Superior.**

Porcentagem de matrículas novas na Rede Pública em relação ao total de matrículas novas na Educação Superior



Atual (2013)

**13,1 %**

Meta (2024)

**40 %**

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Superior

Elaboração: Todos Pela Educação



Fonte: Observatório do PNE

No ano de 2013, o Estado da Bahia atingiu o percentual de 24,4% de matrículas no Ensino Superior, considerando as redes pública e privada.

De acordo com os dados do observatório do PNE, a porcentagem de matrículas, no Ensino Superior, em relação à população de 18 a 24 anos, está assim distribuída:

Gráfico 16: Matrículas no Ensino Superior.



Fonte: Observatório PNE

Os dados do Censo Escolar 2014, EDUCACENSO, sobre os profissionais escolares por escolaridade estão assim constituídos:

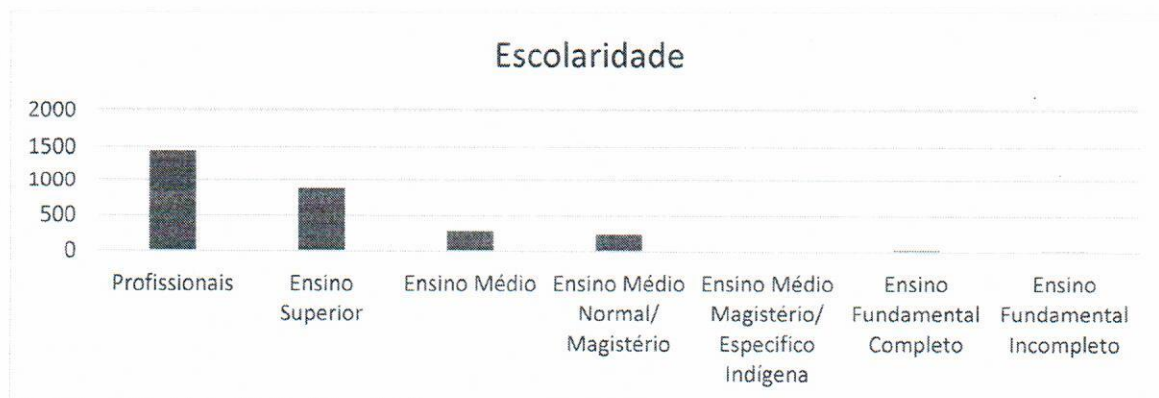
Tabela 41: Escolaridade dos/as profissionais.

Profissionais	Ensino Superior	Ensino Médio	Ensino Médio Normal/ Magistério	Ensino Médio Magistério/ Específico Indígena	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto
1447	883	280	234	8	23	19

Fonte: EDUCACENSO 2014

Gráfico 17: Escolaridade dos/as profissionais.





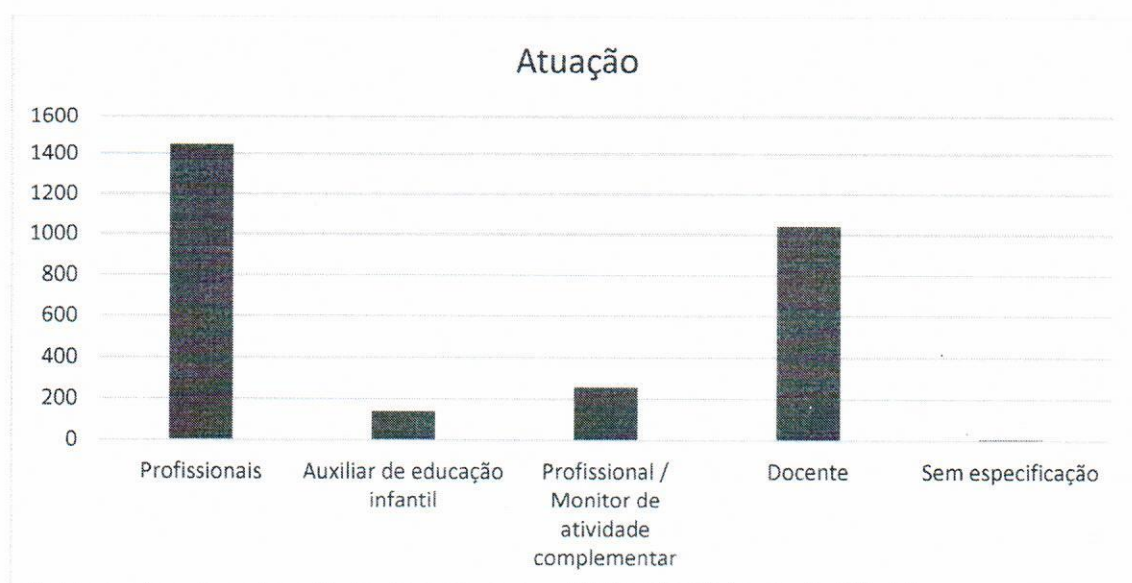
Fonte: EDUCACENSO 2014

**Tabela 42: Atuação dos/as profissionais.**

Profissionais	Auxiliar de educação infantil	Profissional / Monitor de atividade complementar	Docente	Sem especificação
1447	141	257	1041	8

Fonte: EDUCACENSO 2014

**Gráfico 18: Atuação dos/as profissionais.**



Fonte: EDUCACENSO 2014



Tabela 43: Tipo de atendimento.

Profissionais	Contratados	Concursados	Sem especificação
<b>1447</b>	<b>318</b>	<b>725</b>	<b>404</b>

Fonte: EDUCACENSO 2014

Gráfico 19: Tipo de atendimento.



Fonte: EDUCACENSO 2014

Também o setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação disponibilizou dados referentes à escolaridade dos/as docentes efetivos/as e contratados/as do município.

Tabela 44: Formação dos/as professores/as do município.

Número de professores/as, pedagogos/as, mestres/as, doutores/as e especialistas em educação.	
Pedagogos e especialistas	<b>34</b>
Professor com magistério, mas já concluindo a graduação.	<b>173</b>
Professor com pós-graduação	<b>405</b>
Mestres	<b>8</b>
Doutor	<b>1</b>

OBS: 10 indígenas como professor/a em magistério e 12 indígenas com graduação.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.



**Tabela 45: Professores/as Contratados/as (2014).**

<b>Números de Contratados (2014)</b>	
Coordenador de 40h	<b>5</b>
Professor nível I 20h	<b>79</b>
Professora nível I 40h	<b>212</b>
Professor nível II 20h	<b>16</b>
Professor nível II 40h	<b>81</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>393</b>

**Tabela 46: Professores/as Contratados/as (2015).**

<b>NÚMERO DE CONTRATADOS (2015)</b>	
Professor Nível I com carga horária de 20h - não graduados	<b>46</b>
Professor Nível I com carga horária de 40h - não graduados	<b>46</b>
Professor Nível I com carga horária de 20h - graduados	<b>2</b>
Professor Nível II com carga horária de 40h - graduados	<b>26</b>
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

**Tabela 47: Professores/as Contratados/as não indígenas (2015).**

<b>NÚMEROS DE PROFESSORES NÃO INDÍGENAS</b>	
Professores Nível I com carga horária de 20h - não graduados	<b>37</b>
Professores Nível I com carga horária de 40h - não graduados	<b>90</b>
Professores Nível II com carga horária de 20h - graduados	<b>38</b>
Professores Nível II com carga horária de 40h - graduados	<b>67</b>
<b>COORDENADOR</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Diante dos dados estatísticos e da meta do PNE que prevê elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior, para 50% (cinquenta por cento), e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento), da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público, essa comissão, responsável pela



Educação Superior, estabeleceu metas e estratégias para o PME do município de Porto Seguro, visando fomentar o ingresso e a permanência no ensino superior público e privado.



### 3. A PRÓXIMA DÉCADA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: METAS E AÇÕES

Visando a construção de uma sociedade onde haja um compromisso real com a eliminação das desigualdades, bem como com a consolidação do acesso e permanência na escola, do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade, da inclusão, bem como dos/as profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), pela lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o qual apresenta 20 metas a serem cumpridas pelo país, no decênio 2014-2024:<sup>7</sup>

**Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

**Meta 2:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

**Meta 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

---

<sup>7</sup> [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)



**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

**Meta 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

**Meta 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.



**Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

**Meta 13:** Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

**Meta 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

**Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**Meta 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

**Meta 17:** Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.



**Meta 18:** Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

**Meta 19:** Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

As ações do PNE também serão norteadas pelas seguintes diretrizes:

I- Erradicação do analfabetismo.

II- Universalização do atendimento escolar.

III- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

IV- Melhoria da qualidade da educação.

V- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

VI- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

VII- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.

VIII- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.



IX- Valorização dos (as) profissionais da educação.

X- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As metas e diretrizes traçadas pelo PNE buscam concretizar no país a equidade e a qualidade da educação. Para que esse objetivo tenha sucesso, é imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas que incluam a ampla articulação entre União, Estados e Municípios, visando unir esforços para que brasileiros e brasileiras tenham seus direitos garantidos, dentre eles o direito à educação.



#### 4. A PRÓXIMA DÉCADA DA EDUCAÇÃO EM PORTO SEGURO: METAS E ESTRATÉGIAS

Com o objetivo de contribuir para o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o Município de Porto Seguro, representado por instituições de ensino públicas e privadas, representantes de movimentos sociais e sociedade civil organizada elaborou este Plano Municipal de Educação (PME), o qual passou pelas seguintes etapas de construção:

a) No dia 14 de abril de 2015, a Excelentíssima Prefeita Municipal de Porto Seguro, Senhora Cláudia Silva Santos Oliveira, decretou a nomeação do grupo colaborativo, o qual ficou assim composto:

**Tabela 48: Apresentação do grupo colaborativo.**

Terezinha Siviero Farias	Secretária Municipal de Educação
Elizabete Reis Leite Santos	Representante do Conselho Municipal de Educação
Mônica Clementino Menezes	Representante do Conselho Municipal Escolar
Romana Pinto de Paula	Representante de Diretor de Escola da Rede Pública
Sheila Katrine Farrari Visconde	Representante de Professor da Educação Básica
Valdirene Contarato Pereira	Representante do Sindicato de Professores
Lúcio Brito	Representante do Conselho do FUNDEB
Élio Brasil dos Santos	Representante do Legislativo
Ana Joaquina Amaral de Oliveira	Representante da Educação Superior
Karla Granola	Representante da Educação Privada
Aguimar Gonçalves dos Santos	Representantes de Estudantes e Pais
Rogério Pereira dos Santos Júnior	
Carla Viviane Silveira Folegatti	Representante da Educação Escolar Indígena

b) Composto o grupo colaborativo, a mediadora do PME no Município, Professora Dilza Silva dos Reis Saigg, articulou a formação das Comissões de Trabalho, convidando pessoas para assumirem a função de mediadoras. Estas formaram grupos de discussões, formados por professores/as de instituições públicas e privadas, de níveis e modalidades de ensino diversificados, bem como por representantes de movimentos sociais e sociedade civil organizada.



**Tabela 49: Mediadores/as das comissões de trabalho.**

Prof. Carla Vieira Lima	Educação Infantil
Prof. Iramar Lage Santos	Políticas da Alfabetização
Prof. Kátia Caroline Souza Ferreira	Ensino Fundamental
Prof. Ana Joaquina Amaral de Oliveira	Educação Superior
Prof. Jane Célia Ribeiro Santos Souza	Educação do Campo
Prof. Gilmária da Cruz Menezes	Educação das Relações Étnico-Raciais
Prof. Joelma Martins Santana de Melo	Educação de Jovens e Adultos
Prof. Vera Lúcia Martins Liu	Educação Especial
Elizabete Reis Leite dos Santos	Educação Integral
Luzia Fernandes de Souza Santana	Gestão Democrática e Recursos Financeiros
Carla Viviane Silveira Folegatti	Educação Escolar Indígena
Ângelo Santos do Carmo	Educação Indígena

c) No dia 15 de maio as comissões se reuniram na Faculdade Nossa Senhora de Lourdes, a fim de discutir as 20 metas do PNE e elaborar metas e estratégias para a Educação do Município de Porto Seguro, na próxima década. O encontro iniciou-se às 8:00h e terminou às 19:00h. No período matutino as comissões discutiram e elaboraram estratégias. Já no vespertino e noturno, ocorreu a apresentação das estratégias para a plenária, a qual contribuiu fazendo considerações e complementações. Cada comissão firmou o compromisso de refletir sobre as considerações da plenária, antes do debate com o Legislativo.

d) No dia 26 de maio, representantes da sociedade de Porto Seguro, dentre eles as comissões de trabalho, reuniram-se na Câmara de Vereadores para apresentação e discussão das metas e estratégias traçadas. Como foi agendado com o Legislativo um período de 4 horas de trabalho, das 8:00 às 12:00, o tempo foi insuficiente para a finalização da atividade. Desse modo, a plenária decidiu, através de votação, que todos voltariam a se encontrar na semana seguinte, a fim de discutir todas as estratégias propostas.

e) A continuidade das discussões em plenária durou dois dias, 01 e 02 de junho, uma vez que o público teve participação ativa, fazendo intervenções ao analisar as estratégias, colaborando com informações, discutindo sobre os caminhos a serem trilhados, visando à realização das mesmas.



E assim, apresentamos agora as metas e estratégias traçadas para a Educação do município de Porto Seguro, no decênio 2015-2025:

#### **4.1 Metas e Estratégias para a Educação do Município de Porto Seguro – Decênio 2015-2025**

**Meta 1:** Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e ampliar com qualidade a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, até o final da vigência deste PME, com recursos próprios, do FUNDEB e em regime de colaboração com a União e o Estado.

1.1 Manter e ampliar, progressivamente, com recursos próprios e em regime de colaboração com a União e o Estado, a fim de atender a meta do PME, o atendimento das respectivas redes públicas de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, e considerando as peculiaridades locais;

1.2 Garantir, progressivamente, através de benefícios concedidos pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), FUNDEB e recursos próprios, a melhoria da qualidade do atendimento na Educação Infantil, no que se refere à acessibilidade, expansão com a construção, ampliação de escolas, por meio de programa nacional, bem como a aquisição de equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos, atendendo às diversidades locais (campo, indígena, raça, etc.);

1.3 Realizar anualmente, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, levantamento da população de até 03 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4 Construir, reformar e ampliar as escolas de Educação Infantil, progressivamente, com recursos próprios, FUNDEB, e em regime de colaboração com a União e com o Estado, respeitando as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação das escolas, visando à expansão e à melhoria da rede física das escolas públicas de Educação Infantil, de modo que, no prazo máximo de 5 anos, a partir da vigência deste PME, a oferta deste nível de ensino seja em espaços públicos adequados;



1.5 Autorizar e fiscalizar periodicamente, por meio da articulação com o Conselho Municipal, o funcionamento das Instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, para que estejam de acordo com os padrões de infraestrutura estabelecidos para construções e reformas de prédios, a partir dos parâmetros estabelecidos na legislação vigente;

1.6 Garantir, até o terceiro ano de vigência deste PME, em regime de colaboração com a União e o Estado, bem como com investimentos próprios, recursos adequados e essenciais para as escolas de Educação Infantil, tais como mobiliários, equipamentos, brinquedos, jogos educativos, livros literários e outros materiais pedagógicos, considerando, nesta aquisição, a faixa etária deste nível, as diversidades culturais e locais (campo, indígena, raça), as pessoas com necessidades especiais, comprometendo-se com a fiscalização dos recursos adquiridos;

1.7 Manter, ampliar as discussões e estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido na legislação vigente, em regime de colaboração com a União e com o Estado;

1.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de educação, assistência social, saúde e proteção à infância;

1.9 Criar e manter equipes multidisciplinares (psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e outros profissionais) que apoiem as unidades de ensino para o atendimento às crianças de 0 a 5 anos, podendo estabelecer parcerias com instituições públicas e organizações não governamentais;

1.10 A Secretaria Municipal de Educação, no primeiro ano de vigência deste PME, deverá orientar e assegurar às escolas de Educação Infantil, planejamento de atividades educativas que contemplem as diversidades e outras expressões de multiculturalidade das crianças que se encontram em sala de aula, assim como as advindas das diversas comunidades (campo, indígenas, ciganos, etc.);

1.11 Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação institucional da Educação Infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais e municipais de qualidade, objetivando a aferição da infraestrutura física, as condições de gestão, o quadro de pessoal, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade e de aprendizagem, a fim de aperfeiçoar também os mecanismos de acompanhamento, planejamento e intervenção;

1.12 Promover a formação inicial e continuada dos/as profissionais de Educação Infantil, com recursos próprios e em regime de colaboração com a União, Estado, universidades e outras instituições, garantindo que, ao final da vigência deste PME, a formação mínima dos profissionais que atuam nesse nível de ensino atenda ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);



1.13 Garantir e assegurar cursos de pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para os/as profissionais da Educação Infantil, com recursos próprios e em regime de colaboração com a União, Estado, universidades e outras instituições, a fim de propor novas estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado neste nível, considerando o desenvolvimento integral do/a aluno/a e suas especificidades;

1.14 A Secretaria Municipal de Educação deverá garantir, no primeiro ano de vigência deste PME, que a matrícula e a organização das classes escolares de Educação Infantil atendam o número de crianças de acordo com a tabela abaixo, respeitando o Projeto Político Pedagógico da instituição e a legislação vigente;

Idade	Quantidade de crianças na classe	Educadores/as
0 a 2 anos	06 a 08 crianças	01 professor/a e um auxiliar
3 anos	15 crianças	01 professor/a e um auxiliar
4 a 5 anos	20 crianças	01 professor/a e um auxiliar

1.15 A Secretaria Municipal de Educação deverá prover a instituição, bem como as turmas de Educação Infantil, de pelo menos um/uma coordenador/a pedagógico/a, garantindo até o segundo ano de vigência deste PME, que todas as instituições tenham esse/a profissional;

1.16 A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar, nas turmas de Educação Infantil, um professor/a de Educação Física, para trabalhar com os conteúdos específicos da área de movimento, respeitando a legislação vigente;

1.17 A Secretaria Municipal de Educação, em colaboração com o Conselho Municipal, irá orientar e assegurar, no primeiro ano de vigência deste PME, a implantação de Conselhos Escolares e outras formas de participação da comunidade escolar nas instituições de Educação Infantil, a fim de tornar sua gestão participativa e democrática, bem como para o acompanhamento e controle dos recursos financeiros recebidos e executados pelas instituições;

1.18 Elaborar, em até dois anos após a aprovação do PME, uma política municipal intersetorial, articulada com as áreas da educação, saúde, assistência social, justiça, direitos humanos, cultura, diversidade, fóruns de Educação Infantil e outras organizações da sociedade civil, priorizando as discussões acerca de uma Educação



Infantil pública de qualidade, socialmente referenciada, bem como definir um/a profissional como referência para atendimento na Secretaria Municipal de Educação, a fim de planejar as ações e fazer a articulação com os diversos setores;

1.19 Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos/às alunos/as com necessidades especiais, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da Educação Básica, e implementando programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos/as professores/as, adaptação dos prédios escolares, aquisição de materiais específicos, equipamentos especializados, além do atendimento das Salas de Recursos Multifuncionais de Atendimento Educacional Especializado – AEE;

1.20 A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar e assegurar, a partir do primeiro ano de vigência do PME, que todas as instituições de Educação Infantil elaborem o Projeto Político Pedagógico, com base nos referenciais curriculares, na LDB e nas diretrizes nacionais e municipais para Educação Infantil, com a participação da comunidade educativa e com práticas que estruturam o cotidiano das instituições, considerando o desenvolvimento integral das crianças;

1.21 A Secretaria Municipal de Educação deverá orientar e assegurar, a partir do primeiro ano de vigência do PME, que as escolas de Educação Infantil elaborem currículos e propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços ligados ao processo de ensino-aprendizagem, avaliação e teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, considerando nesta elaboração, as especificidades do campo, indígena, raça;

1.22 Promover o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas na Educação Infantil, nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta;

1.23 Promover, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, ações de orientação e sensibilização das famílias em relação à importância da Educação Infantil, fortalecendo o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na mesma, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social;

1.24 Oferecer espaço limpo, seguro, e voltado para garantir a saúde infantil, bem como implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, através das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, a gestão para a saúde, tendo um/a profissional da área para oferecer orientação e formação do/ professor/a e acompanhar o processo pedagógico;

1.25 Implantar e manter, com recursos próprios e em regime de colaboração com a União, com o Estado e com a sociedade civil, no prazo máximo de 3 (três) anos, a partir da aprovação deste Plano, um ambiente tecnológico para uso das crianças e



comunidade escolar, bibliotecas e brinquedotecas nas instituições de Educação Infantil, inclusive nas escolas do campo e indígenas, existentes ou que forem construídas;

1.26 Garantir, no prazo máximo de 2 anos, a partir da aprovação deste PME, com recursos próprios e em regime de colaboração com a União e o Estado, o transporte escolar gratuito, enquanto houver necessidade, para as crianças que estejam matriculadas na rede pública de Educação Infantil, considerando os padrões básicos de segurança, adaptado para pessoas com deficiência, oferecendo manutenção regular, monitor/a para cuidar das crianças e motorista qualificado, bem como comprometer-se com a fiscalização e vistoria, a cada 6 meses, desses veículos, visando assegurar que esses transportes estejam de acordo com os padrões básicos de segurança;

1.27 Garantir, em regime de colaboração, a partir da aprovação deste plano, a melhoria da alimentação escolar, priorizando a aquisição de produtos da região e adequando-a conforme o clima, restrições alimentares e especificidades da faixa etária, com cardápio elaborado por nutricionista;

1.28 A Secretaria Municipal de Educação deverá formar, até o segundo ano de vigência deste PME, uma equipe que oriente, acompanhe e fiscalize sistematicamente o atendimento às crianças de 0 a 5 anos, em escolas públicas, privadas, confessionais, filantrópicas, do Sistema Municipal de Ensino, conforme as orientações normativas em vigor;

1.29 Cadastrar, em até dois anos da vigência deste PME, por meio da Secretaria Municipal De Educação e escolas privadas, todos os estabelecimentos públicos, privados, confessionais e filantrópicos que ofertam Educação Infantil no município, criando um Centro de Informação e Referência de Educação Infantil;

1.30 O município deverá divulgar anualmente, para a comunidade, os relatórios de aplicação da totalidade dos recursos financeiros gastos com manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil, oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como provenientes da receita resultante de outros impostos, para a manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

1.31 Em regime de colaboração com a União e o Estado, viabilizar a construção, reforma e ampliação de espaços adequados para o atendimento à Educação Infantil do Campo;

1.32 Promover formações, inicial e continuada, específicas para profissionais que atuam na Educação Infantil do campo;

1.33 Criar e/ou adquirir material didático e mobiliário específico para a Educação Infantil do campo;



1.34 Assegurar o funcionamento das escolas do campo, evitando a nucleação e o deslocamento de crianças atendidas pela Educação Infantil do Campo, garantindo o transporte escolar adequado às necessidades dos/as alunos/as matriculados/as no Sistema Municipal de Ensino;

1.35 Adequar o currículo da Educação Infantil, de forma a atender as especificidades das Escolas do Campo;

1.36 Garantir documento escolar que conste que o aluno frequentou a escola na Educação Infantil;

1.37 Implantar, disponibilizar e ampliar o acervo de material didático, paradidático e bibliográfico específico de pesquisa sobre a história e cultura afro-brasileira, africana, indígena, cigana etc, nas instituições que ofertam educação em todos os níveis e modalidades de ensino no município, e em especial na Biblioteca Municipal;

- a. O acervo deverá atingir no mínimo 100 volumes, garantindo as especificidades da temática da Educação das Relações Étnico-Racial, até a conclusão dos primeiros (05) cinco anos, e de, no mínimo, 200 volumes, até o limite de 10 anos;
- b. Disponibilizar um acervo digital específico, que contemple especificidades da temática da Educação das Relações Étnico-Racial;
- c. Criar um fundo municipal para aquisição de livros e material didático que contemplem especificidades da temática da Educação das Relações Étnico-Racial;

1.38 Garantir a efetividade dos princípios da Lei 10.639/03 e 11.645/08, na elaboração dos currículos escolares de toda instituição educacional pública e privada, em todos os níveis e modalidades de ensino no município, a partir da aprovação deste Plano;

1.39 Construir Diretrizes Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, com a participação de representantes de instituições públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades de ensino, e também representantes dos movimentos sociais, sociedade civil organizada e pesquisadores/as.

---

**Meta 2:** Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.



2.1 A Secretaria Municipal de Educação deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, implantar e implementar um programa municipal de acompanhamento, que possibilite a melhoria do nível de aprendizagem dos estudantes em toda a Rede de Ensino, com elaboração de uma proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as alunos/as do Ensino Fundamental;

2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos vitimados/as por situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar do/as alunos/as, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado do/as alunos/as do Ensino Fundamental, considerando as especificidades das escolas do campo, indígenas e a educação especial;

2.4 Pactuar com a União e o Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 12.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental;

2.5 Fazer chamada pública e promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, COMDICA);

2.6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas;

2.7 Disciplinar, no âmbito do sistema de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar, de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.8 Promover e ampliar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos/as alunos/as, dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.9 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos/as filhos/as, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;



- 2.10 Oferecer o Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo e indígenas, nas próprias comunidades;
- 2.11 Construir escolas para oferecer o Ensino Fundamental nas regiões periféricas e distritais do município de Porto Seguro.
- 2.12 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- 2.13 Oferecer atividades extracurriculares (visitas a parques e espaços culturais diversos) de incentivo aos/às estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais, estaduais e nacionais;
- 2.14 Promover, ampliar e facilitar atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.
- 2.15 Implantar e promover atividades físicas semanais, lúdicas ou não, como parte complementar do aprendizado, somente por profissional de Educação Física, em conformidade com a lei 9394/96.
- 2.16 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar, bem como das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos e alunas, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e a juventude no e do campo;
- 2.17 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre escolas e comunidade, considerando as especificidades da Educação do Campo;
- 2.18 Assegurar o funcionamento das escolas do campo, evitando a nucleação e o deslocamento de crianças atendidas pelo Ensino Fundamental do Campo;
- 2.19 Promover formações, inicial e continuada, específicas para profissionais que atuam no Ensino Fundamental, e especificamente nas turmas Multisseriadas da Educação do Campo;
- 2.20 Disciplinar, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do calendário escolar, de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;



2.21 Ampliar o programa Nacional de Aquisição de Veículos para o transporte dos estudantes do campo, com o objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos escolares e garantir o transporte escolar de qualidade aos alunos e alunas matriculados/as no Ensino Fundamental, bem como a criação de rotas que atendam as suas necessidades;

2.22 Oferecer o Ensino Fundamental para as populações do campo, nas próprias comunidades;

2.23 Adequar o currículo, de forma a atender as especificidades das Escolas do Campo, nos seus níveis e modalidades de ensino;

2.24 Criar Fórum permanente para discussões e estudos voltados para as especificidades da Educação do Campo;

2.25 Garantir a presença de monitores/as nos veículos que atendem ao transporte escolar;

2.26 Elevar a escolaridade da população negra e indígena (nas escolas regulares), mediante apoio a sua inserção, acesso e permanência em programas de alfabetização, educação de jovens e adultos, educação profissional, ensino médio e ensino superior;

2.27 Criar Centro de informações que contemple dados educacionais específicos das populações negras, indígenas e ciganas no Município de Porto Seguro, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

---

**Meta 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

3.1 Garantir, em parceria com o Estado, o Ensino Médio e Profissionalizante para a população de jovens e adultos do campo, com qualificação social e profissional, respeitando as especificidades do campo;

3.2 Promover para os alunos provenientes da Educação do Campo, seminários e palestras de formação profissional geral, como também específica para o campo.

---



**Meta 4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

4.1 Garantir o atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados, nas formas complementar ou suplementar, a todos os alunos e alunas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados/as na Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino, conforme necessidade identificada por meio de avaliação psicopedagógica;

4.2 Garantir a oferta da Educação Inclusiva aos alunos e às alunas das escolas do campo;

4.3 Inserir no censo escolar a dupla matrícula dos/as estudantes da educação regular que recebam atendimento educacional especializado, para contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

4.4 Estruturar adequadamente as salas de recursos multifuncionais, implantá-las em todas as escolas de Ensino Fundamental e fomentar a formação continuada de professores/as para o atendimento educacional especializado de alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, também em escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.5 Ampliar o atendimento multiprofissional em centro de atendimento especializado, para apoio aos/às alunos/as e professores/as das escolas inclusivas, e estimulação precoce da clientela de 0 a 3 anos, preparando-os para a inclusão escolar;

4.6 Criar parcerias com escolas e/ou serviços especializados, públicos ou conveniados, para alunos/as que não são público alvo da Educação Especial, para os/as que estão fora da faixa etária de escolarização obrigatória, ou quando a deficiência não o predispõe a aprendizagem escolar convencional, de forma a assegurar a essa clientela a atenção integral ao longo da vida;

4.7 Criar programas que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos/as alunos/as com deficiência, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de



material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação e o atendimento suplementar aos/às alunos/as com altas habilidades ou superdotação;

4.8 Criar classes bilíngues, no primeiro ano de vigência deste PME e, no segundo ano, contruir uma escola referência de educação bilíngue para deficientes auditivos, surdos e cegos-surdos, visando garantir a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua, da escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, bem como a aprendizagem do Sistema Braille de leitura, para cegos e surdos-cegos, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e o desenvolvimento escolar dos/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10 Favorecer o processo de escolarização dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores/as do atendimento educacional especializado, cuidadores/as ou auxiliares, tradutores/as e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores/as de Libras, prioritariamente surdos, e professores/as bilíngues;

4.11 Construção de um espaço adequado para o funcionamento do Centro de Atendimento Educacional Especializado, para pessoas com deficiência, com acessibilidades físicas e materiais didáticos, testes psicológicos e psicopedagógicos;

4.12 Garantir transporte escolar acessível para o atendimento educacional especializado;

4.13 Reduzir o número de alunos/as na classe do Ensino Fundamental I, quando na classe for matriculado aluno/a com deficiência, sem autonomia no seu aprendizado, considerando a redução de 2 x 1 (dois alunos a menos), contemplando, no máximo, 3 alunos por turma;

4.14 Criar equipes volantes para o atendimento educacional especializado, nas Escolas do Campo, na EJA e nas Escolas Indígenas, com estrutura de transporte e alimentação da equipe, oportunizando, na ocasião, atendimento ao/à aluno/a, orientação e formação para o/a professor/a.



---

**Meta 5:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos/as professores/as alfabetizadores/as, e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 Criar instrumentos de avaliação municipal, periódicos e específicos, para aferir a alfabetização das crianças, aplicados no 1º ano do Ensino Fundamental, bem como estimular o sistema de ensino a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no sistema de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos/as alunos/as, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5 Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural;

5.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores/as, para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores/as para a alfabetização, contemplando as modalidades e suas especificidades;

5.7 Garantir a permanência, em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, do/a professor/a alfabetizador/a que recebeu formação continuada, caso seja o seu desejo;



5.8 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.9 Instituir equipes multidisciplinares, composta por psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, dentre outros, para acompanhar as questões de dificuldades de aprendizagem na alfabetização, junto aos/às alunos/as e aos professores/as, de modo a atender a demanda do município, subtendendo-se distritos, comunidades indígenas e do campo;

---

**Meta 6:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

6.1 Em regime de colaboração com a União e o Estado, oferecer educação em tempo integral, por meio de acompanhamento pedagógico e atividades multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, a todos/as os alunos e alunas das Escolas do Campo;

6.2 Ajustar, a partir de 2015, a oferta de educação integral nas escolas de Educação Básica do município, a partir do Programa Mais Educação (PME), inclusive no campo e áreas indígenas;

6.3 Articular as escolas com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos e privados, a exemplo de praças, museus, teatros, bibliotecas, centro comunitários, associações de moradores, igrejas, considerando que a diversificação das atividades da jornada ampliada demanda outros espaços de trabalho para professores/as e alunos/as;

6.4 Instrumentalizar as escolas com materiais didáticos adequados e específicos às atividades de acompanhamento pedagógico, esportivas, artísticas e culturais;

6.5 Ampliar, gradativamente, a jornada escolar, mediante a oferta de educação em tempo integral, de maneira que o tempo de permanência em espaços educativos seja igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o ano letivo;

6.6 Assegurar o quantitativo de professores/as e demais profissionais da educação, em número suficiente correspondente à demanda das atividades educativas em tempo integral;



- 6.7 Atender, em regime de colaboração e integração, os diferentes programas e projetos de educação integral;
- 6.8 Adotar mecanismos que possam evitar a sobreposição/duplicidade de ações relativas aos programas e projetos, de forma a coibir possível ineficiência no seu desenvolvimento, a exemplo do PME e Programa Atleta na Escola;
- 6.9 Garantir a instituição de comissão multidisciplinar de construção do currículo para a educação integral;
- 6.10 Elencar critérios para a inserção e permanência das escolas a serem contempladas com os projetos e programas de tempo integral, tais como estrutura física, jornada ampliada prevista no projeto pedagógico das escolas, localização (entorno/território) em que cada escola está situada, quadro de funcionários, de forma a otimizar os espaços da comunidade e qualificar o atendimento;
- 6.11 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, a ampliação e reforma das unidades contempladas, com cozinha, banheiros, quadra poliesportiva, biblioteca, laboratórios, incluindo de informática, refeitórios e auditório, inclusive no campo e áreas indígenas;
- 6.12 Instituir, com recursos próprios, um programa de construção de escola com projeto arquitetônico, equipamentos e recursos (humanos e materiais) e transporte adequados para o atendimento escolar em tempo integral, inclusive no campo e áreas indígenas;
- 6.13 Assegurar a educação em tempo integral às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 aos 17 anos, com materiais didáticos e profissionais com formação, inclusive tradutor e intérprete de Libras, adequados e específicos às atividades de acompanhamento pedagógico, esportivas, artísticas e culturais, a partir da integração com outras instituições, a saber: Secretarias de Esporte, do Trabalho e Desenvolvimento Social, de Saúde, de Esporte e Cultura, ONGs e outras entidades afins;
- 6.14 Realizar formação continuada dos/as profissionais/as envolvidos nas atividades de ampliação da jornada escolar;
- 6.15 Fomentar a continuidade das ações da jornada escolar ampliada nas escolas contempladas no Programa Mais Educação, por garantir a disponibilidade do Professor Comunitário no início do ano letivo;
- 6.16 Propor, na Lei Orgânica Municipal, a normatização da educação integral integrada/ jornada educacional ampliada;



6.17 Garantir infraestrutura para que 100% das atividades da jornada ampliada aconteçam no espaço escolar.

**Meta 7:** Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com redução do número de alunos por sala de aula, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir médias nacionais e municipais para o IDEB.

7.1 Oferecer educação de qualidade, bem como atendimento às necessidades educacionais e especiais dos/as alunos/as, criando condições de trabalho para o/a professor/a, visando preparar os/as estudantes para responder com sucesso às demandas da sociedade, inclusive no que diz respeito às médias municipais e nacionais do IDEB.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

7.2 Reduzir o número de alunos nas salas de aula, em todos os segmentos, observando as especificidades da Educação do Campo e Educação Escolar Indígena, de modo a atender a tabela apresentada abaixo:

Educação Infantil (creche e pré-escola)	<b>Idade</b>	<b>Qtd.</b>
	0 a 11 meses	Até 06 crianças
	01 a 02 anos e 11 meses	Até 08 crianças
	03 anos	Até 13 crianças
	04 anos	Até 15 anos
	05 anos	Até 18 anos
<b>Obs. Todos os/as professores/as com auxiliares.</b>		
Ensino Fundamental I e II e Mod. EJA.	<b>Serie/ano</b>	<b>Qtd.</b>
	1º a 3º ano	Até 20 alunos
	4º a 5º ano	Até 25 alunos
	6º a 9º ano e Mod. EJA.	Até 30 alunos



7.3 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos/as alunos/as, para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.4 Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos/as alunos/as do Ensino Fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os/as estudantes do Ensino Fundamental e do ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.5 Constituir, em colaboração com a União e o Estado, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional, com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.6 Instituir e introduzir processo contínuo de autoavaliação nas escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.7 Formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas para a melhoria da gestão educacional, a formação de professores/as e profissionais de serviços e apoio escolares, a ampliação e desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.8 Associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos, conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando as instituições de ensino municipais com IDEB abaixo da média nacional;



7.9 Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do referido nível, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da Educação Básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas, para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.10 Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.11 Desenvolver nas escolas do sistema municipal de ensino, as políticas e programas orientados pelo MEC, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem;

7.12 Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da Educação Básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos/as alunos/as, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.13 Melhorar o desempenho dos/as alunos/as da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

Ano	Média dos resultados em Matemática, Leitura e Ciências
2015	438
2018	455
2021	473

7.14 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Básica e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;



7.15 Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da Educação do Campo e Indígena, na faixa etária da educação escolar, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir de cada situação local;

7.16 Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo e indígena, considerando as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.17 Universalizar, em regime de colaboração com a União, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno/a nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.18 Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar, mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.19 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao/a aluno/a, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.20 Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica, o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos;

7.21 Garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.22 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.23 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar, a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;



7.24 Aderir, em regime de colaboração com a União e o Estado, no prazo de 4 (quatro) anos, contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.25 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as, para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.26 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola, para adolescentes e jovens em conflito com a lei, que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 12 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.27 Garantir nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas, e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.28 Consolidar a educação escolar no campo, de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna e em língua portuguesa, nas comunidades indígenas; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

7.29 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para as escolas do campo e para as comunidades indígenas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os/as alunos/as com deficiência;



7.30 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.31 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos/às estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.32 Estabelecer ações efetivas, especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.33 Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica, com participação, por adesão, do sistema municipal de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.34 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores/as e a capacitação de professores/as, bibliotecários/as e agentes da comunidade, para atuar como mediadores/as da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.35 Instituir, em articulação com o Estado, programa municipal de formação de professores/as e de alunos/as, para promover e consolidar políticas de preservação da memória local e regional;

7.36 Promover a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.37 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.38 Fortalecer o Programa Municipal de Correção de Fluxo Escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade/ano, em toda a rede de ensino;

7.39 Incluir no currículo escolar da Educação do Campo as questões agrárias, da estrutura fundiária, da agricultura familiar e do empreendedorismo.



7.40 Assegurar, no prazo máximo de 07 anos, a construção de escolas (com estrutura de funcionamento, internet, água, luz e saneamento básico), a fim de eliminar contratos com os espaços alugados;

7.41 Criar banco de dados para avaliação processual da rede de ensino municipal;

7.42 Reestruturar o processo avaliativo interno das escolas no município;

7.43 Garantir a reserva técnica em todos os níveis da Educação Básica, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 18/2012, até o início do 2º ano deste PME;

7.44 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou ampliação de escolas, com padrão arquitetônico e materiais adequados para o atendimento das Escolas do Campo e Indígenas, em tempo integral;

7.45 Garantir a manutenção das estradas e vias de acesso às Escolas do Campo, com frequência e avaliação semestral, visando a segurança e a permanência dos alunos e alunas, nas unidades escolares;

7.46 Garantir que os sujeitos dos cultos de religiões de matriz africana tenham seus direitos respeitados por toda instituição educacional pública e privada, em todos os níveis e modalidades de ensino no município, tanto no que diz respeito à liberdade de crença, quanto aos tempos destinados às obrigações religiosas;

7.47 Regulamentar a Lei Municipal 256/97, sobre os/as profissionais de Capoeira na Rede Municipal de Ensino, no prazo de até (02) dois anos, incluindo a prática de capoeira em caráter obrigatório para cumprimento da unidade escolar e facultativo para o/a educando/a.

---

**Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e indígena, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados pelo IBGE.

8.1 Oferecer, conforme a demanda, o atendimento da modalidade EJA no diurno (matutino/vespertino), contemplando alunos com defasagem idade/série, com rendimento escolar baixo, considerando as especificidades do/a educando/a jovem e adulto/a;



8.2 Garantir o atendimento da demanda da Educação de Jovens e Adultos em todo o município (zona urbana, rural e comunidades indígenas), sob formas diversas e flexíveis, visando à erradicação do analfabetismo;

8.3 Garantir o reingresso, até 2016, de alunos/as das turmas de EJA que foram extintas nas escolas dos bairros e centro, atendendo às necessidades dos/as mesmos/as, de estudarem o mais próximo possível de suas residências, bem como o direito de preservarem suas vidas;

8.4 Assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico adequado aos/às alunos/as e professores/as da Educação de Jovens e Adultos, garantindo aos/às educandos/as o acesso e a utilização dos equipamentos de informática (TIC's), atividades culturais e de lazer, bem como a materiais de incentivo à leitura;

8.5 Garantir a formação continuada dos/das professores/as e equipe técnico-pedagógica e de apoio das escolas municipais, com vistas a um atendimento efetivo aos/às alunos/as da Educação de Jovens e Adultos;

8.6 Garantir a oferta de alimentação escolar que atenda às necessidades específicas dos educandos/as da Educação de Jovens e Adultos, como legitimação de um direito, além de possibilitar sua frequência e permanência na escola;

8.7 Assegurar o atendimento especializado na Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino, para os/as alunos/as com necessidades especiais, incluindo material didático-pedagógico e formação continuada e adequada para os/as professores/as;

8.8 Promover busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados marginalizados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;

8.9 Acompanhar a oferta da EJA, por meio de avaliações e diagnósticos, com vistas ao desenvolvimento das ações propostas e a efetiva socialização dos seus resultados, buscando a superação dos fatores que dificultam a oferta, o acesso, o rendimento e a permanência na escola, do/a educando/a desta modalidade de ensino;

8.10 Criação de um Fórum de EJA, com o intuito de discutir, avaliar e propor ações relacionadas ao ensino oferecido aos jovens, adultos e idosos, em todas as suas especificidades;

8.11 No que se refere ao acesso e permanência dos/as alunos/as da EJA, o município deverá oferecer acompanhamento de cuidadoras para seu(s) filho(s), em salas apropriadas para esse fim, caso comprove impossibilidade de cuidados em seu lar, durante o período de aula, seguindo o que estabelecem os critérios apresentados na Resolução da EJA;



8.12 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, com acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, bem como garantir que o estudante com rendimento escolar defasado seja atendido, considerando as especificidades da educação do Campo;

8.13 Adequar o currículo, de forma a atender as especificidades da EJA, nas Escolas do Campo;

8.14 Garantir a Criação e Implantação de Núcleos de Assistência aos/as estudantes negros, negras e indígenas, e outros/as estudantes pertencentes a povos e comunidades tradicionais: pescadores, marisqueiras, povos de terreiro, ciganos, ribeirinhos, entre outros, em toda instituição educacional pública e privada, em todos os níveis e modalidades de ensino no município, para a Educação das Relações Étnico-Raciais, de caráter multidisciplinar, voltado para o acesso e a permanência desses/as estudantes;

8.15 Promover campanhas de orientação para a denúncia de crimes de racismo, preconceito étnico-racial, sexismo, violência contra a mulher, homofobia e outros tipos de violência;

8.16 Incluir o quesito de autoidentificação de **raça/cor/etnia** como critério obrigatório em todas as fichas de identificação do/a aluno/a, nas unidades do sistema de ensino e outras instituições, públicas e privadas, bem como nas fichas de inscrição de concursos públicos municipais.

---

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais, para 75% (setenta e cinco por cento), e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PME.

9.1 Levantar dados da população analfabeta ou com Ensino Fundamental incompleto, existente no município, com a finalidade de atender a demanda de alfabetização e elevar o nível de escolaridade da população de Porto Seguro, com acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, identificando motivos de interrupção escolar, para garantia da frequência e apoio à aprendizagem;

9.2 Assegurar a oferta da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, realizando chamadas públicas regulares para matrícula, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;



9.3 Realizar avaliação, por meios de exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade, a fim de orientar o trabalho das escolas, com vistas a alcançar a alfabetização dos/as educandos/as;

9.4 Promover a integração entre a Educação de Jovens e Adultos e os programas de assistência social do município, com o objetivo de oferecer benefícios suplementares, tais como transporte, alimentação e saúde, entre outros;

9.5 Promover a formação do professor/a alfabetizador/a das séries iniciais da Educação de Jovens e Adultos, ressaltando a importância do perfil profissional desse/a educador/a para a atuação nessa modalidade, levando em conta o perfil do/a educando/a, a partir do levantamento de informações, através da aplicação de questionários, tanto aos/às educandos/as quanto aos/às professores/as;

9.6 Realizar mapeamento da demanda na EJA, por meio de estudos censitários e outras modalidades de pesquisa (MEC/INEP, IBGE e outros), de modo a evidenciar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, como subsídios para o planejamento de ações que assegurem o acesso e a permanência dos jovens, adultos e idosos nas unidades escolares municipais;

9.7 Assegurar o acesso e a permanência da população com 15 anos ou mais, à Educação de Jovens e Adultos, do Campo;

9.8 Garantir transporte escolar de qualidade também para alunos e alunas matriculados/as nas turmas da Educação de Jovens e Adultos, das Escolas do Campo.

---

**Meta 10:** Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

10.1 Implementar ações de alfabetização de Jovens e Adultos, com garantia de continuidade de escolarização, paralela à formação profissional, em regime de colaboração com a União e o Estado;



10.2 Oferecer matrículas na Educação de Jovens e Adultos, articulando formação inicial e continuada, objetivando a elevação do nível de escolaridade do/a trabalhador/a;

10.3 Ampliar as oportunidades profissionais de jovens e adultos, por meio do acesso à educação profissional, articulada em parcerias com programas e instituições que visem à preparação do sujeito para o mercado de trabalho;

10.4 Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e da cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequado às características desses alunos e alunas;

10.5 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras (zona urbana, rural e comunidades indígenas), articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e apoio de entidades privadas, de formação profissional vinculada ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos, de atendimento e/ou instituições públicas, tais como universidades e centros de formação profissional;

10.6 Criar incentivos fiscais para as empresas que mantiverem seu quadro de funcionários/as inseridos/as e assíduos na Educação de Jovens e Adultos;

10.7 Firmar convênios com as instituições que ofertam a modalidade de educação profissional no município, com objetivos de garantir o acesso dos/as estudantes negros, negras e indígenas, e outros/as estudantes pertencentes a povos de comunidades tradicionais, com garantia de, no mínimo, 50% da oferta de vagas para esses estudantes.

---

**Meta 11:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

11.1 Estimular a criação de Centros de Estudos sobre Educação das Relações Étnico-Raciais, pesquisas e difusão das informações, com ações voltadas para a assessoria técnica e jurídica para projetos e intervenções legais, sob a responsabilidade das instituições de ensino superior, em cooperação com os órgãos de gestão Federal,



Estadual e Municipal, com pelo menos uma ação de instituição atuante no município, no prazo de até (05) cinco anos.

11.2 Garantir, em regime de colaboração, a formação continuada, e fomentar o ingresso e permanência no ensino superior público ou privado;

11.3 Fomentar a criação, por parte das IES, de cursinhos pré-vestibulares e preparatórios para o ENEM;

11.4 Promover ações de integração entre o Ensino Médio e o Ensino Superior;

11.5 Disponibilizar ações de atendimento para orientação vocacional e profissional;

11.6 Estabelecer com a rede privada o sistema de bolsas e/ou convênios que possibilitem o ingresso ao ensino superior;

11.7 Subsidiar ações para intensificar o programa de Bolsa Especial, que tem como objetivo a promoção, acesso e permanência no Ensino Superior, de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, de acordo com as normativas do INSS, Programa Bolsa Família e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social.

11.8 Fomentar reflexões sobre responsabilidade social, com instituições privadas e espaços de políticas públicas;

11.9 Assegurar o acesso e permanência no Ensino Superior, de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas, da educação do campo e estudantes com deficiência, altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

11.10 Ampliar, em regime de colaboração, a oferta de estágios como parte da formação no Ensino Superior.

---

**Meta 12:** Fomentar ações junto às instituições de Ensino Superior do município, com vistas à implantação de cursos de pós-graduação, na modalidade *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado)

12.1 Assegurar a formação específica no Ensino Superior, aos docentes da rede municipal de ensino, no percentual de 30% ao *stricto sensu* (Mestrado), e 5%, Doutorado;

12.2 Garantir a adequação no horário de atuação docente, para efetivar a permanência e sucesso do docente na sua qualificação;

12.3 Incentivar, em regime de colaboração, a formulação de mestrados profissionais;

12.4 Garantir, em regime de colaboração, o fortalecimento e a qualificação das parcerias entre as Instituições Públicas e Privadas do Ensino Superior;



12.5 Acompanhar a demanda de acesso e permanência dos/as profissionais da educação do município, nos cursos de pós-graduação;

12.6 Criar programas de acervo digital, bibliotecas, centros de documentação e museus para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.7 Estabelecer parcerias com faculdades públicas e privadas, para realizar cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu) voltados para a Educação das Relações Étnico-Raciais, destinados aos/às servidores/as de todas as unidades de ensino, em todas as modalidades presentes no município;

12.8 As Universidades, Institutos Federais, Faculdades Particulares e Sistema S serão responsáveis pela oferta desses cursos, proporcionando às instituições de ensino, públicas e privadas, a viabilização da participação de seus/suas servidores/as.

**Meta 13:** Garantir, em regime de colaboração com a União, o Estado e Distrito Federal, no prazo de 05 anos de vigência deste PME, política municipal de formação dos/as profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III do caput do **Art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, atingindo 100% desses/as servidores/as, em nível de licenciatura na área em que atuam, e aos demais funcionários/as, de que tratam a Lei nº 12.015/09 e o Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, até o final da vigência deste PME, 70% de formação específica em nível técnico e 20% em nível superior, através do Profuncionário, na área em que atuam.

13.1 Levantar dados, no prazo de um ano, para saber o quantitativo de professores/as e profissionais do grupo ocupacional de apoio, sem formação;

13.2 Garantir o auxílio transporte para o grupo ocupacional de apoio que estiver fazendo a formação através do Profuncionário.

13.3 Garantir a liberação dos/as profissionais do grupo ocupacional de apoio, para cursar a formação, sem nenhum prejuízo dos seus vencimentos;

13.4 Incentivo financeiro para os profissionais docentes em formação inicial, nos percentuais previstos nas Leis 992 e 993/12;

13.5 Oferecer formação continuada em Educação Inclusiva a todos/as os/as profissionais que atuam em Escolas do Campo;

13.6 Criar e implementar programa de formação continuada voltado para gestores/as, técnicos, professores/as, e comunidade escolar de todos os níveis e modalidades de ensino (público e privado), sob responsabilidade de cada instituição e sistema de ensino que atuam no município. O referido programa deverá atender aos seguintes requisitos:



a) focalizar a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei 10.639/03 e 11.645/08), bem como as questões referentes aos aspectos de saúde específicos das populações negras, indígenas e ciganos (este último ministrado por profissionais da saúde).

b) a formação continuada deverá atingir no mínimo 50% dos/as servidores/as de cada instituição de ensino nos primeiros 05 (cinco) anos da aprovação do Plano, e 100% destes/as até o último ano do decênio.

13.7 Assegurar que os/as profissionais que atuam na Educação das Relações Étnico-Raciais, nas instituições de ensino públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades de ensino no município, tenham, em até (05) cinco anos, formação específica, de forma gratuita, cabendo cada instituição privada garantir os convênios necessários para esse fim.

13.8 Estabelecer parcerias com instituições superiores de educação públicas e privadas instaladas no município e/ou fora do mesmo, para oferta, em até (05) cinco anos, de Curso de Mestrado, e em até (10) dez anos, de Curso de Doutorado, que atendam a Educação das Relações Étnico-Raciais, garantindo a participação plural de servidores/as em educação, em especial professores/as atuantes no município;

13.9 Estabelecer parcerias com Faculdades Privadas e Sistema S instalados no município, para realização de cursos de Especialização (lato sensu) com a temática da Educação das Relações Étnico-Racial, no prazo de (05) cinco anos, e o somatório de no mínimo (02) dois cursos, no prazo de até (10) anos.

13.10 Incentivar as instituições de Ensino Superior a inserir na matriz curricular das licenciaturas oferecidas no município, como disciplina obrigatória, Educação das Relações Étnico-Raciais, e para que atendam, no prazo de até (05) cinco anos, as resoluções do Conselho Nacional de Educação: CNE/CP nº 01 e CNE/CP nº 03 de 2004.

13.11 Liberar os/as profissionais docentes para cursar a formação stricto sensu, de acordo com as leis municipais (sobretudo, quando houver incompatibilidade entre o horário do trabalho com o do curso, seja ele de graduação ou pós-graduação);

13.12 Firmar e divulgar parcerias com as IES, para oferta de bolsas de estudos aos/as professores/as e demais profissionais da Educação Básica do município de Porto Seguro, em cursos de graduação e pós-graduação.

---

**Meta 14:** Valorizar os/as profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos/as demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.



- 14.1 Levantar dados salariais dos demais profissionais, e fazer o planejamento financeiro municipal para, gradativamente, equiparar os salários dos/as docentes aos/as de profissionais como médicos, engenheiros, advogados e outros/as;
  - 14.2 Divulgar, de forma específica, pela Secretaria Municipal de Educação, todos os valores arrecadados e gastos na educação municipal;
  - 14.3 Cumprir a lei do piso nacional, garantindo o que está previsto no Plano de Carreira do Magistério Público de Porto Seguro, Leis 992 e 993/12;
  - 14.4 Criar Fórum de Educação no município, seguindo as orientações nacionais;
  - 14.5 Ampliar o percentual de obrigação do município, a ser investido na educação.
- 

**Meta 15:** Garantir, sempre que necessário, a atualização do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, de modo a atender as demandas e as necessidades da categoria, sempre a partir de ampla discussão com a mesma.

- 15.1 Garantir publicação de decreto para o mês de janeiro, instituindo a Comissão de Gestão;
  - 15.2 Garantir início do trabalho da Comissão de Gestão para a segunda quinzena de fevereiro;
  - 15.3 Criar Comissão paritária para avaliação anual do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal;
  - 15.4 Garantir os pagamentos dos benefícios julgados pela Comissão de Gestão, no mês subsequente;
  - 15.5 Realizar planejamento para garantir pagamentos de gratificações previstas no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.
- 

**Meta 16:** Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos de vigência desse PME, para a efetivação da gestão democrática da educação, em 100% das escolas no município de Porto Seguro, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do Município e da União para tanto.



- 16.1 Garantir recursos financeiros, espaço físico, equipamentos, meios de transporte e recursos humanos para os conselhos municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, de Alimentação Escolar e Municipal de Educação;
- 16.2 Promover a formação continuada para os/as Conselheiros/as dos conselhos municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, de Alimentação Escolar e Municipal de Educação, na vigência do PME – Porto Seguro;
- 16.3 Assegurar a participação de representantes da comunidade escolar no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, no Conselho Municipal de Alimentação Escolar e no Conselho Municipal de Educação, com vistas a acompanhar a correta aplicação dos recursos da educação, a partir da aprovação do PME – Porto Seguro;
- 16.4 Criar o Fórum Municipal de Educação de Porto Seguro, como mecanismo de gestão democrática, com o intuito de coordenar as conferências municipais de educação, bem como efetuar o acompanhamento do PME – Porto Seguro;
- 16.5 Promover a formação continuada para as associações de pais e mestres, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas instituições da rede municipal de ensino, fomentando a sua articulação com os conselhos escolares, na vigência do PME – Porto Seguro;
- 16.6 Assegurar ações para o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, como instrumento de participação, fiscalização e normatização na gestão educacional e do Sistema Municipal de Ensino, garantindo condições de funcionamento autônomo, nos termos da legislação, na vigência do PME – Porto Seguro;
- 16.7 Assegurar a participação dos membros da comunidade escolar nas associações de pais, professores/as e servidores/as e demais conselhos, garantindo que a representatividade de pais seja sem vínculo empregatício com a rede municipal de ensino, na vigência do PME – Porto Seguro;
- 16.8 Incentivar ações de mobilização e participação das famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, a partir da aprovação do PME – Porto Seguro;
- 16.9 Garantir e aprimorar a formação continuada em gestão escolar para candidatos/as a diretores/s das unidades escolares, a ser ofertada anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, a partir da aprovação do PME – Porto Seguro;
- 16.10 Criar e aprovar, no prazo de um ano, lei específica disciplinando a gestão democrática do sistema municipal de ensino de Porto Seguro.
- 16.11 Promover Conferência Municipal de Educação, ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente a qualquer tempo, organizada pelo Fórum Municipal de Educação, visando à avaliação e planejamento da política educacional do município de Porto Seguro, na vigência do PME – Porto Seguro;



16.12 Garantir que o cargo de secretário municipal de educação seja ocupado por profissional do magistério público municipal, na vigência do PME – Porto Seguro;

16.13 Promover ações para elaboração e implementação de indicadores de avaliação institucional, com base no perfil do alunado, profissionais do magistério e da educação, condições de infraestrutura da instituição, recursos pedagógicos e características de gestão, garantindo a discussão dos resultados da avaliação institucional com a comunidade escolar, buscando a efetivação do processo de gestão democrática, da melhoria da qualidade do ensino e da formação continuada, a partir do segundo ano deste PME;

16.14 Criar e implementar um Fórum de acompanhamento e debates sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, para promover a interlocução, parceria com os movimentos vinculados à superação do racismo, do preconceito e da discriminação racial, com vistas à promoção da igualdade racial, a partir das ações e estratégias aprovadas neste Plano;

16.15 Incluir a temática das Relações Étnico-Racial nos conteúdos dos editais de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação.

---

**Meta 17:** Ampliar o percentual investido na educação pública municipal, de forma a atingir, no mínimo, 27% (vinte e sete por cento) da arrecadação municipal, no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, ao final do decênio, o mínimo equivalente a 30% (trinta por cento) da arrecadação municipal.

17.1 Elevar gradativamente os investimentos na educação municipal;

17.2 Elaborar plano de ação para ampliação, construção de novas unidades de Ensino, para que todos os espaços escolares funcionem em prédios públicos até o sétimo ano de vigência deste PME;

17.3 Destinar, no mínimo, 10% do recurso dos 40% do FUNDEB, para construção de novas escolas, acrescido de recursos próprios de igual valor;

17.4 Elaborar plano de ação para reformas e pequenos reparos, sempre que necessário, nas unidades de ensino;

17.5 Criar campanha para incentivar o cidadão a cobrar nota fiscal no comércio de Porto Seguro, para ampliar a receita do município;

17.6 Implantar gestão plena na educação, até o 3º ano de vigência deste PME;

17.7 Garantir transporte adequado e específico aos setores das Escolas do Campo e Indígena, que atuam na Secretaria de Educação.



---

**Meta 18:** Criar um centro de atendimento específico para os/as trabalhadores/as e profissionais da educação, visando à prevenção, reabilitação, tratamento e acompanhamento na área da saúde.

18.1 Instituir equipes multidisciplinares, composta por psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, neurologista, psiquiatra, fisioterapeuta, massoterapeuta, dentre outros, para atendimento aos/às trabalhadores/as e profissionais da educação.

18.2 Fazer levantamento junto aos/às profissionais da educação, acerca das demandas relacionadas à saúde, no início do ano letivo;

18.3 Fazer parcerias com a Secretaria de Saúde, para disponibilizar remédios controlados relacionados à saúde dos/as trabalhadores/as em educação;

18.4 Criar grupos de terapias coletivas, para atendimento profissional da educação que se encontra em processo de tratamento de saúde;

18.5 Garantir construção de espaço físico do centro de atendimento aos/às trabalhadores/as e profissionais da educação, com ambientes adequados para atividades físicas e terapêuticas.

---

**Meta 19:** Assegurar aos povos indígenas, além das garantias estabelecidas neste documento, o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, comunitária e de qualidade, através de estratégias específicas e amparadas pela Constituição Federal de 1988, pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil, por meio do Decreto nº 5.051/2004, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU), pela Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), bem como por outros documentos nacionais e internacionais que visam assegurar o direito à educação como um direito humano e social.

19.1 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias das aldeias indígenas, por creches;



19.2 Manter e ampliar, em regime de colaboração, e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas indígenas de educação infantil;

19.3 Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil das escolas indígenas, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais da educação escolar indígena de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

19.4 Promover a formação inicial e continuada específica para a educação escolar indígena, dos/as profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

19.5 Estimular e assegurar a participação em cursos de pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, das escolas das comunidades indígenas;

19.6 Fomentar o atendimento das populações das comunidades indígenas na Educação Infantil, nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

19.7 Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, aos/às alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação multilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da Educação Básica;

19.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil das escolas indígenas, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social indígena, saúde, SESAI, FUNAI e proteção à infância;

19.9 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde, SESAI, FUNAI e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;



19.10 O município de Porto Seguro deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os/as alunos/as do Ensino Fundamental, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena;

19.11 Pactuar com a União, Estado e Distrito Federal, no âmbito da instância permanente, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, bem como suas formas de produção e conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários garantidos na Constituição Federal de 1888 e norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;

19.12 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial das comunidades indígenas;

19.13 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar, de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

19.14 Promover a relação das escolas indígenas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos/as alunos/as, dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

19.15 Promover atividades específicas extracurriculares de incentivo aos/às estudantes de escolas indígenas, de estímulos a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

19.16 Promover a construção de currículos próprios, fortalecendo as práticas culturais e a língua materna, correspondentes à cultura Pataxó;

19.17 Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado da educação escolar indígena;

19.18 Buscar parcerias com o Estado, para a expansão das matrículas gratuitas, do ensino médio à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações das comunidades indígenas;

19.19 Manter a oferta de ensino médio nas escolas municipais indígenas Pataxó Boca da Mata e Barra Velha, criadas através da Lei Municipal nº 1049/13, com anuência



das comunidades, garantindo assim o direito aos mecanismos de consulta livre, prévia e informada, conforme Convenção 169 da OIT, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 143 de 20 de junho de 2012, ratificado pelo Decreto Presidencial nº 5.051 de 19 de abril de 2004 e assegurado pela Resolução CNE/CBE nº 5 de 22 de junho de 2012, em seus art. 10, §3º e art. 25, § 1º;

19.20 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas indígenas;

19.21 Criar núcleos de atendimento educacional às escolas indígenas, especializados em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, nas formas complementar e suplementar, a todos os/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados/as nas escolas indígenas, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

19.22 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização multilíngue, Língua Portuguesa, Patxôhã e Libras, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos/as professores/as alfabetizadores/as e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

19.23 Instituir instrumentos de avaliação própria, periódicos e específicos para as escolas Pataxó, para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos/as os/as alunos/as até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

19.24 Promover a divulgação e compartilhamento de métodos e propostas pedagógicas específicas para as escolas indígenas;

19.25 Apoiar a alfabetização de crianças indígenas, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

19.26 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores/as para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores/as, para a alfabetização;



19.27 Garantir formação continuada específica para professores/as indígenas, para alfabetização multilíngue, Língua Portuguesa, Patxôhã e Libras.

19.28 Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, específica para as escolas indígenas, por meio de acompanhamento pedagógico e atividades multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos/as alunos/as na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante o todo ano letivo;

19.29 Instituir, em regime de colaboração com os entes federativos, programa de construção de escolas indígenas com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral;

19.30 Atender as escolas de comunidades indígenas, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

19.31 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

19.32 Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos/as alunos/as do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas indígenas tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 30% (trinta por cento), pelo menos, o nível desejável;

19.33 Garantir que no último ano de vigência deste PME, pelo menos 40% (quarenta por cento) de todos os/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas indígenas tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 60% (sessenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

19.34 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, nas escolas indígenas, por meio da constituição de instrumentos de avaliação próprios que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos/as profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

19.35 Criar e implantar instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio para as escolas Pataxó do município, conforme o projeto de Lei



PL-05954/2013, que altera a Lei nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena;

19.36 Garantir transporte gratuito para todos/as os/as estudantes da educação escolar indígena, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União, proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir de cada situação local;

19.37 Garantir a manutenção das estradas e vias de acesso às escolas indígenas, com frequência, com avaliação anual de qualidade, visando à segurança e permanência dos alunos na unidade escolar;

19.38 Garantir a educação escolar das comunidades indígenas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

19.39 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar das comunidades indígenas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

19.40 Instituir, em articulação com o Estado e União, programa nacional de formação de professores e professoras, promover e consolidar política de preservação da memória e Língua Pataxó, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena;

19.41 Implementar programas de educação de jovens e adultos, específicos para as escolas indígenas, para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;



19.42 Promover busca ativa de jovens fora das escolas indígenas, em parceria com as áreas de assistência social, FUNAI, SESAI, saúde e proteção à juventude;

19.43 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos, específico para as comunidades indígenas, com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos;

19.44 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos, com garantia de continuidade da escolarização básica, respeitando as especificidades das comunidades indígenas;

19.45 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, para as escolas indígenas, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

19.46 Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos das escolas indígenas, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses/as alunos/as;

19.47 Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público, e considerando as especificidades das comunidades indígenas, inclusive na modalidade de educação a distância em parceria com o Estado;

19.48 Buscar parcerias com o Estado e União, para a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância, para as comunidades indígenas, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade;

19.49 Buscar parcerias com instituições públicas ou privadas de ensino superior do município, para construção de propostas de cursos de graduação e especialização específicos para as populações indígenas;

19.50 Buscar parcerias com instituições públicas ou privadas de ensino superior, para construção de propostas de cursos de mestrado e doutorado específicos para as populações indígenas;

19.51 Implementar e regulamentar, no âmbito municipal, no plano de Carreira e Lei 992/12 e 993/12, os/as profissionais do magistério indígena da rede pública municipal de Educação Básica, observando os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;



19.52 Estruturar a rede pública municipal de Educação Básica, de modo que nas escolas indígenas, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 40% (quarenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério indígena e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

19.53 Estruturar a rede pública municipal de Educação Básica, de modo que nas escolas indígenas, até o final da vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério indígena, e 70% (setenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

19.54 Implantar, na rede pública municipal de Educação Básica das escolas indígenas, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados/as por equipe de profissionais experientes em Educação Escolar Indígena, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do/a professor/a, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino para educação escolar indígena;

19.55 Considerar as especificidades socioculturais das escolas das comunidades indígenas, no provimento de cargos efetivos para essas escolas.



## **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: UMA AÇÃO INCONCLUSA**

Este Plano Municipal de Educação, construído por representantes da sociedade de Porto Seguro, mantendo o princípio da participação democrática, constituiu-se em uma aula de democracia, um momento ímpar, no qual segmentos das esferas pública e privada, bem como a comunidade civil e organizada definiram os caminhos da educação no município para os próximos dez anos, após sua aprovação.

De forma articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e o Plano Estadual de Educação (PEE), e em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9394/96, bem como as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e diretrizes que regem o currículo da educação nacional, o PME responde às expectativas e especificidades da educação, para atender aos anseios da comunidade porto-segurense.

Nesse contexto, faz-se necessário criar mecanismo de acompanhamento e avaliação da implementação do mesmo, assegurando que prioridades sejam respeitadas, atingindo metas e objetivos estabelecidos através da análise de resultados e redirecionamento de estratégias e execução.

De acordo com determinação prevista em legislação afim, o Grupo Colaborativo e o Conselho Municipal de Educação, por meio de seus membros e comissões instituídas, acompanharão e avaliarão este PME, após sua aprovação. É importante ressaltar que os respectivos órgãos contarão com o apoio e assessoramento técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação.

A comissão trabalhará na implantação do PME, registrando, sistematizando e analisando, constantemente, o desenvolvimento das ações, operacionalizando as metas estabelecidas e realizando avaliações com levantamento periódico dos resultados alcançados, para o planejamento de novas ações. Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação deste Plano, serão realizados seminários, de dois em dois anos, com o objetivo de analisar os resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia.

As atividades de acompanhamento e avaliação devem ser feitas com a finalidade de garantir o cumprimento das metas estabelecidas e votadas pela



comunidade porto-segurense, quando foi enfocada a educação que se deseja para o Município de Porto Seguro, para os próximos 10 (dez) anos.

Como o Plano é decenal, poderá haver mudanças da realidade educacional local, o que pode apresentar a necessidade de se adotar medidas corretivas ou proceder a algumas adaptações àquelas já elencadas.

Será necessário mobilizar o Poder Público, Privado e Terceiro Setor, bem como os/as demais representantes desta sociedade, para que se comprometam, junto com as comunidades escolares, na construção de uma educação de qualidade para o nosso município. Que todos se unam em prol da formação intelectual e humana, a fim de promover o desenvolvimento de sujeitos conhecedores dos seus direitos sociais e políticos.

Educar é discutir e praticar a cidadania, é desafiar alunas e alunos a “aventurar-se no exercício de não só falar da mudança do mundo, mas de com ela realmente comprometer-se” (FREIRE, 2000, p. 96).



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** – para o decênio 2001-2011 e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial**: Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** – para o decênio 2014-2024 e dá outras providências.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Nacionais** 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

DA CRUZ, Neilton Castro. **CASOS POUCO PROVÁVEIS**: trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no ensino fundamental. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SILVA, Geovani de Jesus. **Tempos cotidianos de professoras/es fora da escola**: outras histórias. Tese de doutorado. UFMG. Belo Horizonte, MG, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9V6MBA>.

SWAIN, Tania Navarro. **Feminismo e representações sociais**: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 11 - 44 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewPDFInterstitial/2657/2194>. Acesso em: 25 mar.2008.